



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

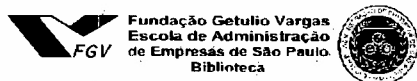
MARCOS TAKAO OZAKI

A OTIMIZAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DOS SERVIÇOS ABRANGIDOS PELO ISS:
uma análise de sua eficiência econômica e administrativa, com aplicações para o
município de São Paulo

Dissertação apresentada ao curso de Pós-
Graduação da FGV/EAESP
Área de Concentração: Finanças Públicas
como requisito para obtenção de título de
mestre em Administração.

Orientador: Prof. Ciro Biderman

Co-orientador: Prof. Henrique Fingeremann



1284/2003



1200301284

SÃO PAULO

2003

ÔZAKI, Marcos Takao. A otimização da tributação dos serviços abrangidos pelo ISS: uma análise de sua eficiência econômica e administrativa, com aplicações para o município de São Paulo. São Paulo: EAESP/FGV, 2003, 150f. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Finanças Públicas).

Resumo: trata da aferição e análise da eficiência econômica e administrativa do ISS na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Caracteriza o ISS, sob enfoque administrativo, econômico, legal e político, bem como a RMSP, do ponto de vista político, geográfico e econômico. Analisa as estatísticas de arrecadação tributária da mencionada região, bem como dos municípios que a compõem. Aponta as vantagens de se ter um sistema de arrecadação tributária eficiente, além de sugerir pesquisas complementares sobre o referido assunto.

Palavras-chaves: ISS; Região Metropolitana de São Paulo; tributação; otimização; eficiência

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data	Chamada
22.05	336.223.1
Tempo	0990
1284/2003	DIS, e. 1

MARCOS TAKAO OZAKI

A OTIMIZAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DOS SERVIÇOS ABRANGIDOS PELO ISS:
uma análise de sua eficiência econômica e administrativa com aplicações para o
município de São Paulo

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Ciro Biderman

Co-orientador: Prof. Henrique Fingermaññ

Profª Fabiana Fontes Rocha

Prof. Fernando Luiz Abrucio

Dedico este trabalho à minha família, constituída pela minha avó, meus pais, minha irmã, meu cunhado e minha sobrinha.

Dedico-o também à minha namorada.

Dedico-o também ao meu co-orientador, Prof. Henrique Fingeremann.

Dedico também este trabalho a todos os meus colegas Inspetores Fiscais, bem como à AIFSP – Associação dos Inspetores Fiscais do município de São Paulo.

Em especial, dedico este trabalho ao meu orientador, Prof. Ciro Biderman.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, por ter possibilitado que coisas boas, como a concretização deste trabalho, viessem a ocorrer.

Agradeço à minha família, por ter investido na minha formação intelectual e moral.

Agradeço também à minha namorada, pelo apoio, compreensão e paciência, no que tange ao meu envolvimento neste trabalho.

Na determinação dos rumos deste trabalho, colaboraram meu co-orientador, Prof. Henrique Fingerhann, e o Prof. Fernando Luiz Abrucio, professores a quem dedico também um agradecimento especial.

Agradeço também à Prof^a Fabiana Fontes Rocha, por ter aceitado o convite de participar da banca examinadora.

Agradeço, pela compreensão e apoio, ao Secretário das Finanças e Desenvolvimento Econômico do município de São Paulo, Sr. João Sayad, à Diretoria de Rendas Mobiliárias da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do município de São Paulo, representada pela Sra. Marina Aun, à AIFSP – Associação dos Inspectores Fiscais do município de São Paulo, representada pelo Sr. Ivan Pereira Gomes Pinto, bem como à diretoria da subinspetoria RM-5, representada pelo Sr. José Luiz Calcenone e seus assistentes, aos colegas de trabalho (de fiscalização e do apoio administrativo) do setor em que atuo, RM-51 e, em especial, ao chefe da mencionada subinspetoria (setor de estimativa de ISS), Sr. Celso Ogata e seu assistente, Sr. Ailton Kikuo Yoshitake.

Agradeço também à Sra. Elenice Yamaguishi Madeira, por ter colaborado no aspecto da disposição correta deste trabalho, em relação ao atendimento das devidas normas técnicas, bem como aos demais funcionários da biblioteca da EAESP-FGV, pela atenção e atendimento às necessidades dos mestrandos.

Agradecimento especial vai também ao CAPES, por ter financiado este projeto.

Um agradecimento mais do que especial vai para o meu orientador, Prof. Ciro Biderman, a quem devo o sucesso da realização deste trabalho

Por fim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que esta idéia se concretizasse.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 4.1 – Evolução da arrecadação de ISS na RMSP de 1995 a 2000 (1995=100).....	64
Gráfico 4.2 - Evolução da arrecadação de ISS na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100).....	64
Gráfico 4.3 - Evolução da arrecadação proveniente das transferências das cotas- partes do FPM e do ICMS na RMSP de 1995 a 2000 em Índices (1995=100) ..	65
Gráfico 4.4 - Evolução da arrecadação proveniente das transferências das cotas- partes do FPM e do ICMS na RMSP de 1995 a 2000 em Índices (1995=100) ..	66
Gráfico 4.5 - Evolução da arrecadação proveniente das cotas-partes do FPM na RMSP de 1995 a 2000 em Índices (1995=100)	66
Gráfico 4.6 - Evolução da arrecadação das cotas-partes do FPM na RMSP de 1995 a 2000 em Índices (1995=100)	67
Gráfico 4.7 - Evolução da arrecadação das cotas-partes do ICMS na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)	68
Gráfico 4.8 - Evolução da arrecadação das cotas-partes do ICMS na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)	68
Gráfico 4.9 - Evolução da arrecadação do IPTU na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)	69
Gráfico 4.10 - Evolução da arrecadação do IPTU na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100).....	69
Gráfico 4.11 - Evolução da arrecadação do ITBI na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)	70
Gráfico 4.12 - Evolução da arrecadação do ITBI na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)	70
Gráfico 4.13 - Evolução da arrecadação de taxas na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)	71
Gráfico 4.14 - Evolução da arrecadação de taxas na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100).....	71
Gráfico 4.15 - Evolução da arrecadação de taxas – prestação de serviços na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100).....	72
Gráfico 4.16 - Evolução da arrecadação de taxas – prestação de serviços na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100).....	72

Gráfico 4.17 - Arrecadação das taxas – poder de polícia na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)	73
Gráfico 4.18 - Arrecadação das taxas – poder de polícia na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)	74
Gráfico 4.19 - Arrecadação das contribuições de melhoria na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)	75
Gráfico 4.20 - Arrecadação das contribuições de melhoria na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)	75
Figura 3.1 – Os repasses constitucionais.....	29
Figura 3.2 – Mapa do Brasil, do estado de São Paulo e da RMSP	42
Figura 3.3 – Comparação entre o número de habitantes da RMSP, que é maior do que o da Holanda e o do Chile.....	46
Figura 3.4 – Comparação entre o PIB da RMSP e o de algumas nações.....	46
Figura 3.5 – Mapa dos municípios componentes da RMSP e das respectivas sub- regiões	47
Figura 4.1 – A curva de Laffer	77

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 3.1 – Serviços – participação no emprego metropolitano – Em % da PEA ...	22
Tabela 3.2 – Serviços – crescimento do setor (%)	22
Tabela 4.1 – Receitas <i>per capita</i> correntes e de capital para os municípios da RMSP, em reais de dez/2000 (média 1980-1988 versus média 1989-2000).	52
Tabela 4.2 – Arrecadação <i>per capita</i> cotas-partes de ICMS e do FPM - municípios RMSP, em reais de dez/2000 (média 1980-1988 versus média 1989-2000)	54
Tabela 4.3 – Arrecadações totais de receitas tributárias, IPTU e ISS per capita, em reais de dez/2000 (média de 1980-1988 versus média de 1989-2000)	58
Tabela 4.4 – Arrecadações de taxas para os municípios da RMSP, em reais de dez/2000 (média de 1980-1988 versus média de 1989-2000)	60
Tabela 4.5 – Comparação entre as arrecadações decorrentes das contribuições de melhoria, média de 1980-1988 e média 1989-2000, em reais de dez/2000	62
Tabela 4.6 – Resultados da regressão (1)	79
Tabela 5.1 – Imposto de renda pessoa jurídica 1998 por modalidade de declaração	90
Quadro 1 – Base legal do ISS	30
Quadro 2 – Comparação das dimensões físicas da RMSP, em relação ao Líbano e à Jamaica	45
Quadro 3 – Enumeração dos municípios componentes da RMSP	47
Quadro 4 – Alíquota predominante do ISS, o regime de estimativa e o convênio com o SIMPLES-ME federal, na RMSP	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CTN – Código Tributário Nacional

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.

FGV – Fundação Getulio Vargas

EAESP-FGV – Escola de Administração de Empresas de São da Fundação Getulio Vargas

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

ICM – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana

ISS – Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza

ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter-vivos

IVVC – Imposto sobre Vendas a Varejo e Consumo

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

Mercosul – Mercado Comum do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte

SIMPLES –ME – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das microempresas

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos

TPS - Taxe sur lês Prestations de Services

TVA - Taxe sur la Valeur Ajoutée

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DA LITERATURA E ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	15
2.1 Crescimento do setor de serviços no Brasil.....	15
2.2 Tributos municipais e ISS – aspectos legais.....	16
2.3 ISS – aspectos políticos	18
2.4 Economia, finanças públicas, eficiência econômica e administrativa do ISS	19
3 ANÁLISE DESCRITIVA DO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL, DO ISS E DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP)	22
3.1 Crescimento do setor de serviços no Brasil.....	22
3.2 Características do ISS.....	24
3.2.1 Histórico do ISS	24
3.2.2 Aspectos legais do ISS	27
3.2.3 Aspectos jurídicos do ISS.....	30
3.2.4 Aspectos políticos do ISS.....	37
3.3 A Região Metropolitana de São Paulo – RMSP.....	41
3.3.1O Estado de São Paulo	42
3.3.2 As regiões metropolitanas do Estado de São Paulo.....	42
4 ANÁLISE DAS RECEITAS MUNICIPAIS DA RMSP, A PARTIR DE DADOS DO SEADE E DO STN	48
4.1 Montagem do banco de dados	48
4.2 Análise da arrecadação tributária antes e após a vigência da CF/88.....	51
4.3 Análises adicionais de dados selecionados de arrecadação tributária na RMSP para o período recente.	64
4.3.1 Arrecadação de ISS	64
4.3.2 Transferências – Total das cotas-partes do FPM e do ICMS	65
4.3.3 A cota-parte do FPM	66
4.3.4 Arrecadação das cotas-partes do ICMS.....	67
4.3.5 Arrecadação do IPTU	68
4.3.6 Arrecadação do ITBI	69
4.3.7 Arrecadação das taxas	70
4.3.8 Arrecadação das taxas de prestação de serviços.....	72

4.3.9 Arrecadação das taxas – poder de polícia.....	73
4.3.10 Arrecadação das contribuições de melhoria	74
4.4 Eficiência econômica do ISS: Elasticidade com relação à alíquota e à população	76
5 ISS E SIMPLICIDADE ADMINISTRATIVA.....	82
5.1 Conceito de eficiência administrativa.....	82
5.2 Proposta de um modelo de sistema tributário.....	83
5.3 O regime periódico de apuração do imposto	84
5.4 O regime de estimativa de ISS	84
5.4.1 Dois casos especiais do regime de estimativa de ISS: São Paulo e Vitória da Conquista.....	87
5.5 O SIMPLES Federal e o SIMPLES paulista	89
5.5.1 O SIMPLES Federal.....	89
5.5.2 O SIMPLES paulista	90
5.5.3 O regime de estimativa e o convênio do SIMPLES Federal na RMSP.....	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICES.....	100
ANEXOS	107

1 INTRODUÇÃO

O Estado, no afã de arrecadar tributos para obter recursos de forma imediata, objetivando atender às mais diversas demandas, que partem de si mesmo e da própria sociedade, tem por costume preocupar-se mais em criar novos tributos ou aumentar as alíquotas dos já existentes do que repensar a sistemática de arrecadação dos tributos em vigor, visando atingir uma maior eficiência econômica e administrativa, que se traduza em simplicidade na arrecadação, numa relação bilateral, envolvendo-se o próprio Estado e o contribuinte.

Este trabalho tem por enfoque estudar a segunda premissa, ou seja, a otimização da tributação dos serviços abrangidos pelo Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), em termos de sua eficiência econômica e administrativa, com aplicações para o município de São Paulo.

Cumpra esclarecer o que vem a ser otimização. Para Ferreira (1999), otimização quer dizer, sob a ótica da Estatística, a determinação do valor ótimo de uma grandeza ou conjunto de grandezas.

Segundo Sandroni (1996, p. 304), otimização, do ponto de vista econômico, significa a “determinação das condições em que certas variáveis econômicas podem atingir seus valores mais elevados”.

Há uma preocupação, com o estudo em questão, de definir e analisar um ponto ótimo, de algumas grandezas ou variáveis, no sentido de que as mesmas possam atingir seus valores mais elevados. Tal ponto ótimo ou otimização será analisado, do ponto de vista da análise econômica e administrativa, em dois capítulos distintos.

O principal objetivo deste trabalho é verificar como os municípios poderão otimizar sua tributação, no tocante à arrecadação tributária proveniente do setor de serviços, no que diz respeito ao ISS. Adicionalmente, este trabalho pretende contribuir para que os dados de arrecadação tributária dos municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) estejam à disposição da comunidade acadêmica.

Fazendo-se uma pesquisa sobre as fontes bibliográficas, constata-se que a literatura sobre o assunto não é extensa. Esta não é uma situação incomum, visto que muitos assuntos referentes à administração pública brasileira, principalmente a

municipal, ainda não foram estudados. Este trabalho propõe suprir parte desta deficiência, visando ao atendimento das necessidades da comunidade científica e dos demais setores da sociedade (contadores, economistas, fiscais, contribuintes, advogados, demais profissionais do Direito, entre outros).

Este estudo tem por proposta analisar o ISS para os municípios que compõem a RMSP (39, ao todo), visando responder à seguinte questão básica: o ISS, na RMSP, é eficiente, do ponto de vista econômico e administrativo? Tentar-se-á aferir e analisar a otimização, econômica e administrativa, da tributação do ISS na RMSP.

O trabalho está estruturado da forma descrita a seguir:

O capítulo 2 realiza uma revisão da literatura e a descrição de alguns aspectos metodológicos.

O capítulo 3 tem por objetivo caracterizar o ISS e a RMSP.

O ISS será analisado sob os seguintes aspectos: econômico, envolvendo as Finanças Públicas; legal, descrevendo características, referentes ao Direito Tributário, que é a base legal de tal tributo; político, abrangendo discussões acerca do federalismo fiscal, o que engloba o assunto concernente à guerra fiscal entre municípios.

A RMSP será analisada do ponto de vista de suas características políticas, geográficas, econômicas e demográficas, principalmente. Como este estudo envolve a análise da otimização da tributação dos serviços abrangidos pelo ISS na RMSP, surge, daí, a importância em se caracterizar os dois conceitos, ISS e RMSP.

O capítulo 4 refere-se à análise do banco de dados da arrecadação tributária municipal, no período que vai de 1980 a 2000, com base nos dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Há também, no referido capítulo, a análise da otimização da tributação dos serviços abrangidos pelo ISS através de sua eficiência econômica na RMSP. O fundamento, no caso, será uma análise estatística, envolvendo-se regressão linear, para se estimar a elasticidade da arrecadação de ISS em relação à sua alíquota.

O capítulo 5 refere-se à análise da otimização da tributação dos serviços abrangidos pelo ISS através de sua eficiência administrativa na RMSP. Serão descritas duas sistemáticas simplificadas de arrecadação de ISS, que são o regime

de estimativa e o convênio das prefeituras com a Receita Federal, através do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas (SIMPLES-ME).

O capítulo 6 mostra as conclusões do estudo, envolvendo seus aspectos positivos e algumas limitações do mesmo.

2 REVISÃO DA LITERATURA E ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 Crescimento do setor de serviços no Brasil

Rolnik (2001) argumenta que, do ponto de vista econômico, a capital do estado de São Paulo apresenta como setor econômico propulsor de sua economia o setor de serviços (bancos, consultoria, assistência técnica de ponta, pesquisadores qualificados, operadores do mercado financeiro, autoempreendedores), apesar de que ainda há a presença da indústria, sendo que São Paulo, capital, é o seu centro gestor. A autora lembra, porém, que o crescimento do primeiro setor não constitui causa da diminuição do segundo.

A obra refere-se à evolução histórica, econômica, urbana, sociológica e geográfica do município de São Paulo desde sua fundação, como vila, até os dias atuais. Há dados atualizados sobre a cidade. Através da leitura do livro de Rolnik, o pesquisador que direciona seu estudo para a área da tributação municipal irá se deparar com uma visão mais ampla e mais estratégica sobre São Paulo, não afeita apenas à questão da arrecadação tributária municipal. Faz-se uma leitura objetiva e concisa sobre o tema, através da narrativa proposta.

A autora pretende responder à seguinte questão básica: como ocorreu o desenvolvimento econômico, social, urbano e geográfico de São Paulo, desde seu início, como vila, até os dias de hoje, sendo que ela é considerada por muitos urbanistas como uma megacidade global (cidade com colossal população e que faz parte indispensável do fenômeno da globalização).

Como conclusão de seu trabalho, Rolnik (2001) afirma que São Paulo é realmente uma megacidade global, pois participa das relações econômicas globalizadas, desempenhando funções de produção e serviço internacionais, em conexão com as demais regiões e cidades participantes da economia global. O seu destino está nas mãos de seus próprios moradores e seu futuro dependerá de participação ativa dos mesmos no planejamento geral da cidade (urbano, econômico, entre outros itens).

O capítulo 4 tentará corroborar uma constatação apontada por Rolnik (2001), a de que São Paulo apresenta predominância do setor de serviços.

Biderman (2001, p. 2) pretende, com seu artigo, explicar a atual desconcentração da indústria de transformação nas grandes áreas urbanas e o movimento paralelo de concentração para os serviços produtivos (entendendo-se por produtivos serviços tais como os ligados ao setor financeiro e consultorias, entre outros).

Os resultados de seu estudo indicam que as grandes aglomerações não vêm perdendo poder de atração em função da queda nos custos de transporte e da transmissão de informações. Ainda que se verifique uma evidência (não muito forte) de queda nos custos de transporte, a maior densidade de trabalhadores especializados permanece extremamente relevante para a atração de firmas dos serviços produtivos e mesmo de parte da indústria de transformação para as grandes aglomerações urbanas. Os serviços produtivos estão mais interessados em trabalhadores especializados na escala ocupacional mais alta enquanto que, para a indústria de transformação, os trabalhadores especializados, em geral, são a principal fonte de atração.

O autor verifica também que os ganhos decorrentes da concentração no mesmo setor de atividade (serviços produtivos) são maiores do que os decorrentes da presença de trabalhadores de outros setores.

O argumento de Biderman (2001), de que as grandes áreas urbanas, tais como São Paulo, concentram serviços, em especial os produtivos, em detrimento das indústrias, será submetido à verificação empírica, através dos dados estatísticos de arrecadação, que serão analisados e interpretados, também no capítulo 4.

2.2 Tributos municipais e ISS – aspectos legais

No que tange aos tributos municipais, a referência é Meirelles (1998). O autor possui um estudo clássico sobre direito municipal brasileiro, trazendo ao leitor uma visão geral, mas não superficial sobre o tema. Abrange todos os temas referentes ao direito municipal, entre os quais o direito tributário, sendo que o mesmo fornece um histórico e descreve os principais tributos municipais.

Para uma análise histórica da evolução dos municípios em seu aspecto político e tributário, sugere-se a obra de Leal (1986). O aspecto tributário constitui um dos capítulos do livro, que é o capítulo 4.

Complementando o primeiro autor, acima citado, uma visão também geral sobre tributos municipais, mas mais atual, abordando os principais problemas enfrentados na tributação, principalmente dos impostos municipais, pode ser encontrada em Fernandes (2000). O referido autor aborda a doutrina e a jurisprudência sobre o tema. Encontra-se também jurisprudência na obra de Vale e Santos (2002), complementando o estudo de Fernandes.

Martins, S (2000) constitui um clássico sobre o assunto ISS. O autor é referência, em termos doutrinários. A obra aborda a posição do referido tributo no ordenamento jurídico brasileiro, seu amparo legal, conceitos envolvendo tal imposto, quais são seus elementos essenciais, quem está imune ou isento de pagá-lo, além do que, ao final, apresenta modelos de petições judiciais e apresenta a legislação mais atualizada sobre o assunto. O livro pretende trazer contribuições teóricas sobre o ISS, sem esquecer dos problemas práticos que podem surgir no dia-a-dia. O autor discorre sobre a lista de serviços do ISS prevista legalmente, com os cento e um itens que a compõem.

A análise de Martins, S (2000) pode ser complementada com a obra de Mangieri (2001). A novidade desta obra é que o autor expõe questões atuais e polêmicas, envolvendo a tributação de alguns serviços, tais como TV paga e internet, além de abordar divergências legais concernentes à forma de tributação do imposto em análise. O autor expõe em seu livro a idéia do fisco como agente pedagógico de orientação ao contribuinte, em contraposição a uma visão do fisco como agente punitivo, presente apenas quando o contribuinte falta com seu dever de recolher tributos.

Cita-se também Gaspar (1997), que detalha os tipos de serviços que são tributados pelo ISS, fazendo uma análise de quase todos os serviços abrangidos pela sua tributação.

Um serviço específico a ser analisado é o da construção civil. A obra de Gonçalves (1998) descreve como é a tributação de tal serviço e demais particularidades a ele concernentes.

Quanto a uma análise da legislação do ISS, deve-se destacar a consolidação da legislação tributária do município de São Paulo, referente ao ISS,

realizada pelo IOB (2001) e atualizada até o final do mês de junho de 2000. É uma fonte de informações imprescindível para quem trabalha ou estuda tal tributo, no tocante ao município de São Paulo. Uma falha imperdoável é a falta de uma possibilidade de atualização, a partir de julho de 2000, não tendo sido mencionada sequer uma página da Internet, referente à IOB, onde, possivelmente, o usuário poderia efetuar uma atualização da legislação, seja através do pagamento de um preço pela atualização do material, seja através de uma assinatura, ou mensal, atualizando legislação e jurisprudência sobre o assunto, entre outros temas, ou válida por algum outro período, por exemplo, três meses, seis meses ou um ano .

Uma análise sucinta sobre o tema aspectos legais do ISS, mas com informações complementares, que não são encontradas nas obras anteriores, mencionadas, está em Haddad (1998)

Por fim, um tema periférico, mas que está relacionado com o objeto de estudo, é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), já mencionada na Introdução. A referência quanto ao assunto é Vignoli (2002), que mostra o tema de uma forma mais detalhada, explicando conceitos referentes à Contabilidade Pública e ao Direito Tributário, relacionados à LRF.

2.3 ISS – aspectos políticos

Para análise do aspecto político do ISS, no que concerne ao federalismo fiscal, há os estudos de Giambiagi e Álem (2000) e Rezende (2001).

O fenômeno da municipalização das receitas, relacionando a problemática do recebimento de transferências de outros entes federativos, versus a arrecadação de tributos próprios, pode ser estudado com base em Afonso e Araujo (2000).

Um estudo mais aprofundado do processo de descentralização de poder, do governo central, para os entes estaduais e municipais da federação, pode ser encontrado em Abrucio (1998).

Abrucio (2000) explica as origens da multiplicação dos municípios e a atual e controvertida questão da guerra fiscal municipal, citando diversos autores clássicos estrangeiros, entre os quais Tiebout. O referido autor mostra também as contradições das referidas teorias.

2.4 Economia, finanças públicas, eficiência econômica e administrativa do ISS

Os capítulos 4 e 5 mencionam a eficiência do ISS, cuja base teórica está abaixo descrita.

A literatura, referente à Economia e Finanças Públicas, no que tange ao objeto do estudo, tem por núcleo central os livros-texto de Stiglitz (2000) e Hyman (1996). Há outros autores, porém, os que foram mencionados constituem o cerne teórico.

Stiglitz é ganhador do prêmio Nobel em Economia em 2001, e seu livro apresenta a teoria da economia do setor público com uma visão de quem já passou pelo governo, tendo conhecimento prático sobre o assunto. Além disso, a edição de 2000 do referido livro está com conteúdo atualizado, sendo que as questões discutidas estão na pauta dos acontecimentos econômicos dos dias atuais (o protocolo de Kyoto, bem como programas de redistribuição de renda são exemplos). A parte referente à tributação está bem abrangente e será essencial para desenvolver o arcabouço teórico do objeto de estudo, acima referido. Nesta parte, destaca-se o que Stiglitz (2000) considera como um sistema tributário eficiente, pressuposto teórico que será discutido no capítulo 5.

A obra de Hyman (1996) é mais teórica do que a de Stiglitz (2000), e servirá para complementá-lo. Ocorre que Hyman é mais didático, do ponto de vista teórico, e expõe uma análise técnica do peso morto da tributação, derivando a fórmula para cálculo do *excess burden* para os diferentes impostos existentes (*unit tax* e *ad valorem*, por exemplo), além de analisar o conceito das curvas de oferta compensadas. Hyman (1996) também expõe os conceitos da curva de Lorenz e do coeficiente de Gini, que não são abordados por Stiglitz (2000) de forma aprofundada.

Mankiw (2001) aborda também os mencionados aspectos teóricos, porém, de forma mais geral, pois seu livro trata de uma introdução à Economia. De qualquer modo, convém também que seja utilizado. A proposta de sua obra é abordar tópicos de Economia de forma mais ampla, sem se ater a uma análise mais pormenorizada, pontual, de alguns assuntos.

No que diz respeito, especificamente, à questão da otimização econômica da tributação sobre um determinado item, é importante citar o trabalho de Auerbach e Hines (2001). Trata-se de um artigo que fornece uma fundamentação para se entender a otimização da tributação dos serviços abrangidos pelo ISS, sob enfoque econômico.

É importante ressaltar que, quanto ao aspecto quantitativo do estudo, para se analisar as regressões estatísticas, com base no banco de dados mencionado anteriormente, a base teórica será composta por Gujarati (2000), sendo que, através do mencionado autor, será definido qual tipo de regressão estatística será usado, especificando-se também, o próprio conceito técnico de regressão. Como apoio, sugere-se também, no que tange a conceitos de Estatística Geral e Aplicada, a obra de Martins, G. (2001), que apresenta esses conceitos de um modo mais geral. A obra de Gujarati (2000) é mais específica.

Quanto à análise da Curva de Laffer para o referido estudo, uma boa descrição teórica da mesma pode ser encontrada em Varian (1999), além dos demais autores norte-americanos citados anteriormente.

Podem-se citar também dois livros de Finanças Públicas de autores brasileiros que se aproximam da análise teórica dos autores norte-americanos. No que tange à eficiência econômica, um deles é o de Longo (1984) e o outro, o de Riani (1997). Os dois autores expõem uma análise mais teórica do assunto em questão. Não se atêm a detalhes, em termos de conjuntura. Porém, a obra de Longo (1984) é mais completa, mais abrangente. A de Riani (1997) é mais superficial, porém apresenta dados conjunturais.

Nota-se, portanto, que há superioridade, em termos de qualidade e profundidade de análise teórica, nas obras de autores norte-americanos. A análise de autores brasileiros sobre o assunto tem sido conjuntural, à exceção de Longo, como acima mencionado.

Não se pode deixar de mencionar a leitura do *Handbook of Public Economics*, volumes I e II. No volume I, encontra-se um artigo de Auerbach, que complementará o artigo do mesmo autor, citado anteriormente, e publicado pelo NBER. No volume II, serão utilizados os artigos de Rubinfeld (1985-1988) em que o autor expõe a teoria de Tiebout, comentada anteriormente, e que sugere que poderia ser útil visualizar a provisão de bens públicos locais num sistema de numerosas jurisdições como sendo análogas a uma competição por bens privados.

No que tange à tentativa de se responder à questão básica, tal literatura fica um pouco fora de foco, porém, será útil quando o trabalho abordar o tema federalismo fiscal.

A obra de Musgrave e Musgrave (1980) é um clássico da literatura sobre Finanças Públicas, e também será utilizada neste estudo. Há conceitos abordados no referido livro que são hoje usados de forma universal, tais como impostos e suas diferentes classificações, como diretos, indiretos, regressivos, progressivos, proporcionais, além de outros conceitos importantes. Ressalta-se o que é considerado, em tal obra, como um sistema tributário eficiente, no capítulo IX (das páginas 178 a 179) e no capítulo XXI (das páginas 397 a 415), assunto também abordado por Stiglitz, para fins de análise do capítulo 5 desta dissertação.

Giambiagi e Álem (2000), bem como Rezende (2001), expõem a teoria das Finanças Públicas sob um aspecto mais geral, aprofundando-se na análise conjuntural para o Brasil. Há dados importantes nas duas obras. Em especial, na obra de Rezende (2001, p. 198), há uma discussão, com relação ao uso de uma estratégia simplificada de arrecadação, o SIMPLES, visando a uma simplicidade na arrecadação tributária, o que leva os contribuintes a adotarem o caminho do recolhimento do tributo, ao invés da evasão ou elisão fiscal. O livro de Giambiagi e Álem é mais abrangente, em termos de análise conjuntural, do que o de Rezende. Destaca-se o capítulo VII, que trata do sistema tributário brasileiro.

Araújo (2001) aborda também um estudo de uma amostra de municípios paulistas, mas não se atém apenas à questão da arrecadação tributária municipal, dando ênfase também ao endividamento.

O conceito de eficiência, referente ao aspecto administrativo, pode ser encontrado também em Di Pietro (2001). É um livro em que a autora discute conceitos modernos de Direito Administrativo, com profundidade, principalmente os introduzidos pela Emenda Constitucional n. 19/98.

3 ANÁLISE DESCRITIVA DO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL, DO ISS E DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP)

3.1 Crescimento do setor de serviços no Brasil

O setor de serviços é um dos que mais cresce no país. É considerado o setor mais dinâmico da Economia, sendo responsável por mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB). As Tabelas 3.1 e 3.2 abaixo corroboram o que foi mencionado.

Tabela 3.1 – Serviços – participação no emprego metropolitano – Em % da PEA

1985	49,3
1990	54,5
1995	54,5
1996	55,7
1998	69,2

FONTE: PNAD/IBGE, em Almanaque Abril

Tabela 3.2 – Serviços – crescimento do setor (%)

1990	-0,8
1991	2,0
1992	1,5
1993	3,2
1994	4,7
1995	4,5
1996	1,9
1997	2,0

Fonte: IBGE

A Tabela 3.2 ilustra que o setor de serviços tem crescido a taxas superiores a 1,5%, desde 1991.

Biderman (2001) confirma o que foi acima exposto, informando que o aumento da importância do setor de serviços, especialmente serviços produtivos

(informática, bancos, advocacia, e outros que demandem mão-de-obra altamente especializada), principalmente nas grandes cidades, se deve ao fato de que as empresas têm um ganho de urbanização (ganho de escala, decorrente da presença de firmas, em geral) indo para as grandes cidades. Movimento contrário ocorre com as indústrias de transformação, que têm saído das grandes cidades.

É nas grandes cidades que estão os consumidores e fornecedores das empresas prestadoras de serviços, o que gera economias com relação a custos de transportes. Além disso, tais empresas de serviços servem aos demais setores econômicos (indústria, por exemplo), e ao próprio setor.

Outro motivo para as prestadoras de serviços produtivos estarem nas grandes cidades é o fato de que as matrizes de tais empresas, grandes consumidoras de serviços produtivos, estão localizadas nas grandes cidades.

Acrescenta-se também que atividades de serviços são mais trabalho-intensivas do que a indústria e que é exigido mão-de-obra qualificada para trabalhar em serviços produtivos, o que exige mais anos de estudo do que o trabalhador da indústria. Ou seja, a mão-de-obra que o setor de serviços produtivos precisa concentra-se nas grandes cidades, e tal mão-de-obra provém das escolas e universidades que se situam na mesma localidade. Há, portanto, infra-estrutura de mão-de-obra, tecnologia, estudo e também lazer, que faz com que empresas prestadoras de serviços produtivos concentrem-se nas referidas regiões.

Rolnik (2001) complementa a análise, afirmando que, em São Paulo, o setor de serviços tem apresentado peso significativo na Economia estadual e municipal. Ressalta, porém, que o crescimento do referido setor não é causa do desaquecimento da indústria que, segundo a autora, mostra-se ainda presente na RMSP e na capital do estado.

Rolnik afirma que há serviços especializados na metrópole paulistana, tais como operações do mercado financeiro, consultorias diversas, assistências técnicas de ponta, pesquisadores especializados, assim como há também serviços de baixa remuneração, tais como garçons, autoempreendedores na informalidade, faxineiros, auxiliares de escritório.

3.2 Características do ISS

Esta parte do trabalho visa descrever as características do ISS, e envolve os seguintes tópicos: histórico, no mundo e no Brasil, e aspectos legais, jurídicos, políticos e econômicos.

3.2.1 Histórico do ISS

3.2.1.1 Histórico no mundo

Segundo Martins, S. (2000), há vestígios da tributação sobre serviços desde os tempos do Egito, onde os tintureiros pagavam um imposto sobre seus serviços. Em Roma, comentava-se que o Imperador Constantino tinha um imposto sobre serviços de nome *chrysagyrum* ou *lustralis collatio*. Estavam isentos de pagar tal imposto os clérigos e os que faziam trabalhos manuais, como os oleiros e os carpinteiros.

Nos idos da metade do século XX, o imposto sobre o volume de vendas (*chiffre d'affaires*) foi sendo substituído pelo imposto sobre o valor adicionado (*value added*), objetivando-se tributar a circulação econômica de bens, tanto de mercadorias (bens materiais) como de serviços (bens imateriais).

A partir de julho de 1954, a França passa a tributar as vendas por meio da *Taxe sur la Valeur Ajoutée* (TVA), que incidia sobre a venda de produtos ou de mercadorias pelos atacadistas, sendo a base de cálculo o valor acrescido, e a *Taxe sur les Prestations de Services* (TPS), que incidia sobre outras operações, como o comércio a varejo, a locação de serviços e todas as demais prestações de serviços, tendo como base de cálculo o valor da receita auferida, gravando os serviços pelo preço total. Na prática, a TPS era complemento da TVA.

3.2.1.2 Histórico no Brasil

Na Constituição de 1934, a tributação sobre serviços era feita apenas sobre diversões públicas, sendo que o imposto era chamado "imposto sobre diversões públicas" (art. 13, § 2º, III), porém totalmente distinto do sistema atual.

Com a Constituição de 1937, o sistema tributário permanecia o mesmo, praticamente. Os municípios continuavam com o imposto sobre diversões públicas (art. 28, III).

Com a promulgação da Constituição de 1946, o imposto de indústrias e profissões passa para o município (art. 29, III), mantendo-se para este o imposto sobre diversões públicas (art. 29, IV). Os estados-membros poderiam legislar sobre impostos não previstos expressamente na Constituição (art. 21), inclusive sobre transações e sobre vendas e consignações.

Antes da reforma de 1965, os serviços eram tributados pelo:

a) imposto de transações (estadual), incidente sobre hospedagem, locação de bens móveis, conserto, pintura, construção civil etc.;

b) imposto de indústrias e profissões (municipal), recaindo sobre o exercício de atividades lucrativas;

c) imposto de diversões públicas, incidente sobre jogos e diversões públicas.

Com o advento da reforma tributária de 1965, empreendida pela Emenda Constitucional nº 18, o novo sistema tributário passou a adotar o ISS, com o fato gerador da respectiva obrigação individualizado.

A Comissão de Reforma Tributária, ao pretender criar o ISS, entendeu que o imposto de indústrias e profissões era um tributo falho de base econômica real, pois o mero exercício de qualquer atividade – que configura seu fato gerador – justificará, quando muito, uma presunção de capacidade contributiva, mas nunca a medida dessa capacidade. Justificava-se, desse modo, a propositura de sua substituição por um imposto sobre serviços, campo adequadamente utilizável pelo município.

Com o advento da Emenda Constitucional n. 18/65, o aparecimento do ISS deu-se por meio do seguinte artigo da referida emenda:

Art. 15. Compete aos Municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

Parágrafo único. Lei Complementar estabelecerá critérios para distinguir as atividades a que se refere este artigo das previstas no art. 12 (da emenda)

Nos termos do art. 12 da EC nº 18/65, os estados-membros teriam competência para instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de

mercadorias, realizadas por comerciantes, industriais e produtores. O parágrafo único do art. 15 da Emenda 18/65 não se referia ou fazia remissão ao seu art. 14, relativo aos impostos da União, entre os quais o “sobre serviços de transporte e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal” (inciso II do art. 14). Tal parágrafo somente dispunha que lei complementar iria estabelecer as atividades sujeitas ao ISS ou ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM).

Pela discriminação de rendas ditada pela Emenda constitucional nº 18/65, o município recebeu competência tributária em relação ao ISS, desde que não compreendidos os serviços na competência tributária da União e dos estados-membros, cabendo a lei complementar estabelecer critérios para distinção das atividades relativas a serviços de qualquer natureza das entendidas como operações relativas à circulação de mercadorias. Portanto, a lei complementar tinha por delegação diferenciar os serviços de qualquer natureza, da alçada dos municípios, das operações relativas à circulação de mercadorias, da alçada dos estados-membros.

Com a implementação da Lei nº 5.172, de 25-10-66, denominada Código Tributário Nacional (CTN), foram definidos alguns critérios para distinguir áreas do ISS e do ICM. Tal código trouxe uma lista de serviços, com cinco itens (art. 71, §1º), admitindo a existência de atividades de caráter misto (art. 71, § 2º).

A Constituição de 1967 confirmou a competência municipal quanto ao ISS, mantendo-se a denominação do imposto, a sua nomenclatura econômica e a sua natureza jurídica, incidindo sobre a circulação de serviços.

O Decreto-lei nº 406, de 31-01-68, tendo *status* de lei complementar, estabelece normas de Direito Financeiro aplicáveis ao ISS (e ICM), disciplinando os elementos essenciais da tributação: o fato gerador da respectiva obrigação (art. 8º), a base de cálculo do imposto (art. 9º) e o contribuinte (art. 10º), revogando as normas do Código Tributário Nacional sobre a matéria. O art. 8º do Decreto-lei nº 406/68 faz referência a uma lista de serviços, definindo-os em 29 itens.

O Decreto-lei nº 834, de 08-09-69, deu nova redação à lista de serviços, elevando o número de itens para 66. Em junho/84, a Lei nº 7.192 veio acrescentar o item 67 à aludida lista.

A Lei Complementar nº 56, de 15.12.1987, aprovou nova lista de serviços alcançados pelo ISS, que, de 67, passou a ter 100 itens.

Por fim, a Lei Complementar nº 100/99 acrescentou o item 101 (exploração de pedágios por empresas) à lista de serviços.

3.2.2 Aspectos legais do ISS

3.2.2.1 O ISS na Constituição Federal de 1988

O ISS pertence à competência dos municípios, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu art. 156, III, com a redação da Emenda Constitucional nº 3/93, e do Distrito Federal (CF/88, art. 147).

No campo de incidência do ISS encontram abrigo serviços de qualquer natureza, excetuados os que se sujeitam ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação). Por determinação da Magna Carta (art. 156, III), cabe à lei complementar definir serviços para efeito de incidência do imposto municipal.

É importante ressaltar também, quanto ao ISS, que é competência de lei complementar a fixação de suas alíquotas mínimas e máximas, bem como regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados, e também determinar a exclusão de seu campo de incidência de exportações de serviços para o exterior (CF/88, art. 156, §3º, I, II e III, com alterações promovidas pela Emenda constitucional nº 37/02).

Depreende-se, portanto, que, respeitadas a Constituição Federal e as leis complementares pertinentes, os municípios acham-se dotados de competência privativa que lhes permite legislar acerca do ISS, cada um para seu respectivo território, por meio de lei ordinária.

Cabe tecer algumas observações complementares, do ponto de vista constitucional (CF/88):

1) Art. 155, II – incide ISS sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidas as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Não se incluem serviços de transporte além das fronteiras municipais, nem serviços de comunicação, de

competência estadual (nem mesmo comunicações telefônicas de um aparelho para outro, dentro do mesmo município).

2) Os serviços abrangidos pela incidência deverão estar definidos, antes, em lei complementar.

3) Quanto às imunidades:

- Art. 150, VI, CF/88:

Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

VI - instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; [*imunidade recíproca*]
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações [...], atendidos os requisitos da lei;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

Quanto às imunidades, há também a previsão de exclusão de incidência do ISS (art. 156, §3º, II) sobre exportações de serviços para o exterior, com base em lei complementar.

- 4) A emenda Constitucional nº 37, de 12.06.2002, incluiu, através das disposições transitórias – art. 88 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) -, a alíquota mínima de ISS de 2%.
Vide transcrição da referida emenda no Anexo B.

Esquemáticamente, pode-se posicionar o ISS no sistema constitucional tributário brasileiro da seguinte forma:

União – IMPOSTOS FEDERAIS – Art. 153, CF/88 - IR, IPI, ITR, IOF, IGF, II, IE (COFINS, PIS, EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS, IMPOSTOS EXTRAORDINÁRIOS, CONTRIBUIÇÕES, CPMF, outros)

Estados e

Distrito Federal

(TAXAS, CONTRIBUIÇÕES, outros)

IMPOSTOS ESTADUAIS – Art. 155 CF /88

competência legislativa – ICMS, ITCMD, IPVA

Municípios e

Distrito Federal

(TAXAS, CONTRIBUIÇÕES etc.)

IMPOSTOS MUNICIPAIS – Art. 156

CF/88

ISS

IPTU

ITBI

Quanto aos repasses constitucionais, estes podem ser ilustrados pela Figura 3.1:

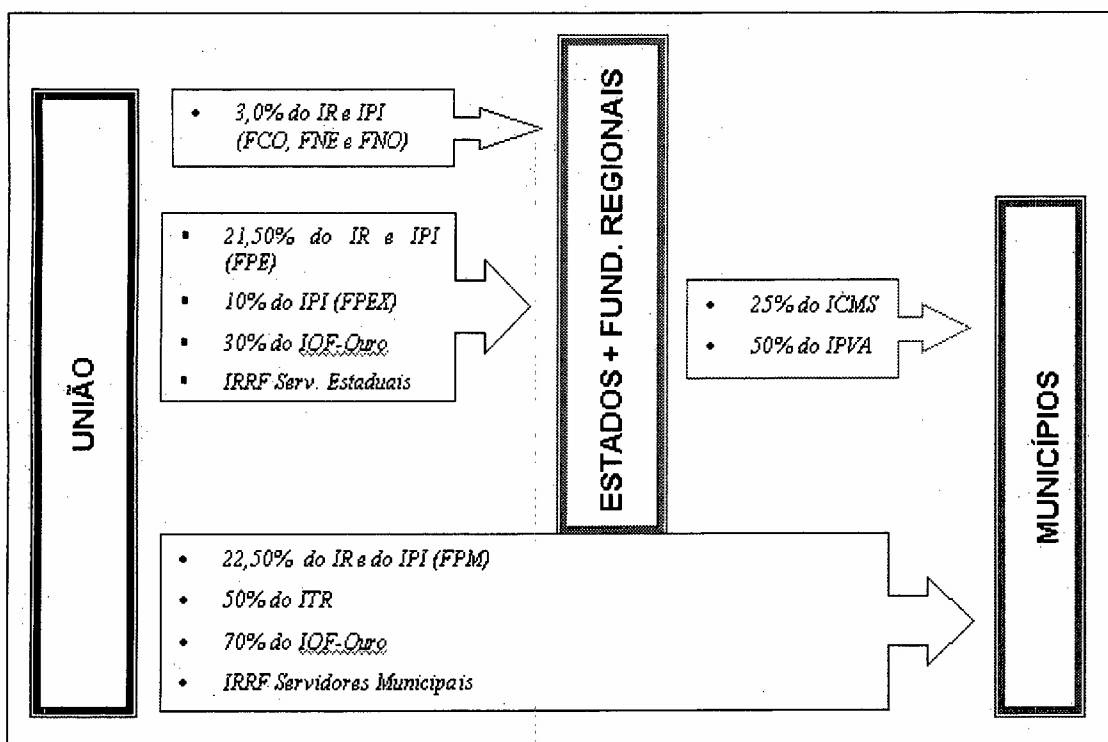


Figura 3.1 – Os repasses constitucionais

Fonte: Secretaria da Receita Federal¹

¹ Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/>. Acesso: 15 set. 2001

Uma análise da relação entre a arrecadação de receitas próprias e o aumento do recebimento de repasses de outros níveis de governo (federal e estadual) será vista com mais profundidade no capítulo 4.

Sumarizando esse assunto, pode-se dizer que as bases legais do ISS encontram-se apresentadas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Base legal do ISS

Legislação	Artigos
CONSTITUIÇÃO FEDERAL (alterada pela Emenda Constitucional nº 37/02 e pelos art. 86, 87 e 88 do ADCT)	156, III, §3º
DECRETO-LEI/ LEI COMPLEMENTAR FEDERAL	D.L. Nº 406/68 E D.L. Nº 834/69, L.C. Nº 22/74, L.C. Nº 56/87 E L.C. Nº 100/99
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL	Varia conforme o município
DECRETOS/REGULAMENTOS MUNICIPAIS	Varia conforme o município
PORTARIAS MUNICIPAIS	Varia conforme o município

Fonte: Formulada pelo autor com base nas informações de Haddad (1998)

3.2.3 Aspectos jurídicos do ISS

3.2.3.1 O conceito tributário de serviço

Segundo Moraes (1975), serviço é o resultado da atividade humana na criação de um bem que não se apresente sob a forma de um bem material. Exemplos: barbeiro, jardineiro, transportador, médico, entre outros.

O conceito acima, conforme mencionado pelo referido autor, envolve a prestação de *fazer*, conforme dita a teoria do direito civil referente às obrigações.

3.2.3.2 Os serviços abrangidos pelo ISS

Quais são os serviços abrangidos pelo ISS? A resposta encontra-se na lista de serviços a que se refere o art. 8º do Decreto-lei nº 406/68, com a redação dada pelas leis complementares nº 56, de 15.12.1987 e nº 100, de 22.12.1999. (Vide Anexo A ou Fernandes [2000]).

Agrupamento dos itens da lista de serviços, por área, segundo Gaspar (1997):

- Profissionais liberais – itens 01, 04, 09, 25, 52, 88, 89, 90, 91, 92 da lista.
- Construção civil – itens 32, 33, 34, 37 - maiores informações podem ser encontradas em Gonçalves (1998)
- Saúde – itens 02, 03, 05, 06 e 09.
- Limpeza e saneamento – itens 13 a 20 da lista.
- Agenciamento e corretagem – itens 45, 46, 47, 48 e 50 da lista.
- Organização de feiras, festas, exposições – itens 41 e 42.
- Bancos e financeiras – itens 95 e 96 da lista.
- Assistência técnica, assessoria e planejamento – itens 21 a 23 da lista.
- Demais itens da lista, concernentes a 68 itens, totalizando 101 itens para a lista completa.

Considerações quanto à lista de serviços:

Com fundamento no art.155, II, da CF/88, na redação da Emenda Constitucional nº 3/93, mesmo as comunicações **intramunicipais** pertencem ao campo de incidência do ICMS, ou seja, o item 98 não é objeto de incidência de ISS.

É de se notar que o dispositivo constitucional invocado, ao referir-se às prestações de serviços de transporte, denominou, expressamente, as interestaduais e intermunicipais, omitindo as intramunicipais que, portanto, permaneceram sujeitas ao ISS. Contudo, ao mencionar as prestações de serviços de comunicação, não estabeleceu restrições, permitindo assim que todas elas se submetessem à incidência do ICMS, e, ao mesmo tempo, afastando a tributação pelo ISS.

Do exposto infere-se que o item 98 da Lista de Serviços não foi recepcionado pelo sistema constitucional de 1988.

Quando a palavra “vetado” apresenta-se em companhia de outros vocábulos, significa que apenas algumas palavras ou expressões foram vetadas, permanecendo em vigor o item. Exemplos: itens 21, 23, 35, 43, 60 (a e g).

Os itens 32, 34, 38, 42, 68, 69, 70 da lista trazem ressalvas quanto à incidência do ISS, *vis-à-vis* o ICMS.

3.2.3.3 Fato gerador

Segundo Haddad (1998), a partir da vigência do Decreto-lei nº 406/68, o ISS passou a alcançar exclusivamente as atividades constantes da lista de serviços, que é considerada pelo autor como sendo taxativa, isto é, contém o rol integral dos serviços tributáveis. A taxatividade da lista de serviços não é, porém, unânime, havendo quem discorde da mesma, ressalta Haddad.

Ainda que se refira a norma anterior (CF-67) as considerações de Florenzano (1970) ainda permanecem válidas. Em particular quando ressalta as diferenças entre o ISS e o ICMS:

- a) serviço relacionado na lista anexa do Decreto-lei nº 406, de 1968, paga o ISS;
- b) serviço não relacionado na lista anexa ao Decreto-lei nº 406, de 1968, paga o ICM, se implicar saída de mercadoria;
- c) serviço não constante da lista anexa, e não implicando saída de mercadorias, não é tributado.

Ao município, é facultativo cobrar ISS sobre todos os itens da lista de serviços previstos em lei complementar. Se não o fizer, estará deixando de exercer na plenitude o seu poder tributário, concedido pela CF/88.

Ainda segundo Haddad (1998), para a concretização da hipótese de incidência do ISS, ou seja, para que o fato gerador do imposto ocorra, é necessário que haja:

- a) a efetiva prestação de serviço. É preciso que a prestação de serviço se concretize. É necessário que haja atividade econômica e preço do serviço;
- b) autonomia no exercício da atividade. O ISS prende-se à prestação de serviço pessoal, exercida em nome próprio ou com autonomia. A legislação referida determina que o serviço seja prestado por empresa ou profissional autônomo. O prestador de serviços é a pessoa que

vende seu trabalho. Por outro lado, empregados, pessoas que prestam serviços sob vínculo empregatício, trabalhadores avulsos, membros de conselhos consultivos de empresas, diretores, não estão sujeitos ao ISS;

- c) finalidade lucrativa. A prestação de serviços considerada é a que apresenta objetivo de lucro ou remuneração. O elemento lucro, mesmo em potencial, deve estar compreendido na atividade gravada pelo imposto.

Deve-se observar que:

- a) é irrelevante que o prestador de serviço tenha ou não estabelecimento fixo;
- b) o ISS é devido independente do contribuinte cumprir exigências legais, regulamentares ou administrativas, atinentes à atividade exercida.

3.2.3.4 Contribuinte

O contribuinte do ISS é o prestador do serviço; é a pessoa, natural ou jurídica, que exerce as atividades relacionadas na lista, de forma autônoma. Envolve tanto a empresa como o profissional autônomo.

Com base no art. 10 do Decreto-lei nº 406/68, podem ser considerados como contribuintes do ISS as seguintes pessoas:

- a) a empresa, isto é, a pessoa jurídica que pratica as atividades tributáveis;
- b) o profissional autônomo, que exerce as atividades tributáveis, em nome próprio, sem vínculo empregatício.

O parágrafo único do art. 10 do Decreto-lei nº 406/68 estabelece que não são contribuintes as pessoas que prestem serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

Ressalta-se que tais pessoas não são profissionais autônomos. Pessoas que prestem serviços em relação de emprego são empregados. Estes não são autônomos, pois prestam serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Assim, o empregado, o servidor público, o doméstico etc, não são sujeitos passivos do imposto.

Também não são autônomos os trabalhadores avulsos, tais como estivadores e conferentes, que prestem serviços de natureza eventual a diversas empresas, sob a dependência delas.

Os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades não exercem atividade em nome próprio e, portanto, não são autônomos.

3.2.3.5 Local da operação

Em razão do disposto no art. 12 do Decreto-lei nº 406/68, considera-se local de prestação de serviço, para efeito de incidência fiscal:

- a) em regra, o ISS é devido ao município onde se situa o estabelecimento prestador do serviço (caso de empresa ou profissional autônomo estabelecido) ou o domicílio do prestador do serviço (caso de ambulante);
- b) como exceção, o ISS é devido ao município onde se efetuar a prestação de serviço, quando tratar-se de atividade de construção civil.
- c) no caso do serviço a que se refere o item 101 da lista, o município em cujo território houver parcela da estrada explorada (alínea c da Lei Complementar nº 100/99).

Até dezembro de 2002, muitas empresas paulistanas, com relação aos municípios limítrofes ao município de São Paulo, ali estabeleciam suas sedes, porém, apenas para fins de evasão fiscal, pois eram sedes virtuais, visando pagar ISS com alíquotas baixas. Era preferível pagar 0,25% em Barueri, para uma dada atividade de serviço, a pagar 5% de ISS na capital do estado. Com a EC nº 37, de 12/06/02, através do art. 88 do ADCT, a partir de 2003 há a alíquota mínima nacional de ISS, que é de 2%, definida por tal emenda, enquanto não houver Lei Complementar regulamentando tal mudança.

3.2.3.6 Base de cálculo

Segundo Haddad (1998), base de cálculo de qualquer espécie tributária é a característica mensurável do fato gerador. É a mensuração do substrato econômico eleito como aspecto material da hipótese de incidência. A ela, base de cálculo, dever-se-á aplicar, regra geral, a alíquota para a determinação do imposto a pagar.

Consoante dispõe o art. 9º do Decreto-lei nº 406/68, a base de cálculo do ISS é o preço do serviço, no que tange à efetiva prestação do mesmo. Lembra-se, porém, que a prestação de serviço em potencial, sem efetivação, não constitui atividade econômica e, portanto, não tem preço e nem poderia servir de hipótese de incidência de nenhum imposto.

Finalmente, convém observar que o ISS é um imposto cuja sistemática de cobrança é do tipo por dentro, pois o valor do imposto está incluso em sua própria base de cálculo. Ocorre que muitos contribuintes costumam calculá-lo “por fora”.

3.2.3.7 Alíquotas

Com base no art. 4º da Lei Complementar nº 100/99, a alíquota máxima de incidência do ISS encontra-se fixada em 5% (cinco por cento), com relação apenas à prestação de serviço de exploração de rodovia mediante cobrança de pedágio aos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais (item 101 da lista de serviços acrescentado pela Lei Complementar nº 100/99). Há controvérsias jurídicas a respeito da referida alíquota máxima, assunto que foge ao escopo deste trabalho.

No município de São Paulo, costuma-se cobrar, de determinadas atividades de serviços, uma alíquota fixa. É o caso de médicos, advogados, engenheiros, entre outros profissionais liberais ou categorias específicas de profissionais.

Quanto aos demais serviços, cobra-se um percentual sobre o preço do mesmo. Em São Paulo, costuma ser de 5%, excetuando-se diversões públicas (10%) e academias de ginástica ou natação (2%), exceções válidas até 31 de dezembro de 2002. A partir de 2003, somente o bingo será tributado em 10%, e nove atividades de serviço, entre as quais vigilância, informática, limpeza, entre outras, terão alíquotas baixadas para 2%, além das mencionadas academias.

Lembra-se que a Lei Complementar nº 100/99 estabeleceu alíquota máxima de 5% apenas para o item 101 da lista (empresas que exploram atividades relacionadas a pedágios, tais como ECOVIAS e VIAOESTE). Quanto às alíquotas

mínimas, há o já mencionado piso nacional de 2% de alíquota de ISS, estabelecido pela EC nº 37, de 12/06/02, com exceções para alguns serviços relacionados à construção civil.

No que concerne à RMSP, este estudo irá indicar, no apêndice B, a alíquota predominante de ISS de cada município componente da RMSP.

Há contribuintes que, de acordo com o seu faturamento podem estar enquadrados no SIMPLES Federal como microempresas e, portanto, não estão obrigados a pagar as alíquotas de ISS estabelecidas pela prefeitura, estando sujeitos à alíquota do SIMPLES. Tal sistemática será melhor analisada no capítulo 5.

3.2.3.8 Isenções e incentivos fiscais

As isenções não foram regulamentadas pela CF/88. O CTN, em seus artigos 176 a 179, dispõe que a isenção decorre somente de lei que especifique as condições e requisitos necessários para sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de duração.

No caso do Município de São Paulo, várias leis criaram isenções ao ISS, como se pode verificar no texto do Decreto nº 32.923, de 26/04/99, que consolidou as normas que tratam dos impostos municipais. Entre as organizações isentas, encontram-se a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab), e as empresas que exploram serviço de transporte, por táxi, no município.

Quanto aos incentivos fiscais, a Lei nº 10.923, de 30/12/90, concede, à pessoa, física ou jurídica, domiciliada no município, incentivo fiscal para a realização de projetos culturais. Este incentivo corresponde ao recebimento, por parte do empreendedor de qualquer projeto cultural, de certificados expedidos pelo Poder Público, que podem ser utilizados para o pagamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) ou ISS.

3.2.4 Aspectos políticos do ISS

Esta parte do trabalho refere-se a uma análise de como os municípios dispuseram do seu poder de tributar, após a vigência da CF/88, bem como após a vigência da LRF. Será abordado também o tema Federalismo Fiscal e, também, o fenômeno da guerra fiscal municipal.

3.2.4.1 Uma nova configuração federativa para os municípios

Segundo Meirelles (1998), a Constituição de 88 aumentou sensivelmente a receita municipal, com a outorga de mais dois tributos privativos - Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter-vivos (ITBI) e Imposto sobre Vendas a Varejo e Consumo (IVVC) - e a majoração dos impostos partilhados (transferências intergovernamentais).

Com relação ao ITBI, comparando-se tal imposto com o ISS e o IPTU, com base no banco de dados cuja confecção está descrita no capítulo 4, menciona-se que, na RMSP, com base no ano 2000, a arrecadação do ISS foi de 50,83%; a do IPTU foi de 42,64%; a do ITBI foi de 6,53%.

No que tange ao IVVC, desde 1995 tal imposto já não está mais previsto na competência de arrecadação tributária municipal. O IVVC foi criado tendo um prazo de vida útil, que já foi expirado.

Quanto às transferências governamentais da União e dos Estados para os municípios, a mencionada majoração leva em consideração a participação nas receitas do município com 36% das receitas da União e 42% das receitas do Estado, em termos de repasses. Meirelles cita conferência de Alcides Jorge Costa como fonte de tais informações. O fato é que, após a vigência da CF/88, os municípios tiveram aumento em seu poder de tributar, aliado a um aumento do recebimento de recursos, por parte das outras esferas de governo.

Com o advento da CF/88 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), segundo Afonso e Araújo (2000), Giambiagi e Álem (2000), Viccari Junior et al. (2001) e Vignoli (2002), vários municípios terão que investir mais em sua arrecadação própria. Ocorre que vários deles viviam tão-somente do repasse do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), pois isso era mais cômodo. Com tal lei, os municípios terão que

investir mais na arrecadação de receitas provindas de seu próprio esforço de arrecadação, para poder custear suas despesas e para que, havendo recursos excedentes, possam contribuir, entre outros fatores, para investimento em programas sociais de governo, tais como saúde e educação. Mostra-se, no capítulo 4 que, apesar de os municípios da RMSP ainda dependerem consideravelmente de transferências, tais como as cotas-partes do ICMS e do FPM, o crescimento da arrecadação própria, principalmente o ISS e o IPTU, tem sido significativa, o que pressupõe relativa independência financeira dos municípios da RMSP, em seu conjunto.

3.2.4.2 Federalismo fiscal

Até o início da década de 80 observava-se no Brasil uma grande centralização, pelo governo federal, de recursos e de poder. O processo de descentralização fiscal foi iniciado a partir de então, sendo que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) aprofundou esse processo, que teve, segundo Giambiagi e Álem (2000), uma motivação política. Havia a intenção de fortalecer, financeiramente e politicamente, os estados e municípios, em detrimento do governo central. Dessa forma, a descentralização no país não foi conduzida pelo governo central, mas, sim, pelos estados e municípios, através dos seus representantes no legislativo federal. Os governadores de estado detinham tamanho poder e controle, inclusive para atuar no plano político nacional, que foram denominados, por Abrucio (1998), de “barões da federação”.

No tocante aos municípios, o federalismo fiscal brasileiro abrange uma forte tradição municipalista, segundo Rezende (2001). Prova disso é seu reconhecimento, após a promulgação da Constituição de 1988, como entes federativos, colocando-os em pé de igualdade em relação aos estados, em termos de direitos e deveres ditados pelo regime federativo.

Afonso e Araújo (2000) afirmam que, com a municipalização, que consiste em aumentar o poder da arrecadação tributária municipal, houve uma descentralização da receita, aliado a um processo desordenado de descentralização de encargos, no que tange aos municípios. Afirmam também que, quanto às receitas municipais, seu crescimento, após a Constituição de 1988, não se deve apenas ao aumento das transferências federais e estaduais. Nas grandes cidades, isto se dá

em razão da modernização fazendária e, após a estabilização econômica, pela melhoria dos sistemas de avaliação das propriedades imobiliárias e pelo crescimento dos serviços, à frente da indústria e do comércio. Nas cidades de pequeno porte e de regiões muito pobres, o aumento na arrecadação tende a ser explicado pela simples regulamentação e início de cobrança de impostos e taxas, uma vez que, há uma década atrás, na maioria destes municípios, nada era cobrado.

O capítulo 4 ilustra o que foi mencionado. Nas grandes cidades, cita-se a importância da arrecadação do IPTU, que costuma ter sua planta genérica de valores, um dos componentes de sua base de cálculo, atualizada anualmente, para efeito de cobrança, o mesmo ocorrendo com Santo André, para 2003. Nos pequenos municípios e municípios de pequeno porte, cita-se um caso de criação de um município, que é São Lourenço da Serra. Basta analisar sua arrecadação tributária para se constatar o efeito antes e depois de sua existência associado ao surgimento de uma estrutura de arrecadação tributária em 1992.

Em 1998, para os mencionados autores, a receita tributária municipal atingiu seu nível histórico máximo: cerca de 1,6% do PIB, mais de R\$ 14 bilhões anuais, montante que supera a principal transferência federal líquida, o Fundo de Participação Municipal, da ordem de R\$ 10 bilhões, em termos de Brasil.

3.2.4.3 A guerra fiscal municipal

A promulgação da Constituição de 1988 acarretou uma multiplicação em demasia do número de municípios. Isto gerou, segundo Abrucio (2000) uma competição predatória entre os mesmos, tendo por motivação a redistribuição, por parte de outros entes federativos, de recursos e de poder.

Outra forma de competição federativa predatória, segundo o referido autor, tem sido a guerra fiscal entre municípios. Tal fenômeno, para Abrucio (2000), pode ser inicialmente explicado pelo modelo de Tiebout, que parte do princípio de que quando os eleitores escolhem o estado onde irão morar estão manifestando sua combinação preferida de impostos e bens públicos, ou seja, um ponto ótimo (no sentido paretiano) entre tributação razoável e serviços de boa qualidade. É um processo de *voting with one's feet*, em que os indivíduos podem escolher sua residência tal qual o fazem na definição de suas preferências no mercado.

Pela lógica do referido modelo, os governos subnacionais que

estabelecerem políticas tributárias e de despesas públicas que agradem à população, serão não só por ela legitimados, mas também receberão levas migratórias. O mesmo vale para fluxos de capital (investimentos), que irão para os locais que tiverem uma melhor combinação entre impostos e serviços públicos. Tal modelo, de cunho liberal, dá base para a criação de uma disputa entre os governos subnacionais, que acaba se transformando em uma guerra.

O modelo de Tiebout, porém, não é unânime, havendo críticas. As principais críticas podem ser sumarizadas em quatro pontos: 1) Tiebout ignora as externalidades produzidas pela competição tributária; 2) o mercado competitivo não se reproduz exatamente numa federação, em virtude do pequeno número de competidores; 3) compara a lógica governamental à adotada pela empresa no que tange à eficiência, o que é falso; 4) não percebe os efeitos negativos da concorrência pura para a equidade entre os entes federativos, atingindo um pressuposto básico do federalismo democrático, a esperança quanto à simetria.

Na região metropolitana de São Paulo, a guerra fiscal entre municípios tem sido mais intensa e explícita. Até o final de 2002, os municípios vizinhos à capital do Estado costumavam baixar suas alíquotas propositadamente, com intuito de atrair empresas ou a sede das mesmas para seu território, dando a elas o incentivo para que recolhessem ISS com alíquotas de 0,25%, 0,5% ou de 1%. No município de São Paulo, as alíquotas incidentes sobre os mesmos serviços ainda são, em sua maioria, de 5%.

Devido a tais fatores, as empresas paulistanas mudavam a sede das mesmas para municípios vizinhos, que possuíam baixíssimas alíquotas de ISS, constituindo os chamados escritórios “virtuais”, mas, de fato, continuavam prestando serviços no município de São Paulo, numa estratégia que sugere a evasão, em detrimento da elisão fiscal. Ou seja, havia, duplo prejuízo para a capital do estado de São Paulo, pois a empresa não recolhia os tributos no município em que ela, de fato, atuava, e utilizava a infra-estrutura, em termos de transportes, entre outras alternativas, como um efetivo *free rider*.

No Apêndice B, há um quadro que ilustra a guerra fiscal municipal na RMSP, relacionando as alíquotas predominantes de ISS praticadas nos seus municípios, até dezembro de 2002.

3.2.4.4 A alíquota mínima nacional de ISS de 2%, a partir de 2003

A partir de janeiro de 2003, conforme já foi comentado anteriormente, entrou em vigor um piso nacional de alíquota de ISS, de 2%, que vale para os serviços sujeitos à tributação de tal imposto, à exceção de alguns relacionados à construção civil, que poderão ter alíquotas mais baixas, pois, em tal caso, o ISS deve ser cobrado no local da prestação do serviço.

Tal alíquota mínima foi introduzida pela Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002, complementada pelo art. 88 do ADCT, da CF/88 cuja reprodução de seu texto consta no Anexo B.

Com base na análise do quadro constante do Apêndice B, 16 municípios estariam com alíquotas acima do piso mínimo nacional de ISS (41,02%). 6 municípios estariam com alíquotas concernentes ao piso mínimo de 2 % (15,38%). Estariam abaixo do piso mencionado 17 municípios da RMSP, ou 43,58%. Ou seja, 56,42%, mais da metade dos municípios da RMSP, estariam dentro das condições de atendimento do piso mínimo nacional de ISS de 2%.

Há municípios que tentarão contestar juridicamente tal piso, com base no argumento de que as empresas que já se encontram estabelecidas em seu território, pagando ISS com alíquotas abaixo de 2%, terão direito adquirido quanto ao pagamento do imposto com tal alíquota, direito este que vigoraria até 2007, como é o caso de Barueri (Anexo C).

Nos Anexos D e E, há reportagens extraídas da Internet, com as respectivas fontes e datas de consulta, que darão um panorama sobre a problemática envolvendo o assunto em estudo.

3.3 A Região Metropolitana de São Paulo – RMSP

A RMSP será analisada sob o seguinte enfoque: breve caracterização do estado de São Paulo; as regiões metropolitanas existentes no referido estado; características da região metropolitana de São Paulo.

3.3.1O Estado de São Paulo

Para descrever esta região, tomaremos por base dados obtidos na Internet, junto à EMPLASA² e à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM)³

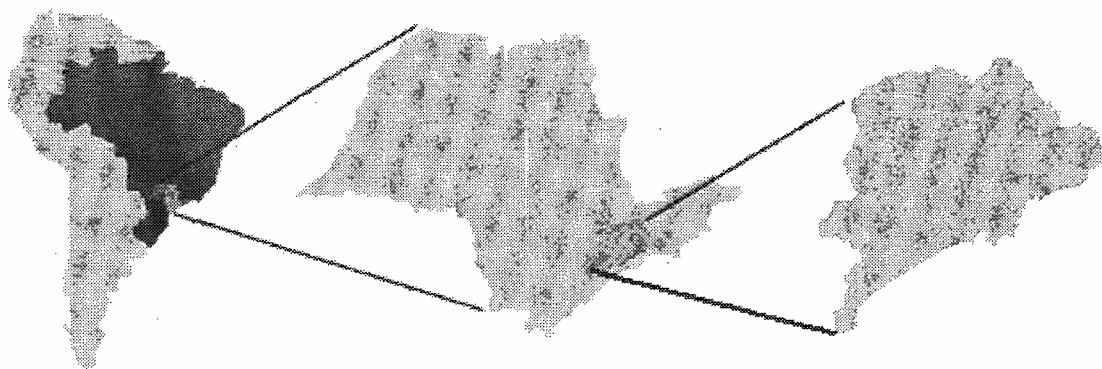


Figura 3.2 – Mapa do Brasil, do estado de São Paulo e da RMSP
Fonte: STM

Segundo informações fornecidas pela STM, o Estado de São Paulo, localizado na Região Sudeste do Brasil, é a mais importante unidade da Federação. Embora ocupe menos de 3% do território nacional, abriga 21,5% da população e responde por 35% do PIB e 44% do Produto Industrial da nação.

Em termos de comércio exterior, o Estado também ocupa posição de liderança respondendo por 35% das exportações do país, com uma pauta composta, em 84%, por produtos industrializados. Sua localização física e sua condição econômica conferem, ainda, ao estado, importante papel articulador e integrador no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

3.3.2 As regiões metropolitanas do Estado de São Paulo

Com relação às regiões metropolitanas, o Estado de São Paulo possui duas institucionalizadas - a Região Metropolitana de São Paulo e a Região Metropolitana da Baixada Santista - e uma em vias de institucionalização - a Região Metropolitana de Campinas.

² Disponível em <http://www.emplasa.sp.gov.br/>. Acesso: 11 set. 2002

³ Disponível em <http://www.stm.sp.gov.br/rmsp.htm>. Acesso: 11 set. 2002

As três regiões são interdependentes, porém, mantêm condições que as fazem diferenciadas umas das outras. Juntas, possuem características que as inserem no rol das metrópoles mundiais, apresentando fatores que as tornam bastante competitiva:

- a) compõem-se de centros urbanos poderosos, abrangendo cerca de 22 milhões de pessoas, ligando-se ao mundo por um sistema de comunicação (em especial de telecomunicações) bastante amplo e eficiente;
- b) infra-estrutura de comunicações através de transporte metropolitano, rodoviário, ferroviário, aéreo e portuário;
- c) centro tecnológico de ponta do país e da América do Sul;
- d) centro de pesquisa e ensino mais importante do país;
- e) centro econômico e de infra-estrutura para negócios, bastante competitivo e único no Mercosul.

A seguir, a Região Metropolitana de São Paulo será descrita de forma mais abrangente.

Aspectos físicos:

A Região Metropolitana de São Paulo é um dos maiores aglomerados urbanos do mundo, abrangendo a Capital do Estado e mais 38 municípios vizinhos. Sua área, de 8.051 km², corresponde a menos de 1 milésimo da superfície brasileira e a menos de 4% do território do Estado. Ainda que pequena em relação ao território brasileiro e estadual, a dimensão da Região Metropolitana é muito próxima a de alguns países.

A área urbanizada da Região é de 1.747 km², algo como 120 mil quarteirões. Essa área, que extrapola fronteiras municipais, aumentou cerca de 357 km² nos últimos 10 anos. Em termos físicos, esse número corresponde a crescer uma nova Belo Horizonte, outra importante capital brasileira, em apenas uma década.

Demografia:

A população atual da Região Metropolitana de São Paulo está estimada em 16,3 milhões de habitantes, cifra superior à de diversas nações. Desse total,

mais de 10 milhões moram no município da Capital. Alguns poucos indicadores dão a importância demográfica da Região dentro do Brasil e do Estado:

- a) 1 entre cada 10 brasileiros mora da RMSP.
- b) A cada hora, esta Região incorpora 30 novos habitantes.

Economia:

Cifras mais recentes indicam que o PIB da Região Metropolitana de São Paulo está em torno de US\$ 102,8 bilhões de dólares, comparável ao de diversas economias nacionais. Internamente, o PIB da Região corresponde a pouco mais de 50% do total estadual e a 18,5% da riqueza nacional. O PIB por habitante da RMSP, estimado em 6,4 mil dólares, é quase o dobro da média nacional.

Tal como o ocorrido em outras metrópoles mundiais, o setor terciário vem apresentando crescimento constante na Região Metropolitana de São Paulo. Consequência desse processo, o emprego no comércio e serviços saltou de uma participação de 57% em 1981 para 73% em 1995.

Transportes:

Como em qualquer conglomerado urbano de porte mundial, a intensa atividade econômica desenvolvida nesses pólos gera um número bastante elevado de viagens. Na RMSP, são realizadas 30,9 milhões de viagens por dia, das quais, 20,3 milhões são motorizadas. Por transporte coletivo, são 10,3 milhões/dia; por veículos particulares, 10 milhões/dia; e viagens a pé, 10,6 milhões/dia.

O sistema de ônibus da Região transporta cerca de 8 milhões de passageiros/dia, deslocamento efetuado em cerca de 650 linhas locais na Capital, 457 linhas locais nos demais municípios e em mais 300 linhas que fazem ligações entre municípios da RMSP. São cerca de 15 mil ônibus envolvidos nesse transporte, aos quais somam-se mais 10 mil ônibus fretados pelas empresas ou pelos próprios empregados.

O sistema metroviário transporta, nos 44 km cobertos por suas três linhas, cerca de 2,6 milhões de passageiros/dia. E o sistema de trem metropolitano transporta cerca de 1 milhão de passageiros/dia nos 270 km de linhas cobertos pela CPTM.

Além do transporte público, os deslocamentos na Região Metropolitana são feitos por uma frota de 4,5 milhões de veículos particulares, mais que um quinto

da frota nacional. Nas 46 mil ruas da Capital, circulam, por dia, 2,5 milhões de veículos. Nesse contexto, os congestionamentos e os acidentes são um problema crescente:




- a) 8 pessoas são mortas e 450 acidentadas todo dia no trânsito;
- b) 20% dos trabalhadores dispendem mais de 3 h por dia no transporte e 10% mais de 4 h por dia;
- c) 94% da poluição do ar vem de carros, ônibus e caminhões;
- d) os congestionamentos diários se estendem por 100km em média.

A melhoria dos deslocamentos e condição ambiental depende da expansão da rede existente de trilhos e corredores e a integração dos vários modais, objetivo do Programa de Integração dos Transportes Urbanos (PITU).

Dimensões físicas:

A Região Metropolitana de São Paulo, apesar de corresponder a menos de 1% do território brasileiro, tem a dimensão física equivalente à de algumas nações.

Quadro 2 – Comparação das dimensões físicas da RMSP, em relação ao Líbano e à Jamaica.

		
RMSP	Líbano	Jamaica
8.051 km²	10.452 km²	10.991 km²

Fonte: STM

População:

Embora seja simplesmente uma região do Estado de São Paulo, a população da RMSP chega a superar a de algumas nações.



Figura 3.3 – Comparação entre o número de habitantes da RMSP, que é maior do que o da Holanda e o do Chile

Fonte: STM

Potencial econômico:

O potencial econômico da RMSP pode ser evidenciado pelo volume de seu PIB, também comparável ao de várias nações.

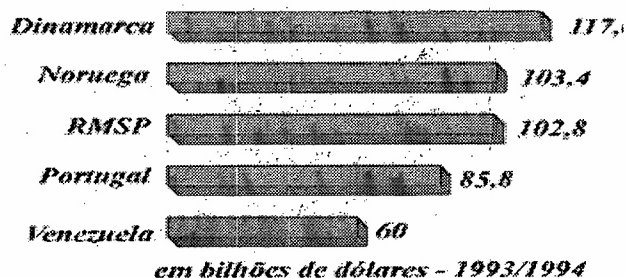


Figura 3.4 – Comparação entre o PIB da RMSP e o de algumas nações

Fonte: STM

Municípios integrantes da Região Metropolitana de São Paulo:

A composição dos municípios que pertencem à RMSP tem por base a Lei Complementar Federal nº 14, de 8/6/73, e a Lei Complementar Estadual nº 94, de 29.05.1974.

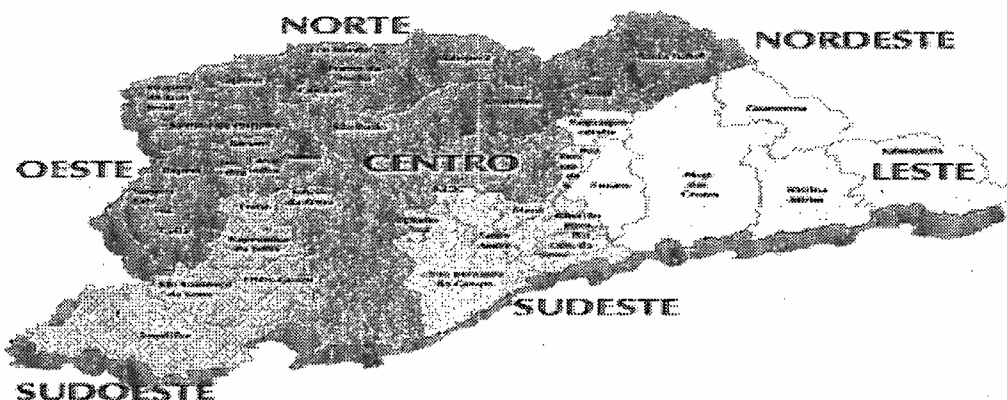


Figura 3.5 – Mapa dos municípios componentes da RMSP e das respectivas sub-regiões
Fonte:STM

Integram a RMSP os seguintes municípios:

Quadro 3 – Enumeração dos municípios componentes da RMSP

1 Arujá	14 Guararema	27 Ribeirão Pires
2 Barueri	15 Guarulhos	28 Rio Grande da Serra
3 Biritiba - Mirim	16 Itapevi	29 Salesópolis
4 Cajamar	17 Itaquaquetuba	30 Santa Isabel
5 Caieiras	18 Itapeçerica da Serra	31 Santana de Parnaíba
6 Carapicuíba	19 Jandira	32 Santo André
7 Cotia	20 Juquitiba	33 São Bernardo do Campo
8 Diadema	21 Mairiporã	34 São Caetano do Sul
9 Embu	22 Mauá	35 São Lourenço da Serra
10 Embu-Guaçu	23 Mogi das Cruzes	36 São Paulo
11 Ferraz de Vasconcelos	24 Osasco	37 Suzano
12 Francisco Morato	25 Pirapora do Bom Jesus	38 Taboão da Serra
13 Franco da Rocha	26 Poá	39 Vargem Grande Paulista

Fonte: STM

4 ANÁLISE DAS RECEITAS MUNICIPAIS DA RMSP, A PARTIR DE DADOS DO SEADE E DO STN

Este capítulo foi subdividido da seguinte forma: montagem do banco de dados; análise estatística antes e após a vigência da CF/88, de alguns dados referentes à arrecadação tributária municipal; análise geral de alguns dados de arrecadação tributária de 1991 a 2000; análise horizontal dos mesmos, de 1995 a 2000 e, por fim, a questão da eficiência econômica do ISS, envolvendo a elasticidade com relação à alíquota e a população.

4.1 Montagem do banco de dados⁴

Para a montagem do banco de dados, a explicação está dividida em duas partes: a primeira, utilizando como fonte o *site* da Fundação SEADE⁵ para os dados de arrecadação tributária de 1980 a 1997 e, a segunda, usando o *site* da Secretaria do Tesouro Nacional⁶, com relação aos dados de arrecadação tributária de 1998 a 2000. Lembra-se que, além da Internet como recurso de informática, foi usado o *software* Excel (gerenciador de planilhas eletrônicas), bem como o Access (gerenciador de banco de dados), ambos do pacote Office, da Microsoft.

Quanto aos dados do SEADE, o primeiro passo consiste em salvar a planilha com os dados referentes aos 39 municípios paulistas, componentes da RMSP, como arquivo HTML, no próprio disco fixo do computador, pois é um arquivo que ocupa grande espaço na memória.

O passo seguinte consiste em acionar o *software* Excel no computador e abrir o arquivo dos dados dos municípios paulistas em tal *software*.

Uma vez aberto o referido arquivo, o passo seguinte será salvá-lo como arquivo do Excel, com extensão XLS.

⁴ Este subcapítulo apenas descreve a confecção do banco de dados tributário. Para obtê-lo, favor entrar em contato com o autor do trabalho no seguinte e-mail takmark@uol.com.br

⁵ Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acesso: 30 set 2002

⁶ Disponível em http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp Acesso: 15 jul. 2002

Deve-se selecionar a planilha toda, utilizar o comando Editar + Copiar e, em outra planilha, utilizar o recurso Editar + Colar Especial + Valores, salvando-se, por fim, esta planilha, com outro nome.

Para que as informações fiquem dispostas de uma forma mais acessível para leitura, utilizou-se um recurso avançado de programação do Excel, denominado macro, para dispor tais informações de maneira mais fácil e didática ao pesquisador.

A macro constitui um recurso de programação em Visual Basic, disponível em Excel, para facilitar a operacionalização de tarefas repetitivas. Tal programa está descrito conforme abaixo:

```
Sub macro1()
'
' macro1 Macro
'
'
' Atalho do teclado: Ctrl+z
'
ActiveCell.Offset(2, 0).Range("A1:A15").Select
Selection.Copy
ActiveCell.Offset(-2, 0).Range("A1").Select
Selection.PasteSpecial Paste:=xlAll, Operation:=xlNone,
SkipBlanks:=False _
, Transpose:=True
ActiveCell.Offset(1, 0).Range("A1:A16").Select
Application.CutCopyMode = False
Selection.EntireRow.Delete
End Sub
```

A intenção da macro, que constitui uma série de comandos programados em linguagem Visual Basic, é a de mudar a visualização dos dados, referentes a cada município, que estão dispostos em colunas, para uma disposição em linhas.

Feito isso, pode-se, da planilha original, extrair as informações dos 39 municípios da RMSP numa outra planilha, em Excel.

De posse das planilhas em Excel, já submetidas às macros, o objetivo seguinte será o de subdividir os dados por ano, em planilhas dispostas em pastas,

no mesmo arquivo. A planilha original foi denominada planilha-matriz, e as demais, decorrentes desta, as “planilhas-filiais”, correspondentes, cada uma delas, a informações anuais.

O problema dos dados do SEADE é que cada variável está em moeda de um determinado ano. Há variáveis em moeda de 1997, outras em moeda de 1998 e há, também, algumas em moeda de 2000, atualizadas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getulio Vargas (FGV), porém, pela média anual de tal índice, com as respectivas mudanças de moeda. Através da mesma sistemática descrita, os dados foram dispostos em valores nominais novamente e, a partir daí, foram atualizados mensalmente, até dezembro de 2000.

Quanto aos dados do STN, os mesmos estão dispostos em formato de arquivo Access, bastando, com o uso do recurso Editar + Copiar e Editar + Colar, salvar as informações em Excel.

Os valores do banco de dados do STN são da moeda então vigente, ou seja, os dados estão dispostos em valores nominais. Basta aplicar o sistema acima descrito de atualização mensal de valores para dezembro de 2000, aplicando-se os índices concernentes ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Abaixo, está a tabela com os fatores de correção utilizados.

Ano	Fator de correção
1980	0,088807257
1981	0,041758507
1982	0,021445296
1983	0,009125651
1984	0,002825611
1985	0,000865657
1986	0,261091176
1987	0,123986212
1988	0,020253831
1989	1,787753507
1990	0,044985871
1991	0,007543036
1992	0,000908679
1993	0,009737338
1994	0,946491530
1995	1,653947358
1996	1,486906727
1997	1,377451500
1998	1,325572810
1999	1,193441781
2000	1,047691687

Com pesquisa feita através de plano de contas, encontrado em Kohama (2000), e tendo usado o glossário com termos da Contabilidade Pública, encontrado em Lima e Castro (2001), a relação de contas segue a sistemática estabelecida pela lei nº 4320/64.

Constam, em tal banco de dados, no que concerne ao estudo em questão, informações referentes a receitas correntes e de capital, no período de 1980 a 1997, dos municípios paulistas. Há outras variáveis, referentes a despesas, por exemplo, porém, não são prioritárias para este estudo. Quanto às receitas correntes, estão discriminadas, entre outras, as receitas tributárias, das contribuições, patrimoniais, provenientes de transferências correntes (envolvendo transferências da União e dos Estados), e as relacionadas às dívidas ativas, apenas exemplificando, pois há outras. Quanto às receitas de capital, estão discriminadas as provenientes, entre outras, das operações de crédito, as alienações de bens, a amortização de empréstimos.

Em essência, tal banco de dados tem propósitos analíticos e descritivos, e visa estimar a elasticidade da arrecadação com relação à alíquota, além de fornecer alguma informação, referente à curva de Laffer. Esta questão será retomada no item 4.4.

4.2 Análise da arrecadação tributária antes e após a vigência da CF/88

Este item será analisado verificando-se as receitas *per capita*, como parâmetro de comparação entre dois períodos, que são, inicialmente, o que vai de 1980 a 1988, denominado de **período 1**, e o que vai de 1989 a 2000, denominado de **período 2**. Esta divisão entre os dois períodos teve por marco a entrada em vigor da CF/88. Será verificado se é possível notar mudanças significativas no comportamento dos municípios com a vigência da nova carta magna, quanto aos municípios paulistas componentes da RMSP, no que tange à arrecadação de receitas próprias e de recebimento de transferências de outras esferas de governo.

Há algumas ressalvas a serem mencionadas, concernentes ao fato de que, quanto ao ITBI, muitos municípios não informaram dados de sua arrecadação, o que poderia prejudicar a análise. Por tal razão, optou-se por não se fazer a análise

de tal imposto.

Quanto ao IVVC, não há como compará-lo nos períodos 80-88 e 89-00, pois o mesmo foi extinto em 1995. Optou-se, também, por não se fazer a análise do mencionado imposto.

Além do exposto, quanto aos demais tributos, em relação ao SEADE, ocorreu que: Biritiba-mirim não informou os dados de 1997; Itapecerica não informou os dados de 1994; Itaquaquecetuba não informou os dados de 1997; São Lourenço foi criado em 1991 e seus dados de arrecadação são informados a partir de 1993; Vargem Grande Paulista não informou dados de arrecadação tributária de 1980 a 1982. Foram utilizados, nos casos de Biritiba-mirim, Itapecerica e Itaquaquecetuba, os dados do STN dos mesmos anos mencionados, que estavam faltando para completar o banco de dados. Não foram utilizados apenas os dados do STN, pois estes estão disponíveis na Internet a partir de 1989, e alguns municípios da RMSP não constam na relação que compõe os municípios do estado de São Paulo.

Tabela 4.1 – Receitas *per capita* correntes e de capital para os municípios da RMSP, em reais de dez/2000 (média 1980-1988 versus média 1989-2000).

(continua)

	Receitas Correntes per capita		Variação %	Receitas de Capital per capita		Variação%
	80-88	89-00		80-88	89-00	
Arujá	404,13	521,87	29,13	61,39	36,78	-40,10
Barueri	462,10	1.278,84	176,75	24,70	8,97	-63,67
Biritiba Mirim	212,99	400,27	87,93	46,45	39,91	-14,07
Caieiras	370,64	480,10	29,53	23,61	5,19	-78,02
Cajamar	446,84	912,17	104,14	39,12	98,41	151,58
Carapicuíba	125,43	190,54	51,91	20,25	7,60	-62,49
Cotia	467,93	583,92	24,79	51,80	12,33	-76,19
Diadema	389,14	686,94	76,53	34,89	12,36	-64,58
Embu	234,38	365,57	55,98	39,34	16,89	-57,07
Embu-Guaçu	272,28	348,08	27,84	21,78	8,87	-59,27
Ferraz de Vasconcelos	199,53	238,90	19,74	63,95	21,19	-66,86
Francisco Morato	142,66	191,45	34,20	29,80	16,47	-44,72
Franco da Rocha	140,13	238,38	70,11	51,67	16,94	-67,21
Guararema	282,80	688,76	143,55	50,65	32,55	-35,73
Guarulhos	344,76	636,62	84,65	39,91	50,52	26,59
Itapecerica da Serra	236,90	367,39	55,08	18,58	10,07	-45,79

(conclusão)

	Receitas Correntes per capita		Variação %	Receitas de Capital per capita		Variação%
	80-88	89-00		80-88	89-00	
Itapevi	173,23	290,79	67,86	31,64	10,10	-68,09
Itaquaquecetuba	172,49	268,52	55,67	22,55	13,14	-41,71
Jandira	227,28	348,74	53,44	22,55	12,57	-44,25
Juquitiba	216,90	471,92	117,57	16,68	21,08	26,37
Mairiporã	299,89	513,14	71,11	54,73	16,44	-69,96
Mauá	356,84	519,20	45,50	71,17	40,18	-43,55
Mogi das Cruzes	322,12	482,26	49,72	71,21	27,82	-60,93
Osasco	300,25	574,02	91,18	30,87	27,47	-11,02
Pirapora do Bom Jesus	689,22	675,95	-1,92	71,17	50,83	-28,58
Poá	382,76	350,56	-8,41	66,08	26,39	-60,06
Ribeirão Pires	340,37	499,59	46,78	85,16	26,35	-69,06
Rio Grande da Serra	179,86	301,10	67,41	53,73	8,39	-84,38
Salesópolis	237,04	452,90	91,06	84,18	41,94	-50,18
Santa Isabel	236,64	385,69	62,99	41,85	5,94	-85,80
Santana de Parnaíba	306,61	622,52	103,04	56,73	45,08	-20,54
Santo André	426,17	570,22	33,80	25,45	5,33	-79,05
São Bernardo do Campo	746,13	1.115,35	49,48	16,49	11,13	-32,48
São Caetano do Sul	670,01	1.285,36	91,84	98,11	29,65	-69,78
São Lourenço da Serra	N/D	417,20	N/D	N/D	21,10	N/D
São Paulo	480,47	716,02	49,03	122,96	129,51	5,33
Suzano	429,17	582,48	35,72	23,70	13,24	-44,13
Taboão da Serra	289,42	522,92	80,67	27,26	8,78	-67,79
Vargem Grande Paulista	553,91	579,29	4,58	30,42	58,02	90,73
Total	445,86	669,06	50,06	94,07	87,56	-6,92

Fonte: SEADE; STN

Notas: Tabulação do autor

N/D Dado não disponível ou o valor do denominador é zero

Através da análise da Tabela 4.1, comparando-se as receitas correntes versus as de capital, verifica-se que, confrontando-se os dois períodos, as primeiras tiveram um crescimento de 50,06%, do período 1 para o período 2, indo de R\$ 445,86 para R\$ 669,06, ambas *per capita*. Já as segundas decresceram 6,92%,

partindo de R\$ 94,07 no período 1 e, diminuindo para R\$ 87,56, *per capita*, no período 2. Ou seja, o crescimento das receitas correntes foi significativo, em relação às receitas de capital que, de forma oposta, apresentaram decréscimo.

Lembra-se que, no período 80-88, não foram incluídas as receitas de São Lourenço da Serra, pois tal município não existia neste período. O referido município foi criado na década de 90, mais precisamente em 1991.

Conclui-se que as receitas de capital não tiveram crescimento em comparação com as receitas correntes, após a vigência da Constituição Federal de 1988. Ou seja, em geral, na RMSP, prevaleceu a preferência pela arrecadação das receitas provenientes de tributos, contribuições, transferências correntes, agropecuária, industrial, de serviços e outras, em detrimento da arrecadação das receitas oriundas das operações de crédito, alienação de bens e recebimento de dívidas, entre outras. O município que teve o maior decréscimo efetivo *per capita* de receitas correntes foi Poá, com -8,41%. O maior foi Barueri, com 176,75%. São Paulo teve um crescimento de 49,03%. Quanto às receitas de capital, o maior decréscimo de receita ocorreu em Santa Isabel (-85,80%) e o maior crescimento ocorreu em Cajamar (151,58%). São Paulo registrou crescimento de 5,33%.

Tabela 4.2 – Arrecadação *per capita* cotas-partes de ICMS e do FPM - municípios RMSP, em reais de dez/2000 (média 1980-1988 versus média 1989-2000)

(continua)

	Cota-parte ICMS		Variação %	Cota-parte FPM		Variação %
	80-88	89-00		80-88	89-00	
Arujá	169,81	197,13	16,08	68,52	82,99	21,13
Barueri	216,59	637,77	194,46	37,54	52,60	40,14
Biritiba Mirim	67,78	95,09	40,30	85,32	134,55	57,70
Caieiras	204,36	182,07	-10,91	67,32	78,28	16,29
Cajamar	244,56	400,49	63,76	62,95	93,03	47,78
Carapicuíba	34,70	52,93	52,52	28,56	36,12	26,45
Cotia	248,54	277,40	11,61	37,57	52,83	40,63
Diadema	240,37	348,88	45,14	25,84	34,60	33,91
Embu	82,51	118,67	43,83	32,75	51,37	56,87
Embu-Guaçu	70,18	97,06	38,31	66,19	86,37	30,48
Ferraz de Vasconcelos	73,02	93,58	28,15	45,87	55,11	20,16
Francisco Morato	27,82	33,02	18,70	49,07	56,76	15,68

(conclusão)

	Cota-parte ICMS (R\$ 2000)		Variaç ão %	Cota-parte FPM (R\$ 2000)		Variaçã o %
	80-88	89-00		80-88	89-00	
Franco da Rocha	68,16	77,43	13,59	25,02	64,82	159,02
Guararema	76,42	273,03	257,27	87,88	129,44	47,29
Guarulhos	238,23	308,22	29,38	11,86	13,41	13,13
Itapecerica da Serra	100,34	146,34	45,84	41,36	61,08	47,68
Itapevi	66,56	94,55	42,05	34,62	54,46	57,32
Itaquaquecetuba	77,26	95,71	23,88	38,65	46,50	20,32
Jandira	112,09	141,38	26,13	51,51	64,52	25,25
Juquitiba	41,25	79,31	92,27	86,43	131,43	52,06
Mairiporã	69,48	96,79	39,31	58,99	86,94	47,40
Mauá	276,47	325,13	17,60	10,38	20,44	96,94
Mogi das Cruzes	158,77	178,06	12,15	32,60	37,88	16,22
Osasco	149,58	186,74	24,84	7,80	15,70	101,15
Pirapora do Bom Jesus	375,47	249,21	-33,63	130,41	146,57	12,40
Poá	200,38	103,88	-48,16	53,68	66,67	24,21
Ribeirão Pires	160,60	206,06	28,31	42,21	68,04	61,22
Rio Grande da Serra	62,15	91,77	47,66	38,50	103,18	167,99
Salesópolis	67,87	143,01	110,73	95,56	164,97	72,65
Santa Isabel	96,28	113,99	18,40	62,84	108,15	72,09
Santana de Parnaíba	127,41	123,99	-2,69	22,97	63,00	174,32
Santo André	249,15	237,38	-4,73	12,08	16,94	40,18
São Bernardo do Campo	471,26	490,59	4,10	13,89	17,00	22,38
São Caetano do Sul	408,57	626,45	53,33	38,29	80,46	110,12
São Lourenço da Serra	N/D	87,05	N/D	N/D	120,42	N/D
São Paulo	184,14	221,74	20,42	0,55	2,31	318,42
Suzano	302,95	341,29	12,66	33,32	52,61	57,88
Taboão da Serra	144,66	218,55	51,08	22,58	56,63	150,86
Vargem Grande Paulista	286,82	185,00	-35,50	93,45	108,22	15,81
Total	196,16	236,19	20,41	8,66	16,11	86,03

Fonte: SEADE; STN

Notas: Tabulação do autor

N/D Dado não disponível ou o valor do denominador é zero

Analisando-se mais especificamente as receitas correntes, no que diz respeito às transferências, nota-se, com base na Tabela 4.2, que a RMSP apresentou, do período 1 para o período 2, um crescimento no recebimento *per*

capita das cotas-partes de ICMS de 20,41%, partindo de uma receita *per capita* de R\$ 196,16 para R\$ 236,19. Vargem Grande Paulista foi o município que teve maior decréscimo de receita com a cota-parte do ICMS, com -35,50%. O maior crescimento deu-se em Guararema, com 257,27%. São Paulo teve um crescimento de 20,42%.

Compõem os critérios para repasse de recursos do ICMS no Estado de São Paulo, segundo a Lei Estadual nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29 de dezembro de 1993: valor adicionado; população; receita tributária própria; área cultivada; área inundada; área protegida; componente percentual fixo, determinado por lei. Tais critérios, com pesos diferentes, em função de percentuais de participação, definem um índice, que corresponderá à participação do município na cota-parte do ICMS.

Já a receita *per capita* proveniente do FPM teve um crescimento considerável, partindo de R\$ 8,66, no período 1 para R\$ 16,11, no período 2. Apurou-se um crescimento de 86,03%. O município da RMSP que menor crescimento teve com a cota-parte do FPM foi Pirapora do Bom Jesus (12,40%). O maior crescimento ocorreu em São Paulo (318,42%).

A vigência da Constituição Federal de 1988 proporcionou ganhos significativos de receitas decorrentes do repasse de impostos federais aos municípios, provenientes, no caso do FPM, da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI).

A divisão dos recursos do fundo concernente ao FPM é feita através de coeficientes de cada município. Os coeficientes dos municípios são fixados de acordo com o disposto na Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), com as alterações do Decreto-Lei nº 1.881/81, e nas Leis Complementares nº 59/88, 62/89, 71/92 e 74/93. No caso das capitais e dos Municípios participantes da reserva criada pelo Decreto-Lei nº 1.881/81 com coeficiente 4,0, utiliza-se, também, a renda *per capita* do respectivo Estado. É muito provável que a questão da renda *per capita* como fator componente dos coeficientes para divisão dos recursos do FPM tenha influenciado no fato de que São Paulo (capital) tenha tido o maior crescimento na arrecadação da cota-parte do FPM e que Pirapora do Bom Jesus tenha tido, como contrapartida, o menor crescimento.

A carga tributária brasileira, segundo Giambiagi e Alem (2000), no início da década de 80, era de 25% do PIB. Em 2002, atingiu a marca de 34% do PIB,

crescendo 36% no período que vai de 1980 a 2002. Tais fatos influenciam sobremaneira no que diz respeito aos impostos federais partilhados com os municípios.

Cumpra acrescentar que a repartição das receitas tributárias é uma alternativa para garantir a autonomia dos entes políticos Estados e, no caso, dos Municípios, na forma federativa de estado do Brasil. Os referidos autores apontam que o aumento das transferências, após 1988, foi excessivo, e mencionam que os percentuais de repasse do IPI e do imposto de renda para o FPM foram gradativamente elevados, atingindo, a partir de 1993, 22,5%. O total transferido pelos estados para os municípios também aumentou de forma expressiva, tanto pelo alargamento da base do principal imposto estadual como pelo aumento do percentual de sua arrecadação destinado àqueles entes federativos municipais. Rezende (2001) também ressalta o aumento da arrecadação de recursos tributários dos estados e municípios, via aumento de transferências intergovernamentais.

Será feita a seguir, com base nas Tabelas 4.2 e 4.3, uma análise das receitas tributárias, concernentes aos tributos de arrecadação própria, em comparação com as receitas provenientes das cotas-partes do ICMS e do FPM. Do período 1 para o período 2, as receitas tributárias *per capita* tiveram um crescimento de 36,82%, passando de R\$ 174,71 para R\$ 239,03. Comparando-se tal percentual com o da cota-parte do ICMS e o da cota-parte do FPM, o crescimento das receitas tributárias foi maior do que o primeiro (80,30%), porém, menor do que o segundo (-57,20%). O município que mais cresceu com a arrecadação de receitas tributárias foi Juquitiba (379,78%) e quem mais decresceu, foi Rio Grande da Serra (-27,79%). São Paulo teve um crescimento de 38,48%.

Tabela 4.3 – Arrecadações totais de receitas tributárias, IPTU e ISS per capita, em reais de dez/2000 (média de 1980-1988 versus média de 1989-2000)

(continua)

	80-88	89-00		80-88	89-00		80-88	89-00	
	Total de Receitas tributárias Munic.	Total de Receitas tributárias Munic.	%	Arrecad. do IPTU	Arrecad. do IPTU	%	Arrecad. do ISS	Arrecad. do ISS	%
Arujá	87,98	136,54	55,20	41,02	44,28	7,97	16,20	39,38	143,06
Barueri	134,81	355,57	163,75	7,27	13,00	78,80	123,97	294,05	137,20
Biritiba Mirim	18,45	39,02	111,50	6,83	16,20	137,14	5,87	10,63	81,16
Caieiras	54,68	97,84	78,94	19,17	56,64	195,48	16,83	24,56	45,90
Cajamar	81,25	151,72	86,73	20,16	48,16	138,92	38,43	73,56	91,40
Carapicuíba	20,67	36,72	77,70	8,65	15,86	83,34	5,47	6,66	21,72
Cotia	130,10	158,31	21,68	67,86	54,08	-20,31	35,48	65,96	85,89
Diadema	67,16	109,69	63,32	22,81	50,72	122,34	33,52	35,62	6,26
Embu	81,62	107,54	31,75	23,69	32,48	37,08	46,13	64,16	39,08
Embu-Guaçu	74,89	64,16	-14,33	27,68	34,20	23,55	9,49	10,85	14,33
Ferraz de Vasconcelos	35,83	33,30	-7,07	15,97	10,41	-34,82	2,77	5,82	109,84
Francisco Morato	34,35	26,92	-21,62	19,39	13,39	-30,93	2,39	4,71	97,08
Franco da Rocha	26,32	37,75	43,46	10,88	11,37	4,45	5,44	9,38	72,51
Guararema	62,34	104,86	68,22	23,25	30,77	32,33	26,66	52,50	96,90
Guarulhos	62,90	156,63	149,00	20,20	54,64	170,56	28,81	57,87	100,86
Itapecerica da Serra	51,44	59,43	15,53	26,20	27,41	4,60	14,31	16,84	17,69
Itapevi	32,05	48,27	50,58	11,23	18,82	67,64	13,52	17,25	27,56
Itaquaquecetub a	32,90	52,81	60,51	17,57	26,19	49,03	9,41	13,85	47,28
Jandira	27,11	35,97	32,69	8,33	13,46	61,61	9,94	10,23	2,97
Juquitiba	22,90	109,85	379,78	9,58	22,38	133,61	5,94	61,17	929,56
Mairiporã	115,41	170,81	48,00	65,13	108,48	66,55	7,07	16,47	132,91
Mauá	44,01	61,02	38,64	14,91	29,21	95,87	15,44	20,49	32,75
Mogi das Cruzes	75,10	143,15	90,60	27,94	62,19	122,59	21,98	40,26	83,17
Osasco	105,57	156,79	48,51	23,84	63,48	166,28	70,24	66,83	-4,85
Pirapora do Bom Jesus	54,61	90,48	65,70	21,86	41,53	90,04	7,05	31,23	342,93
Poá	72,68	87,77	20,77	24,72	18,75	-24,18	16,73	43,75	161,50
Ribeirão Pires	79,85	78,17	-2,11	18,15	25,95	42,94	17,85	19,19	7,51

(conclusão)

	80-88	89-00		80-88	89-00		80-88	89-00	
	Total de Receitas tributárias Munic.	Total de Receitas tributárias Munic.	%	Arrecad. do IPTU	Arrecad. do IPTU	%	Arrecad. do ISS	Arrecad. do ISS	%
Rio Grande da Serra	43,35	31,30	-27,79	26,53	9,80	-63,07	4,24	5,10	20,37
Salesópolis	24,64	38,07	54,54	6,37	8,91	39,95	7,90	10,94	38,43
Santa Isabel	32,90	81,33	147,20	8,21	20,34	147,72	15,52	45,05	190,21
Santana de Parnaíba	87,35	268,47	207,34	47,64	156,07	227,60	26,36	74,89	184,05
Santo André	86,80	135,99	56,68	22,30	48,80	118,86	38,60	60,05	55,58
São Bernardo do Campo	151,01	189,83	25,71	46,26	50,85	9,92	61,45	69,50	13,10
São Caetano do Sul	123,67	308,84	149,73	19,05	40,38	112,02	70,33	159,27	126,47
São Lourenço da Serra	N/D	94,49	N/D	N/D	36,67	N/D	N/D	37,14	N/D
São Paulo	223,73	309,84	38,48	71,47	78,19	9,41	119,11	158,61	33,17
Suzano	56,15	84,15	49,88	15,55	49,77	219,95	30,92	23,60	-23,67
Taboão da Serra	76,69	112,81	47,10	17,35	33,60	93,63	43,82	47,56	8,53
Vargem Grande Paulista	78,61	130,72	66,29	36,81	69,52	88,86	18,36	30,53	66,28
Total	174,71	239,03	36,82	55,11	64,61	17,24	91,14	117,17	28,56

Fonte: SEADE; STN

Notas: Tabulação do autor

N/D Dado não disponível ou o valor do denominador é zero

No que tange aos impostos municipais, comparando-se as arrecadações provenientes do IPTU com as do ISS, constata-se que o primeiro teve um menor crescimento, que foi de 17,24%, contra 28,56% do ISS. Ou seja, na RMSP, prevalece uma estratégia de arrecadação baseada em imposto relacionado a rendas mobiliárias, fato que corrobora o crescimento da importância do setor de serviços também na RMSP, e na economia brasileira, de um modo geral. Tomando-se, por exemplo, o município de São Paulo, os dados da Tabela 4.3 ratificam a teoria de Rolnik (2001), de que São Paulo está vocacionada para o setor de serviços, apesar de ainda concentrar, com importância, atividades econômicas relacionadas à indústria. A arrecadação de IPTU, no caso paulistano, cresceu 9,41%, após a vigência da Carta Magna. Já o ISS cresceu 33,17%. Tal constatação também

confirma a afirmação de Biderman (2001), de que as grandes cidades, como São Paulo, especializam-se em serviços, em especial os produtivos (serviços ligados ao setor financeiro, por exemplo).

Quem teve maior crescimento do IPTU foi Santana do Parnaíba (227,30%), que teve crescimento na arrecadação de ISS de 184,05%. Quem mais decresceu com a arrecadação de IPTU foi Rio Grande da Serra, com -63,07%, tendo crescido, com ISS, num percentual de 20,07%. Em relação ao ISS, o município que mais cresceu com a arrecadação do mesmo, após a vigência da CF/88, foi Juquitiba, com 929,56%. Quanto ao IPTU, Juquitiba teve crescimento de 133,61%. O município que teve maior decréscimo na arrecadação de ISS foi Suzano, com -23,67%. O mesmo município, quanto ao IPTU, teve crescimento de 219,95%. É provável que haja o efeito da guerra fiscal entre municípios próximos, quanto à variação do ISS, na análise feita acima, para determinados tipos de serviços.

Tabela 4.4 – Arrecadações de taxas para os municípios da RMSP, em reais de dez/2000 (média de 1980-1988 versus média de 1989-2000)

(continua)

	80-88	89-00		80-88	89-00		80-88	89-00	
	Taxas Poder de Polícia	Taxas Poder de Polícia	%	Taxas Prest. de serviços	Taxas Prest. de serviços	%	Total das Taxas	Total das Taxas	%
Arujá	11,34	7,19	-36,57	15,03	32,97	119,35	26,37	40,17	52,31
Barueri	2,15	5,34	148,89	1,36	3,19	134,84	3,50	8,53	143,45
Biritiba Mirim	2,93	2,70	-7,94	2,82	6,01	113,16	5,75	8,71	51,40
Caieiras	3,96	5,83	47,19	14,34	1,80	-87,44	18,30	7,63	-58,31
Cajamar	7,54	6,29	-16,57	7,65	12,88	68,37	15,19	19,18	26,21
Carapicuíba	2,40	3,42	42,58	3,63	5,45	50,36	6,03	8,87	47,26
Cotia	8,34	7,60	-8,95	10,52	11,35	7,87	18,86	18,94	0,43
Diadema	4,82	1,80	-62,71	5,91	7,56	27,85	10,73	9,36	-12,82
Embu	4,52	2,96	-34,49	5,87	2,34	-60,11	10,39	5,30	-48,96
Embu-Guaçu	10,70	4,88	-54,37	7,75	4,04	-47,88	18,45	8,92	-51,64
Ferraz de Vasconcelos	3,74	2,36	-36,88	11,25	6,86	-39,04	14,98	9,21	-38,50
Francisco Morato	3,23	2,55	-21,05	9,28	5,31	-42,75	12,52	7,87	-37,14
Franco da Rocha	2,81	2,92	3,97	4,84	11,68	141,07	7,65	14,59	90,77
Guararema	1,99	3,28	65,11	10,29	9,65	-6,24	12,28	12,93	5,30
Guarulhos	4,56	5,40	18,58	9,34	19,19	105,55	13,89	24,60	77,03

(conclusão)

	80-88	89-00		80-88	89-00		80-88	89-00	
	Taxas Poder de Polícia	Taxas Poder de Polícia	%	Taxas Prest. de serviços	Taxas Prest. de serviços	%	Total das Taxas	Total das Taxas	%
Itapecerica da Serra	6,42	3,94	-38,67	3,97	5,24	32,09	10,39	9,18	-11,66
Itapevi	2,23	4,74	112,66	5,03	3,58	-28,90	7,26	8,32	14,59
Itaquaquecetuba	1,71	3,86	125,80	4,09	3,15	-23,10	5,80	7,00	20,76
Jandira	3,67	3,44	-6,17	5,11	3,97	-22,42	8,78	7,41	-15,63
Juquitiba	4,67	7,37	57,86	2,70	9,83	263,58	7,38	17,21	133,30
Mairiporã	10,12	8,64	-14,60	32,26	23,21	-28,04	42,38	31,86	-24,83
Mauá	2,87	1,51	-47,55	9,83	4,15	-57,81	12,71	5,66	-55,49
Mogi das Cruzes	9,08	8,17	-10,09	16,06	21,39	33,16	25,15	29,56	17,54
Osasco	1,81	5,49	204,01	9,58	10,39	8,45	11,38	15,88	39,46
Pirapora do Bom Jesus	20,06	9,38	-53,23	5,64	6,20	9,81	25,70	15,58	-39,39
Poá	7,78	2,94	-62,24	23,45	14,85	-36,67	31,22	17,79	-43,04
Ribeirão Pires	5,45	3,97	-27,14	24,68	16,78	-32,04	30,13	20,75	-31,15
Rio Grande da Serra	2,00	2,65	32,82	3,05	8,04	163,04	5,05	10,69	111,57
Salesópolis	4,55	3,03	-33,31	5,82	9,88	69,84	10,37	12,91	24,57
Santa Isabel	3,01	3,84	27,83	5,37	4,86	-9,48	8,38	8,71	3,90
Santana de Parnaíba	7,71	12,79	65,80	5,21	2,67	-48,80	12,92	15,46	19,59
Santo André	5,92	2,65	-55,18	19,35	9,89	-48,87	25,26	12,54	-50,35
São Bernardo do Campo	9,46	5,75	-39,16	32,85	43,46	32,29	42,31	49,21	16,32
São Caetano do Sul	8,47	8,65	2,07	25,82	71,64	177,40	34,30	80,28	134,10
São Lourenço da Serra	N/D	7,03	N/D	N/D	8,80	N/D	N/D	15,82	N/D
São Paulo	12,68	8,94	-29,49	19,72	38,10	93,16	32,40	47,03	45,18
Suzano	6,43	3,82	-40,58	3,24	0,14	-95,62	9,67	3,96	-59,02
Taboão da Serra	3,86	8,54	121,21	10,46	13,17	25,91	14,32	21,71	51,62
Vargem Grande Paulista	5,44	4,59	-15,65	17,55	14,06	-19,86	22,99	18,65	-18,86
Total	10,12	7,27	-28,13	17,52	29,01	65,57	27,64	36,28	31,27

Fonte: SEADE; STN

Notas: Tabulação do autor

N/D Dado não disponível ou o valor do denominador é zero

Com base na Tabela 4.4, do período 1 para o período 2, quanto ao total

das taxas, houve aumento de 31,27% na RMSP. Analisando a participação das taxas de poder de polícia, tais como Taxa de Localização, Instalação e Funcionamento (TLIF) de estabelecimentos, bem como Taxa de Fiscalização de Anúncios (TFA), houve aumento de 28,13%, contra um aumento de 65,57%, referente às taxas de prestação de serviços das prefeituras, tais como as que custeiam despesas com coleta de lixo, por exemplo.

No cômputo geral do total das taxas, quem menos recorreu a tais tributos foi Caieiras (-58,31%). Barueri foi o município que mais precisou arrecadar taxas dentre todos os municípios da RMSP (143,45%). São Paulo teve um crescimento, do período 1 para o período 2, de 45,18%.

Tabela 4.5 – Comparação entre as arrecadações decorrentes das contribuições de melhoria, média de 1980-1988 e média 1989-2000, em reais de dez/2000

	80-88	89-00	Variação %
Arujá	4,39	1,72	-60,69
Barueri	0,00	0,00	N/D
Biritiba Mirim	0,00	0,03	N/D
Caieiras	0,29	3,15	980,90
Cajamar	7,47	0,98	-86,89
Carapicuíba	0,52	2,90	461,64
Cotia	7,89	0,27	-96,54
Diadema	0,10	6,09	6.163,05
Embu	1,41	2,67	88,77
Embu-Guaçu	19,27	1,64	-91,51
Ferraz de Vasconcelos	2,10	5,93	182,11
Francisco Morato	0,06	0,00	-100,00
Franco da Rocha	2,34	0,07	-97,05
Guararema	0,03	0,00	-90,77
Guarulhos	0,00	1,98	52.892,24
Itapeçerica da Serra	0,54	0,65	20,68
Itapevi	0,05	0,53	951,73
Itaquaquecetuba	0,12	1,37	1.021,90
Jandira	0,00	0,17	N/D
Juquitiba	0,00	0,10	N/D
Mairiporã	0,82	0,00	-100,00
Mauá	0,88	0,61	-31,46
Mogi das Cruzes	0,04	0,00	-99,57
Osasco	0,11	0,00	-95,96
Pirapora do Bom Jesus	0,00	0,00	N/D

(conclusão)

	80-88	89-00	Varição %
Poá	0,00	3,59	N/D
Ribeirão Pires	12,98	3,21	-75,30
Rio Grande da Serra	7,47	4,26	-43,03
Salesópolis	0,00	0,05	N/D
Santa Isabel	0,78	0,25	-68,07
Santana de Parnaíba	0,42	0,30	-28,37
Santo André	0,00	0,15	N/D
São Bernardo do Campo	0,03	4,83	14.475,70
São Caetano do Sul	0,00	0,02	N/D
São Lourenço da Serra	N/D	0,47	N/D
São Paulo	0,00	0,39	71.011,15
Suzano	0,00	0,14	N/D
Taboão da Serra	1,19	1,38	15,99
Vargem Grande Paulista	0,45	0,07	-85,06
Total	0,26	0,91	248,96

Fonte: SEADE; STN

Notas: Tabulação do autor

N/D Dado não disponível ou o valor do denominador é zero

No que diz respeito às contribuições de melhoria, com base na Tabela 4.5, ressalta-se que o crescimento das mesmas na RMSP, após a vigência da CF/88, foi considerável. Do período 1 para o período 2, houve crescimento de 248,96%.

O município que mais recorreu a tal tributo foi São Paulo, com crescimento de 71.011,15%. Em São Paulo, tal contribuição é cobrada em relação à pavimentação das vias e logradouros públicos, que costumam deteriorar-se comumente no município em estudo. Mogi das Cruzes foi um dos municípios que menos recorreu a tal tributo, no esforço de arrecadação tributária (-99,57%).

Para finalizar esta parte do estudo, afirma-se que, após a vigência da CF/88, constatou-se um esforço dos municípios componentes da RMSP em investir na arrecadação tributária própria, diminuindo sua dependência em relação, por exemplo, às transferências decorrentes da cota-parte do ICMS. Há dependência ainda, em relação à cota-parte do FPM (proveniente do IPI e do Imposto de Renda). Quanto aos impostos, na RMSP, há supremacia da arrecadação do ISS sobre a do IPTU.

4.3 Análises adicionais de dados selecionados de arrecadação tributária na RMSP para o período recente.

4.3.1 Arrecadação de ISS

Com relação à arrecadação do ISS, de 1995 a 2000, na RMSP, houve crescimento de 1995 até 1998, decrescendo a partir de então, até o ano 2000. No período mencionado, o ISS cresceu 9,64%.

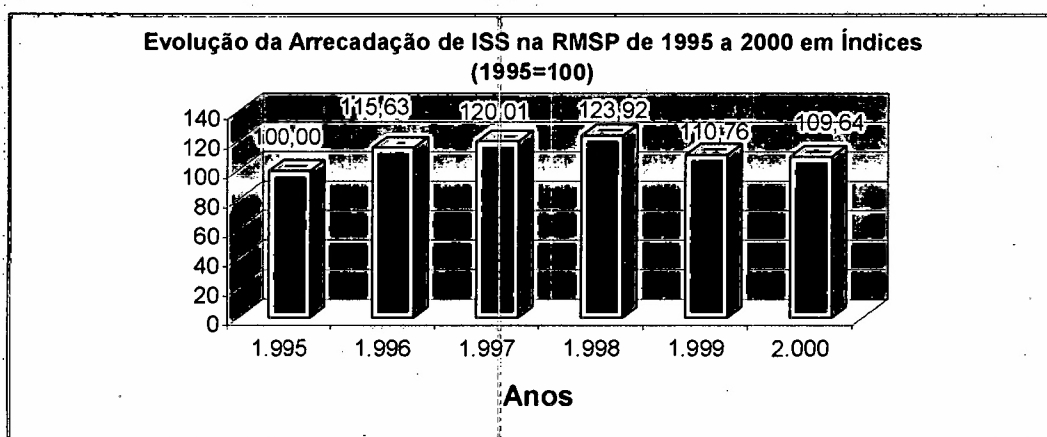


Gráfico 4.1 – Evolução da arrecadação de ISS na RMSP de 1995 a 2000 (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

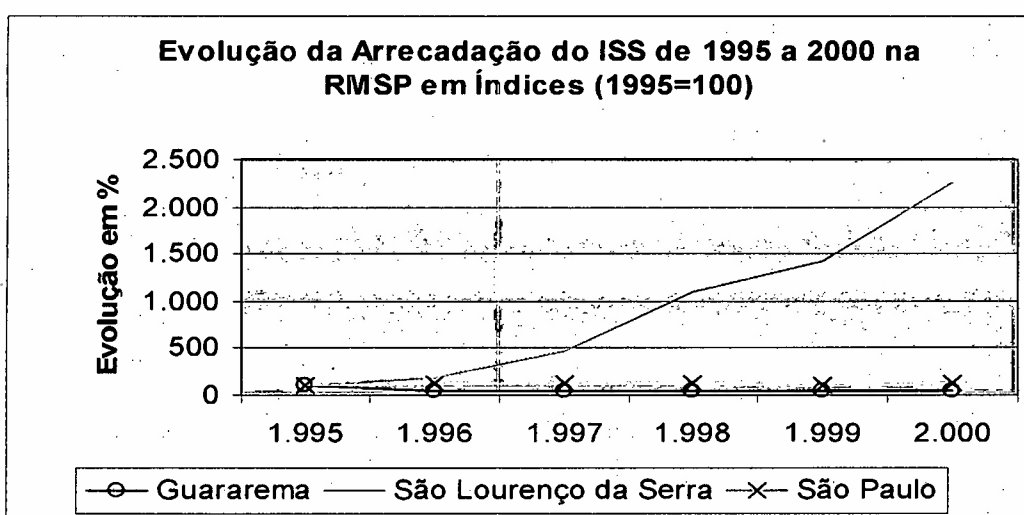


Gráfico 4.2 - Evolução da arrecadação de ISS na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

O município que registrou maior aumento, no período considerado, na arrecadação de ISS, foi São Lourenço da Serra (cresceu 2.148,41%). O município que registrou maior decréscimo de arrecadação de ISS nos últimos 6 anos abrangidos no estudo foi Guararema (-57,78%). São Paulo registrou um crescimento de 12,98%.

4.3.2 Transferências – Total das cotas-partes do FPM e do ICMS

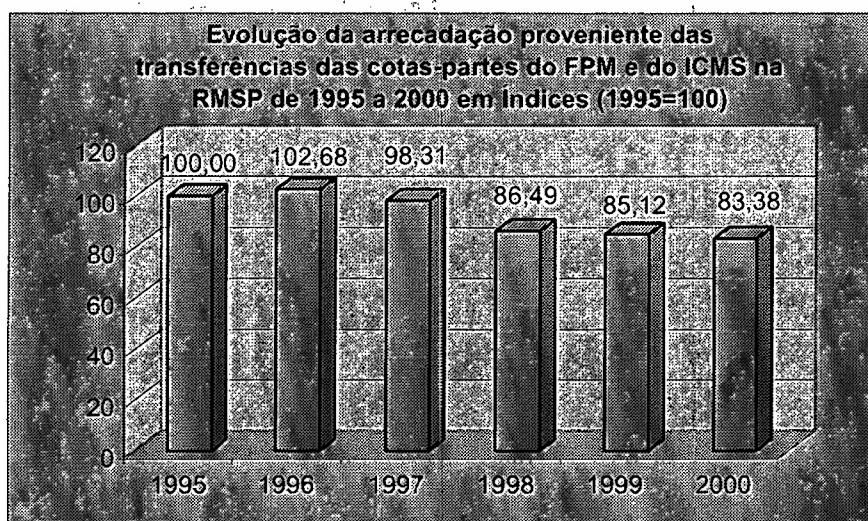


Gráfico 4.3 - Evolução da arrecadação proveniente das transferências das cotas-partes do FPM e do ICMS na RMSP de 1995 a 2000 em Índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

No conjunto das arrecadações tributárias provenientes das cotas-partes do FPM e do ICMS, nota-se, de 1995 a 2000, um decréscimo (-16,62%) da dependência do conjunto dos municípios da RMSP, em relação às transferências citadas.

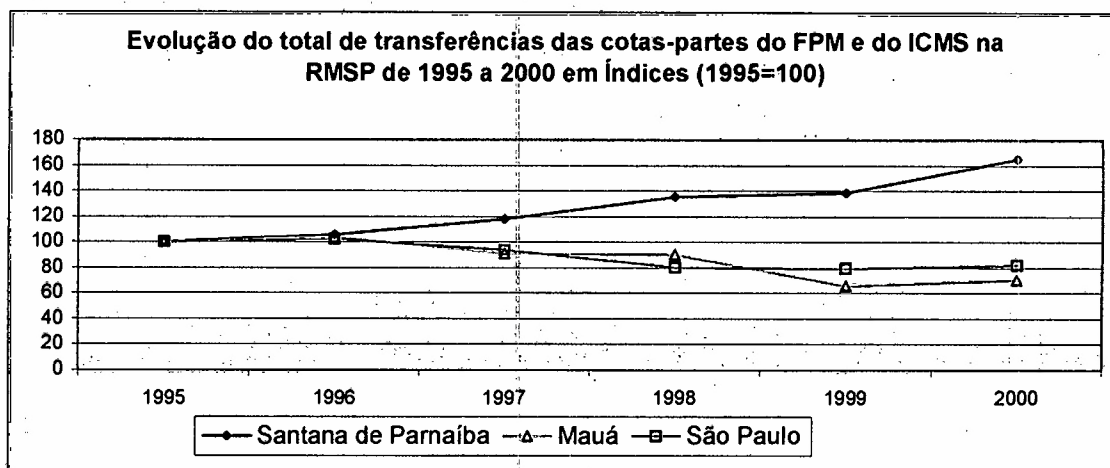


Gráfico 4.4 - Evolução da arrecadação proveniente das transferências das cotas-partes do FPM e do ICMS na RMSP de 1995 a 2000 em Índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

Santana de Parnaíba é o município que mais depende do conjunto das transferências, com 64,82% no período em análise. O município que mais diminuiu a sua dependência, dentre as estatísticas disponíveis, é Mauá (-29,46%). São Paulo apresentou decréscimo, quanto à variação no grau de dependência dos recursos provenientes das transferências mencionadas, que representa um percentual de -17,87%.

4.3.3 A cota-parte do FPM

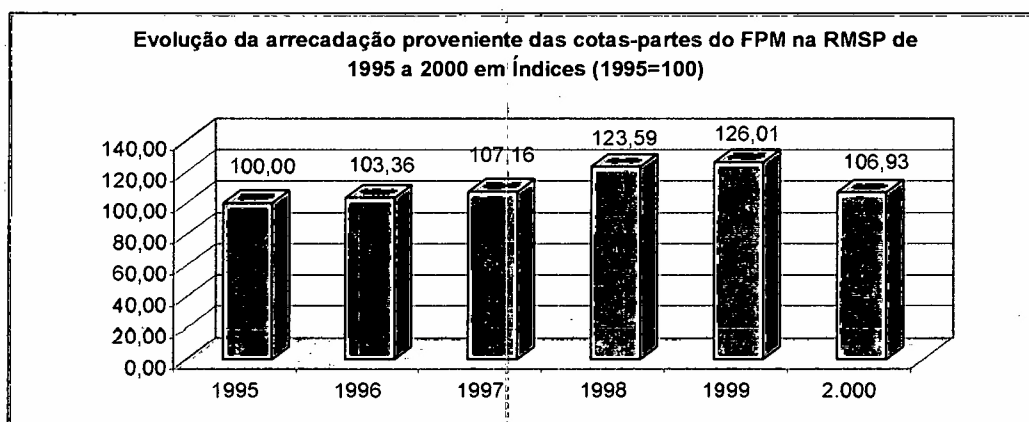


Gráfico 4.5 - Evolução da arrecadação proveniente das cotas-partes do FPM na RMSP de 1995 a 2000 em Índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

Com relação à arrecadação do FPM apenas, na RMSP, o incremento constatado entre 1995 e 2000 foi de 6,93%.

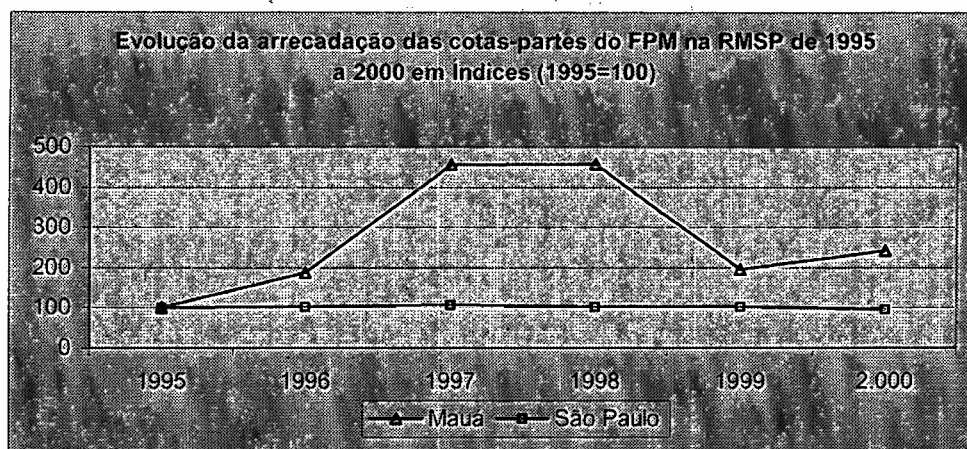


Gráfico 4.6 - Evolução da arrecadação das cotas-partes do FPM na RMSP de 1995 a 2000 em Índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

Quanto aos municípios, no mesmo período, quem mais aumentou sua arrecadação com tal recurso foi Mauá (141,06%). O interessante é que, no conjunto das transferências, Mauá foi o que apresentou maior diminuição no grau de dependência, porém, quanto ao FPM, foi o que mais aumentou. A maior redução em receitas oriundas do FPM ocorreu em São Paulo (-4,10%).

4.3.4 Arrecadação das cotas-partes do ICMS

No que tange à arrecadação proveniente da cota-parte do ICMS, quanto à RMSP, constata-se que, no período que vai de 1995 a 2000, a mesma caiu 18,17%. Comparando-se as cotas-partes do FPM com a do ICMS, o FPM tem apresentado importância crescente na arrecadação tributária, no conjunto da RMSP.

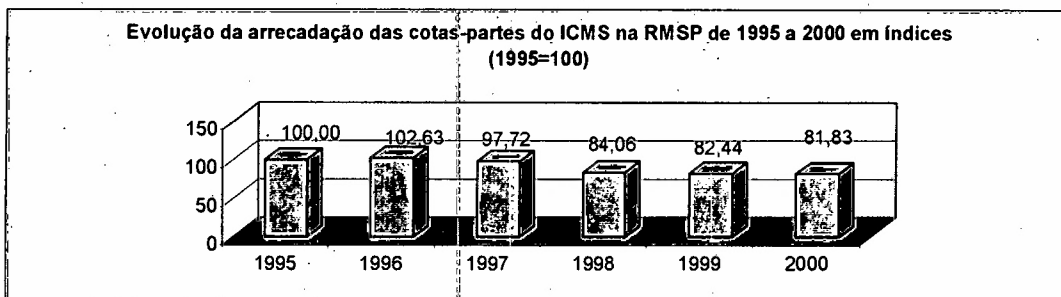


Gráfico 4.7 - Evolução da arrecadação das cotas-partes do ICMS na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

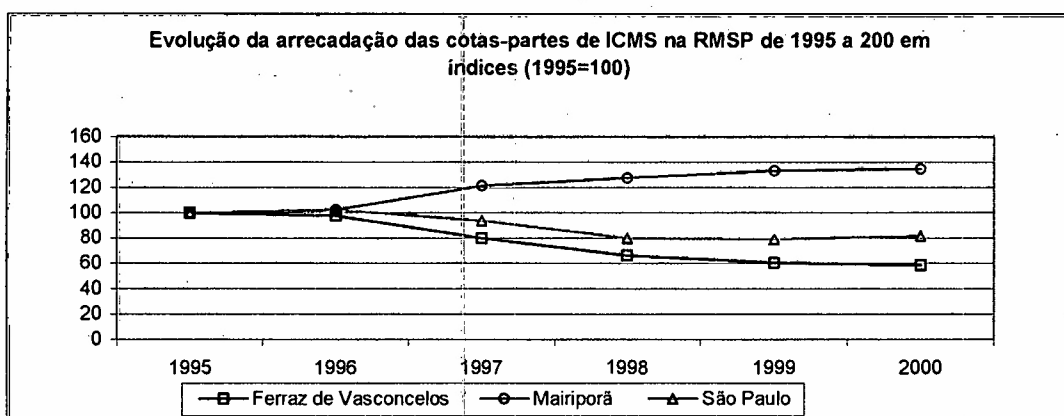


Gráfico 4.8 - Evolução da arrecadação das cotas-partes do ICMS na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

O município, no referido período, que mais aumentou a sua dependência de tal receita foi Mairiporã, com aumento, de 1995 a 2000, de 34,87%. Quem mais diminuiu sua dependência da cota-parte do ICMS foi Ferraz de Vasconcelos, com decréscimo de -41,56%. São Paulo teve decréscimo de -18,08%.

4.3.5 Arrecadação do IPTU

No que concerne ao IPTU, entre 1995 e 2000, tal tributo cresceu 45,97% no período, na RMSP. Há, portanto, quanto à arrecadação de impostos, uma clara preferência pelo imposto patrimonial, imobiliário, em detrimento do imposto mobiliário, sobre serviços, por exemplo.

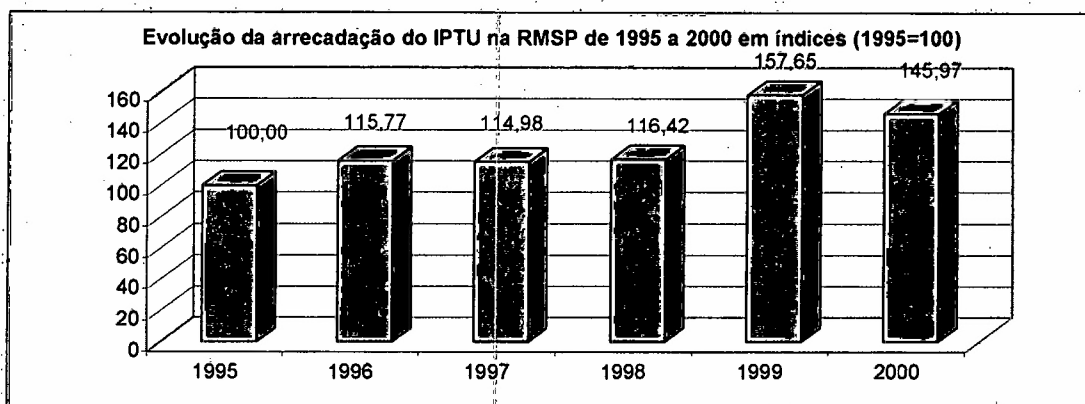


Gráfico 4.9 - Evolução da arrecadação do IPTU na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

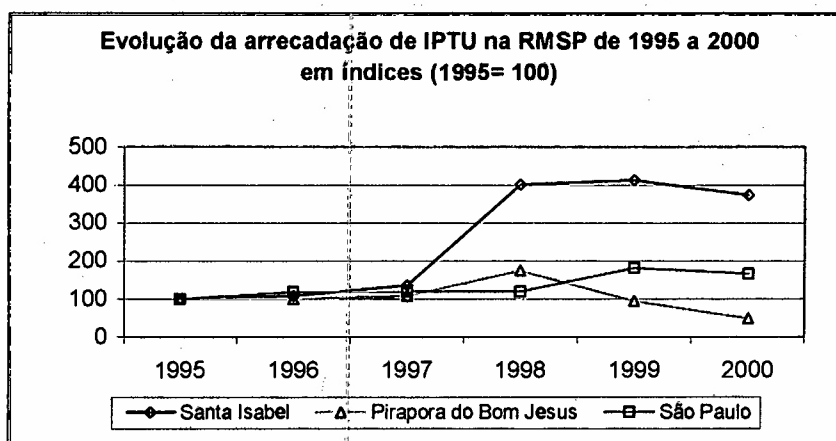


Gráfico 4.10 - Evolução da arrecadação do IPTU na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

O município que mais aumentou sua arrecadação de IPTU entre 1995 e 2000 foi Santa Isabel (273,35%). A maior redução desta receita ocorreu em Pirapora do Bom Jesus (-51,17%), no mesmo período. São Paulo teve crescimento de 67,87%.

4.3.6 Arrecadação do ITBI

Com relação ao ITBI, de 1995 a 2000, sua participação na arrecadação tributária municipal da RMSP caiu 7,88%.

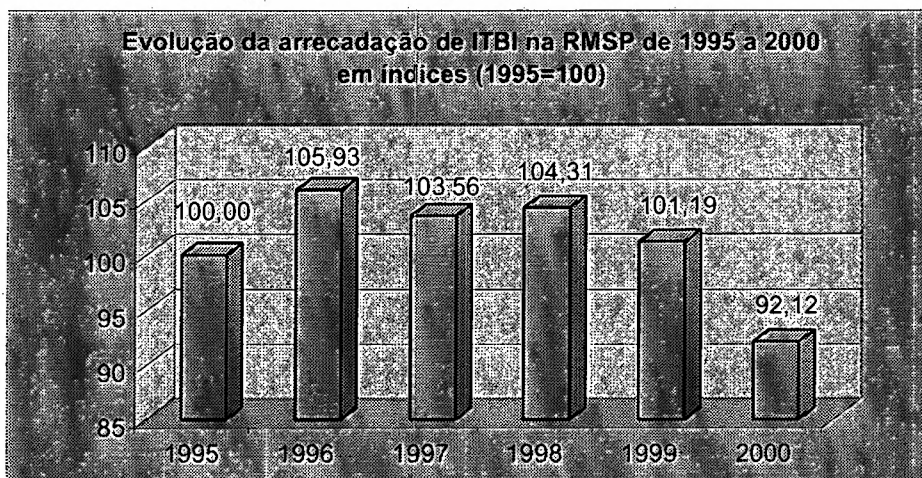


Gráfico 4.11 - Evolução da arrecadação do ITBI na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

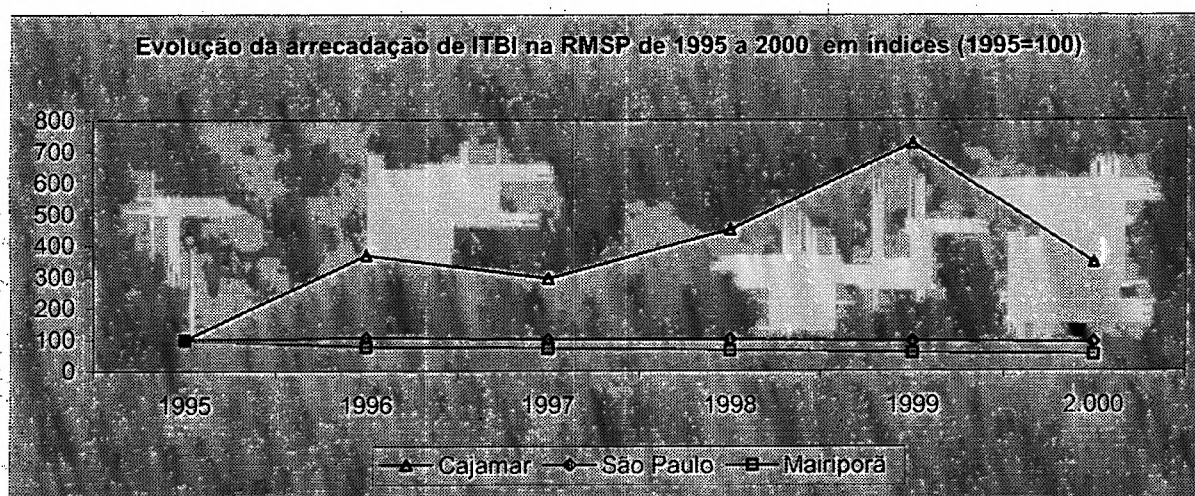


Gráfico 4.12 - Evolução da arrecadação do ITBI na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

No período em análise, o município que mais arrecadou ITBI foi Cajamar, com 247,26%. Mairiporã foi o município que menos dependeu do ITBI no mesmo período (-47,44%). São Paulo teve um decréscimo de -9,61%.

4.3.7 Arrecadação das taxas

Pela análise da arrecadação de taxas, no período 1995 a 2000, nota-se que, na RMSP, a tônica foi um considerável retrocesso na arrecadação de tal fonte, decaindo -74,78% no período considerado.

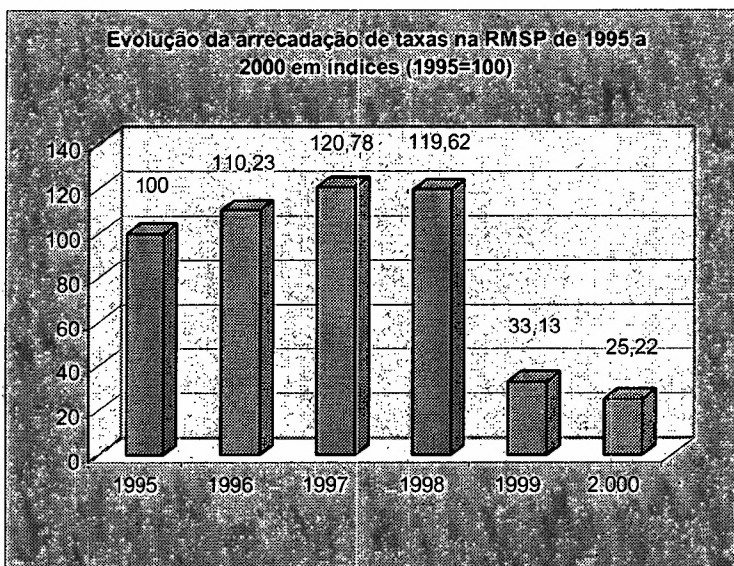


Gráfico 4.13 - Evolução da arrecadação de taxas na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

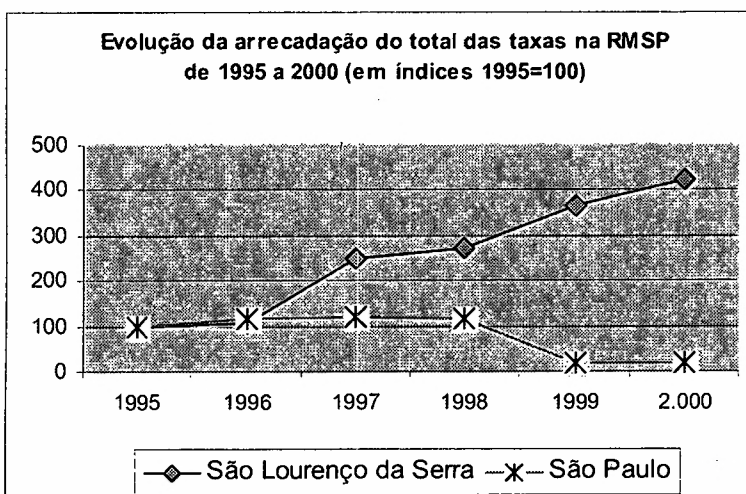


Gráfico 4.14 - Evolução da arrecadação de taxas na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

Quem investiu em tal fonte foi São Lourenço da Serra, com aumento de 325,77%. Aliás, tal município, o mais novo da RMSP, está obtendo resultados consideráveis, em termos globais de arrecadação tributária. Quem menos investiu em taxas foi São Paulo (-81,97%). O esforço maior de arrecadação em São Paulo está em impostos, até o final do ano 2000.

4.3.8 Arrecadação das taxas de prestação de serviços

Na RMSP, de 1995 a 2000, quanto à taxa referente à prestação de serviços (coleta de lixo, entre outras), notou-se um decréscimo de -91,67%.

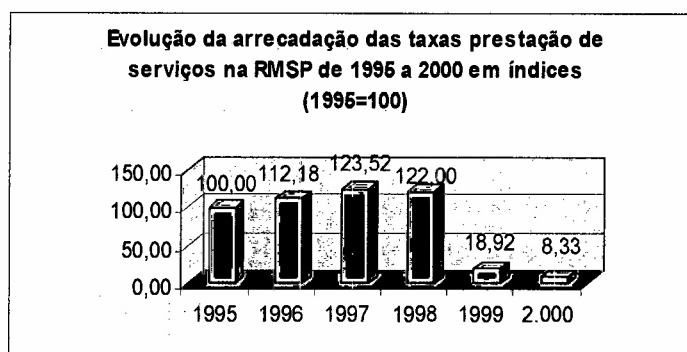


Gráfico 4.15 - Evolução da arrecadação de taxas – prestação de serviços na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

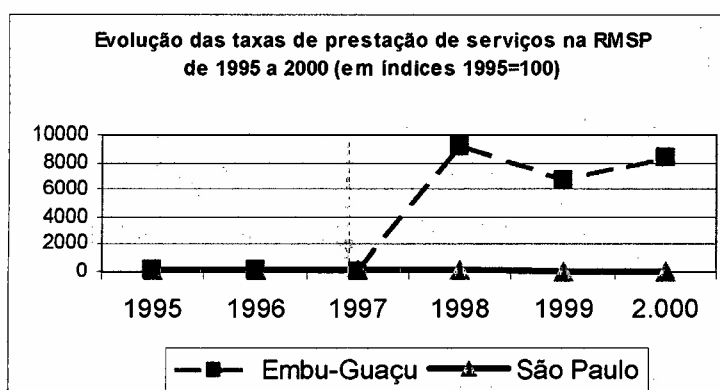


Gráfico 4.16 - Evolução da arrecadação de taxas – prestação de serviços na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

O município que mais tem investido nesta taxa é Embu-Guaçu, com aumento de 8286,28%. A maioria dos municípios analisados não tem auferido retorno com tal taxa. São Paulo foi o município que menos arrecadou com tal tipo de taxa, tendo um decréscimo de -99,74%. No caso de São Paulo, houve uma discussão jurídica, pois a CF/88, em seu art. 145, § 2º, menciona que as taxas não

poderão ter base de cálculo próprias de impostos. As taxas do lixo de São Paulo tinham como base de cálculo itens que fazem parte da composição do valor venal do imóvel, que é a base de cálculo do IPTU. No Judiciário, a decisão foi a de que tais taxas são inconstitucionais, o que inviabilizou sua cobrança.

4.3.9 Arrecadação das taxas – poder de polícia

Quanto à arrecadação de taxas, decorrentes do exercício do poder de polícia da municipalidade (taxa de localização e funcionamento do estabelecimento, por exemplo), nota-se, com base no Gráfico 4.17, uma clara preferência pelas prefeituras em investir nelas para arrecadar tributos. Na RMSP, de 1995 a 2000, ocorreu um aumento de 11,92% em sua arrecadação.



Gráfico 4.17 - Arrecadação das taxas – poder de polícia na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

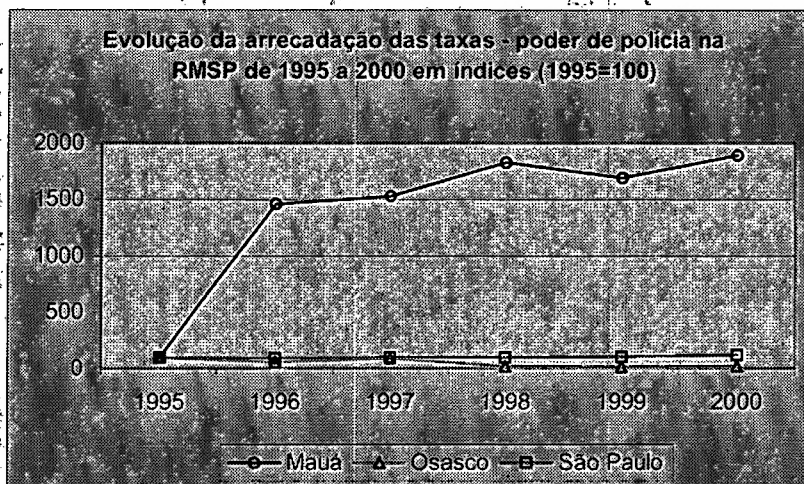


Gráfico 4.18 - Arrecadação das taxas – poder de polícia na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100).

Fonte: SEADE; STN.

Nota: Tabulação do autor

Com base no Gráfico 4.18, Mauá foi o município que mais aumentou a sua arrecadação com tais tipos de taxas (1.793,74%). Poucos municípios, entre os quais Itapeverica, Salesópolis e Osasco, nada ou pouco arrecadam com as taxas decorrentes do poder de polícia das prefeituras. No caso de Osasco, a arrecadação diminuiu 82,13%. São Paulo teve aumento de arrecadação de tal tributo da ordem de 20,65%.

4.3.10 Arrecadação das contribuições de melhoria

Quanto à contribuição de melhoria, no período 1995 a 2000, com base no Gráfico 4.19, há um decréscimo de 75,21% na RMSP.

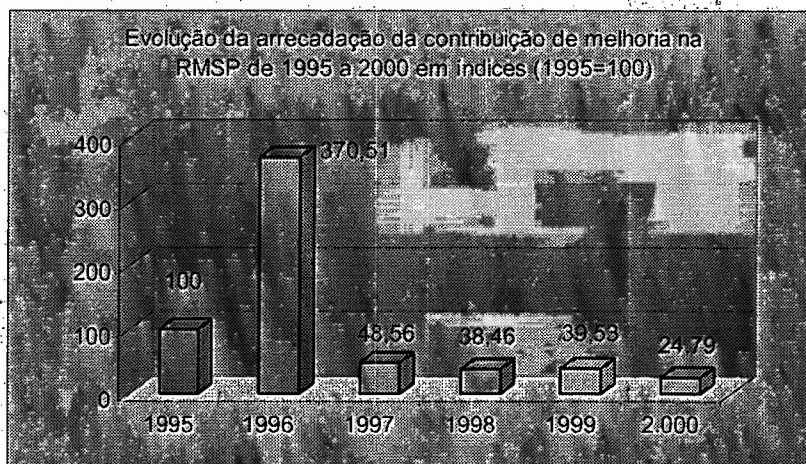


Gráfico 4.19 - Arrecadação das contribuições de melhoria na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

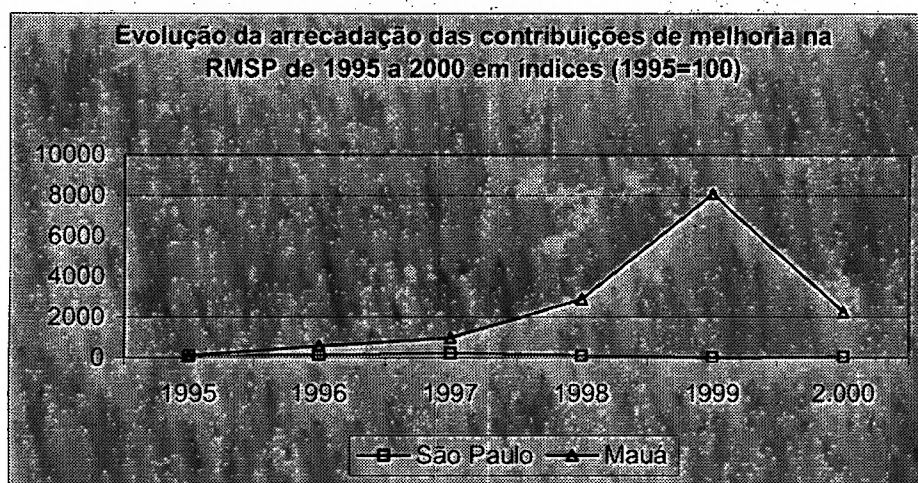


Gráfico 4.20 - Arrecadação das contribuições de melhoria na RMSP de 1995 a 2000 em índices (1995=100)

Fonte: SEADE; STN

Nota: Tabulação do autor

A análise por municípios ficou um pouco prejudicada, em função de que muitos não arrecadam tal tributo ou não disponibilizaram as referidas informações. Dentre as informações disponíveis, constantes do Gráfico 4.20, notável crescimento foi registrado por Mauá (2166,39%). Muitos municípios não dependem da contribuição de melhoria, ou dependem muito pouco da mesma. Com relação a São Paulo, o município teve decréscimo de -52,88% com tal contribuição. Infere-se que, na estratégia de arrecadação tributária dos municípios da RMSP, à exceção de

apenas um deles, na amostra em análise, a contribuição de melhoria não é prioridade. Normalmente está relacionada a pavimentação, especialmente quanto ao asfaltamento de ruas (caso de São Paulo), criação de pontes, enfim, de obra que promova valorização imobiliária que enseje a cobrança do tributo por parte dos beneficiados, que se caracterizam como contribuintes do tributo.

4.4 Eficiência econômica do ISS: Elasticidade com relação à alíquota e à população

Neste capítulo, o intuito é encontrar a elasticidade da arrecadação de ISS para os municípios paulistas que compõem a RMSP com relação à sua alíquota. Parte desta análise, envolvendo a eficiência econômica, em termos teóricos, é abordada por Auerbach (2001). Longo (1984) também descreve o conceito de eficiência econômica envolvendo a questão das elasticidades.

Será utilizado, para tanto, um banco de dados da arrecadação tributária dos municípios paulistas que fazem parte da RMSP, cuja fonte é a Fundação SEADE, de 1980 a 1997, e STN, de 1998 a 2000, conforme descrito no capítulo 4. Ressalta-se que os dados do referido banco de dados são os relativos à arrecadação de ISS de 1980 a 2000, *per capita*, sendo que os dados de população também foram obtidos junto ao *site* da SEADE. Ou seja, temos um painel de 21 anos para 37 a 39 municípios⁷. Se tomarmos os dados “empilhados”, há um total de 795 observações.

Para se estimar a elasticidade da arrecadação com relação à alíquota, utilizar-se-á do levantamento de campo que encontrou as alíquotas de ISS predominantes em cada um dos 39 municípios que compõem a RMSP, sendo que algumas foram obtidas através da Internet e outras, através da obtenção de tais informações *in loco* (vide capítulo 3). Para consultar tais alíquotas, vide Apêndice B. Consta, neste trabalho, também, o roteiro efetuado para se obter tais dados (Apêndice A). Inclusive, para o município de São Paulo, constam alíquotas

⁷ Como alguns municípios foram criados no decorrer do período, estamos trabalhando com um painel não balanceado.

correspondentes à legislação anterior, vigente até dezembro de 2002 (IOB, 2001) e a nova legislação, em vigor a partir de janeiro de 2003.

Achar uma alíquota ótima supõe estimar a curva de Laffer, sendo que a alíquota ótima leva a um ponto de inflexão em que, a partir de alíquotas superiores a esta, é preferível sonegar a pagar ISS ou, no caso, mudar de município, dentro da RMSP, para pagar menos ISS. Mudar para um município fora da RMSP poderá trazer custos administrativos maiores, no que tange a despesas com transporte e despesas administrativas de inscrição municipal e pagamento de taxas ao município de destino, fato que poderá não cobrir a economia de imposto trazida por tal mudança.

É importante, portanto, saber o que vem a ser a Curva de Laffer. Uma explicação bastante didática pode ser encontrada em Varian (1999). Trata-se de uma curva que relaciona alíquotas de imposto com receitas provenientes do mesmo imposto. A figura 4.1 abaixo mostra a curva de Laffer. Tal curva sugere que quando a alíquota for maior do que o seu ponto de máximo, tal aumento na mesma acarretará uma redução nas receitas arrecadadas. Isto é o chamado efeito Laffer. O cerne da discussão desta curva é: até que ponto se deve aumentar a alíquota, de modo que ela se torne máxima e, após isto, desencadeie o efeito da sonegação ou mudança para outro município, por causa da economia de imposto?

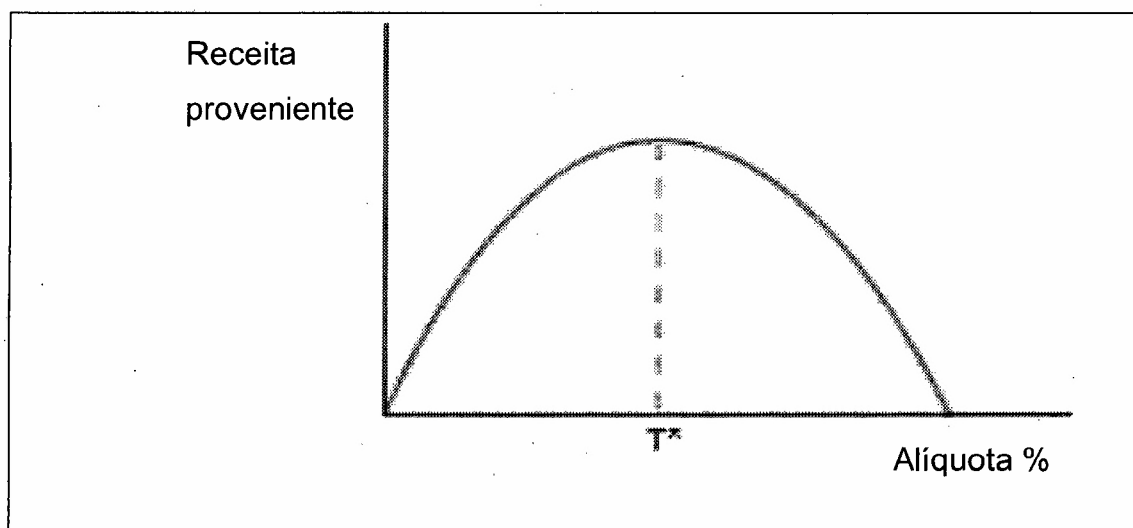


Figura 4.1 – A curva de Laffer

Fonte: o autor

A relação entre o banco de dados, a curva de Laffer e as regressões lineares está descrita a seguir.

Em essência, tal banco de dados tem propósitos analíticos e descritivos, e visa estabelecer uma relação entre a arrecadação de ISS a alíquota e outras variáveis de controle (no caso utiliza-se apenas a população como variável de controle).

Deve-se esclarecer que o estudo apresenta uma limitação relevante: não foi possível encontrar todas as alíquotas de 1980 a 2000, em função de que muitas prefeituras não disponibilizam tal documento. O acesso é fácil para as alíquotas de ISS atualmente praticadas. Impõe-se, então, como condição, que as alíquotas de ISS permaneceram inalteradas de 1980 a 2000, dada a dificuldade de obtenção de tais alíquotas ao longo do tempo. Uma segunda limitação refere-se ao fato de utilizarmos apenas a alíquota predominante. O ideal seria uma soma de todas as alíquotas ponderadas pela participação na receita de ISS do município. Este dado também não é acessível. Acredita-se, no entanto, que a alíquota predominante seja uma boa *proxie* para a alíquota média do município.

Deve-se observar que tal regressão, por tratar de uma análise da elasticidade, envolvendo dados de arrecadação e alíquotas, é melhor estimada através de um modelo log-linear, (vide, entre outros, Gujarati [2000]). Além da elasticidade ser estimada imediatamente pelo coeficiente (vide derivação abaixo) o modelo log-linear reduz o peso excessivo de *outliers*, ou seja, os números muito díspares daqueles que, a grosso modo, compõem a média dos dados usados no cálculo e que, pela sua disparidade, acabam por influir no resultado dos cálculos.

A regressão estimada foi:

$$\ln(t_{i,k}) = \alpha + \beta_1 \ln(a_{i,t}) + \beta_2 \ln(p_{i,t}) + a_{i,t} \quad (1)$$

Onde \ln é o logaritmo natural da variável em questão; $t_{i,k}$ é a arrecadação de ISS do município i no ano k ; $a_{i,k}$ é a alíquota de ISS do município i no ano k ; $p_{i,k}$ a população do município i no ano k ; β_1 e β_2 coeficientes a serem estimados; e $a_{i,t}$ um erro aleatório. A partir desta especificação o coeficiente estimado para $\ln(a)$ será a elasticidade como se pode observar na derivação abaixo:

$$\frac{\partial[\ln(t)]}{\partial t} = \frac{\beta_1 \partial[\ln(a)]}{\partial a} \Rightarrow \frac{dt}{p} = \beta_1 \frac{da}{a} \Rightarrow \frac{dt}{p} \bigg/ \frac{da}{a} = \beta_1 \Rightarrow \frac{dt}{da} \frac{a}{p} = \beta_1$$

A tabela 4.6 apresenta os resultados da regressão⁸ especificada em (1). Como se pode observar, todos os coeficientes são significantes e tem os sinais esperados.

Tabela 4.6 – Resultados da regressão (1)

Variável dependente: logaritmo natural da arrecadação de ISS - $\ln(t)$

Variável	Coeficiente	Desvio Padrão	t
α	-0,730	0,299	-2,437
$\ln(a)$	0,086	0,028	3,049
$\ln(p)$	0,342	0,026	13,038

Fonte: Estimação do autor a partir das informações do Seade e do STN.

Nota: Numero de observações: 795

A elasticidade da arrecadação com relação a alíquota, resulta em 0,086. Para estipular um parâmetro sobre o resultado obtido, esclarece-se que, se o resultado fosse 1, isto significaria que 1% de acréscimo na alíquota geraria 1% de aumento na arrecadação *per capita*. Como o resultado foi inferior a 1, porém, foi significativo, o acréscimo de 1% na alíquota gerará um acréscimo consideravelmente menor do que 1% na arrecadação do ISS por habitante.

O fato de a elasticidade ser significativa e positiva implica que, na RMSP, se as alíquotas, na média, aumentarem, a arrecadação tende a subir. Assim sendo, haveria margem para aumento da arrecadação média. Logo, não se atingiu o ponto de máximo, no que concerne a ponto de inflexão da Curva de Laffer. A alíquota ótima da RMSP é um ponto da curva de Laffer em que um aumento da alíquota ainda acarreta aumento da arrecadação de ISS por habitante, ou seja, é um ponto que está inserido na trajetória ascendente da Curva de Laffer.

A alíquota média da RMSP (média aritmética simples), calculada com base no apêndice B, é de 2,12%. Portanto, em relação ao piso nacional de ISS, previsto para estar em vigência, a partir de 2003, para todos os municípios brasileiros (lembrando-se que os serviços de construção civil são exceção a tal piso),

⁸ As regressões foram realizadas em SPSS© versão 11.

afirma-se que a alíquota média de ISS da RMSP é ligeiramente maior do que o piso nacional de ISS.

É interessante fazer uma análise bastante exploratória sobre os possíveis efeitos da harmonização da alíquota (emenda constitucional 37 complementada pelo artigo 88 da ADCT). Como comentado anteriormente, a alíquota mínima de ISS a partir de 2003 será de 2%. Segundo levantamento de campo, em 2002, 17 municípios praticavam alíquotas predominantes abaixo de 2%: desde Mauá e Carapicuíba com uma alíquota desprezível de apenas 0,03% até Itapeverica da Serra, Santa Isabel, Taboão da Serra e Embu com alíquotas de 1%. Se fosse truncado o valor destas alíquotas em 2% como prevê a lei (e que já pode-se observar nos *sites* de algumas prefeituras) o valor médio da alíquota da RMSP subiria para 2,77%, ou seja, um aumento de 131%. Neste caso, mesmo com uma elasticidade baixa de 0,086 a harmonização poderia gerar um aumento de 11% na arrecadação total⁹.

Este resultado bastante forte deve ser tomado com cautela. Em primeiro lugar, a estimativa de elasticidade foi realizada sem ponderação da arrecadação total. Assim, São Paulo tem o mesmo peso que, por exemplo, Biritiba-Mirim. Ocorre que os municípios que devem alterar suas alíquotas são em geral municípios menores. Assim, pode ser que este impacto seja bem menor do que o estimado. Por outro lado, não se pode deixar de considerar que com a harmonização não haverá opção abaixo de 2%. Assim, é muito provável um aumento na arrecadação total. Se o volume será da ordem estimada é uma questão que exige estudos mais detalhados, que foge ao escopo desta dissertação.

Ao observar a elasticidade da alíquota em relação à população, na (0,342), constata-se que sua elasticidade é relativamente alta e o coeficiente é altamente significativo para qualquer nível de significância. Um aumento de 1% na população geraria um aumento de 0,34% na arrecadação de ISS **por habitante**. Ou seja, existe um claro ganho de escala na arrecadação de ISS que, provavelmente, está relacionado aos ganhos de aglomeração associados ao setor de serviços.

Confrontando-se os resultados das regressões referentes às alíquotas e às populações, infere-se que a arrecadação *per capita* é bem mais sensível, (ou

⁹ Apesar de São Paulo ter diminuído algumas alíquotas, a alíquota predominante permaneceu em 5%.

mais elástica) a variações na população do que a variações na alíquota. Se o aumento de alíquotas expulsar pessoas da RMSP, via expulsão de empresas, não seria uma boa estratégia tributária aumentar alíquotas. Seria melhor, para um determinado município, atrair mais pessoas, por exemplo, oferecendo um leque de serviços e infra-estrutura de boa qualidade, o que faria com que o novo habitante se dispusesse a pagar (via tributos) pelo preço de usufruir os mencionados bons serviços e boa infra-estrutura, lembrando a mencionada teoria de Tiebout, descrita no capítulo 3; é a idéia do *voting with one's feet*.

No entanto, é bom levar em conta que um aumento percentual na população pode ser mais limitado do que na alíquota. Isto porque um aumento de 0,2% na alíquota representa uma variação percentual de 10% para uma alíquota de 2% sendo que um aumento de 10% na população é extremamente elevado. Cumpre lembrar também que o aumento da população em princípio melhora a arrecadação do ISS na RMSP, mas foge ao escopo deste trabalho analisar os impactos efetivos referentes a renúncias de receitas, envolvendo-se subsídios e isenções.

5 ISS E SIMPLICIDADE ADMINISTRATIVA

5.1 Conceito de eficiência administrativa

A Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.1998, inseriu o princípio da eficiência entre os princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, *caput*, segundo Di Pietro (2001). A autora informa que tal princípio corresponde ao dever de boa administração, e que engloba dois aspectos condizentes com o fato de que eficiência pode ser relacionada ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados, assim como pode ser relacionada ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.

A autora explica, quanto ao segundo aspecto citado, que tal princípio está presente nos objetivos da Reforma do Estado. No Plano Diretor da Reforma do Estado elaborada em 1995 (1997 apud DI PIETRO, 2001, pag. 83-84), menciona-se que:

“[...] reformar o Estado significa melhorar não apenas a organização e o pessoal do Estado, mas também suas finanças e todo o seu sistema institucional-legal, de forma a permitir que o mesmo tenha uma relação harmoniosa e positiva com a sociedade civil. A reforma do Estado permitirá que seu núcleo estratégico tome decisões mais corretas e efetivas, e que seus serviços – tanto os exclusivos, quanto os competitivos, que estarão apenas indiretamente subordinados na medida que se transformem em organizações públicas não estatais – operem eficientemente.

Afirma Di Pietro (2001) que é com base em tal princípio que estão sendo idealizados institutos, como os contratos de gestão, as agências autônomas, as organizações sociais e tantas outras inovações com que se depara o administrador, a todo momento. A proposta deste trabalho é mostrar que, além das mencionadas inovações, pode-se tentar, quanto aos serviços exclusivos de Estado, abrangendo-se o Fisco, melhorar sua estrutura *lato sensu*, visando à mencionada boa relação com a sociedade civil. O fato de se usar estruturas e estratégias de arrecadação

mais simplificadas pode gerar ganhos, tanto para o contribuinte, quanto para o próprio Fisco.

Em termos práticos, para o estudo em questão, eficiência administrativa, no caso, supõe que haja simplicidade na operacionalização do imposto, ou seja, simplicidade para se cobrar, para se arrecadar e, de modo mais global, para se administrá-lo. Envolve, portanto, a possibilidade de que o fisco municipal disponibilize uma forma de se cobrar o ISS sem que haja burocracia e sem que sejam impostas dificuldades legais aos contribuintes. Afinal de contas, é interesse da administração tributária que o ISS seja recolhido sem problemas pelos contribuintes, e que o valor arrecadado esteja em disponibilidade para o fisco pelo menor tempo possível. Por sua vez, para o contribuinte, é interessante que ele tenha praticidade ao recolher o tributo e tenha conhecimento da sistemática de arrecadação do mesmo, bem como das penalidades ao não cumprir suas obrigações tributárias. Enfim, prioriza-se simplicidade, do ponto de vista administrativo e legal, em relação ao ISS.

Será feita uma análise das estratégias alternativas de arrecadação de ISS, estudando-se regimes simplificados de arrecadação tributária, tais como o regime de estimativa de cobrança do imposto e o SIMPLES. Tais regimes serão detalhados e também serão questionados, quanto à sua validade ou não, em relação ao regime de apuração do imposto pelas notas fiscais, aqui denominado de regime periódico de apuração, em função de se apurar a receita que compõe a base de cálculo do imposto ao final de um determinado exercício, como, por exemplo, um mês. É daí que vem o conceito da periodicidade da arrecadação do tributo.

5.2 Proposta de um modelo de sistema tributário

Stiglitz (2000) e Musgrave e Musgrave(1980) definem o que vem a ser um sistema tributário desejável.

Para Stiglitz (2000), tal sistema caracteriza-se pela: 1. Eficiência econômica: não deve interferir na alocação eficiente de recursos; 2. Simplicidade administrativa: deve ser fácil e relativamente barato de se operar; 3. Flexibilidade: deve responder rapidamente (de preferência automaticamente) a mudanças econômicas; 4. Responsabilidade política: os indivíduos devem saber o quanto estão

pagando e recebendo (transparência); 5. Justo: indivíduos iguais devem ser tratados da mesma forma e garantindo que quem pode mais paga mais. Muitos dos pontos mencionados, abrangidos por Stiglitz, são também abarcados por Musgrave e Musgrave (1980).

O ponto comum mais analisado e comentado pelos referidos autores é o de que tal sistema deve acarretar custos administrativos baixos. Ambos frisam veementemente esta idéia. Existe um ônus administrativo do sistema tributário em vigor, no sentido de que o contribuinte, dada a complexidade da legislação tributária, contrata terceiros (advogados, contadores) para ajudá-lo quanto à questão do pagamento de impostos, especialmente para que se pague menos imposto. Tais gastos são um tipo de peso morto, decorrente da complexidade da legislação tributária. Um sistema mais simplificado poderia reduzir tal ônus administrativo, aumentando a eficiência do sistema, diminuindo o peso morto. O regime de estimativa paulistano, bem como o SIMPLES-ME, contribui para tal simplificação, melhorando a eficiência do sistema. Ocorre que, muitas vezes, conforme atesta a teoria das Finanças Públicas, o ganho em eficiência é obtido em detrimento da equidade. Há que se buscar o equilíbrio entre eficiência econômica e equidade, porém, isso é um dos *trade-offs* presentes em tal teoria.

5.3 O regime periódico de apuração do imposto

Tal regime consiste no fato de que o contribuinte paga o ISS sobre as notas fiscais emitidas, quando do surgimento do fato gerador do imposto.

5.4 O regime de estimativa de ISS

Com relação ao regime de estimativa, inicialmente será conceituado o que vem a ser tal regime.

“[...] a estimativa é uma antevisão daquilo que será devido, uma forma de antecipação do imposto devido, principalmente quando não é possível estabelecer exatamente quanto é o valor do imposto. Todavia, se o imposto realmente devido for inferior à estimativa feita, teremos pagamento de imposto a maior, que deverá ser devolvido ou compensado pelo fisco. Se o imposto for pago a menor em função da

estimativa feita, há necessidade de o contribuinte pagar a diferença.”
(MARTINS, S., 2000, página 206)

Estimativa não se confunde com parcelamento, pois, no último caso, o imposto já está apurado e é devido, contudo não foi pago, mas o crédito tributário já foi constituído. Na estimativa, o imposto foi estimado para certo período, podendo ser tanto aquele valor ou um valor maior ou menor, mas o crédito tributário ainda não foi constituído, e corresponde apenas a uma antecipação do imposto.

A estimativa só poderá ser usada quando não existam dados reais aferidos pelo município, e para as atividades de serviços em que não é possível aferir com exatidão qual é o imposto devido, aplicando-se um valor estimado, que deve ser verificado ao final de certo período, para se verificar se o imposto foi recolhido corretamente, se há diferença a pagar ou a ser restituída.

Segundo Borges e Reis (1994), no município do Rio de Janeiro, o regime de estimativa do ISS é aplicado nas seguintes situações:

- a) quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório, entendendo-se por caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais;
- b) quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
- c) quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;
- d) quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem, a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal específico.

As principais atividades de serviços passíveis de serem enquadradas em regime de estimativa são: hotéis, motéis, oficinas mecânicas, serviços de assistência técnica (consertos de geladeiras, aparelhos de informática, eletrodomésticos, entre outros), serviços de diversões públicas (bingos, boates, cabarés, casas de videokês, por exemplo), estacionamentos e videolocadoras.

Caso o movimento econômico do contribuinte durante o ano seja maior do que a receita estimada no mesmo período, o mesmo terá de pagar uma décima terceira parcela, ao final do ano, referente ao saldo devedor de imposto. Se, caso

contrário, o contribuinte tiver um faturamento/ano menor do que a receita anual estimada, poderá requerer restituição de saldo credor de ISS.

Outros entes políticos também utilizam o regime de estimativa, como a União, quanto ao imposto de renda pessoa jurídica, e vários Estados, quanto ao ICMS.

Nada impede que o regime de estimativa possa ser aplicado sobre o IPTU e o ITBI, ou seja, sobre os demais tributos municipais.

Caso o faturamento do contribuinte tenha sido maior do que o faturamento estimado, este poderá requerer restituição do saldo credor, através de processo administrativo. A compensação de valores só está prevista quando se compensam valores do exercício em vigência. Por exemplo, podem-se compensar valores pagos a maior em março de 2002 no mês de abril de 2002. Com relação a exercícios passados, procedimentos administrativos internos impedem que haja compensação de valores.

O contribuinte, não concordando com a receita mensal estimada, poderá requerer também a revisão dessa receita, também por meio de processo administrativo.

A estimativa poderá ser definida com base na aplicação de um índice de valor agregado (margem de lucro) sobre as despesas informadas, sendo que cada atividade passível de ser estimada possui uma margem própria, ou através da receita apurada nos últimos doze meses pelo contribuinte. Outra forma de definir a receita mensal estimada é através de uma constatação feita *in loco*, através de plantão fiscal.

O Judiciário considera o regime de estimativa como sendo constitucional, conforme mencionado por Martins, S. (2000), apesar de não se caracterizar a ocorrência de um fato gerador que enseje a cobrança do ISS. Vale e Santos (2002) afirmam que o regime de estimativa de ISS deve ser usado como meio de facilitar a ação do fisco, sem ferir o direito dos contribuintes de pagarem o imposto sobre o regime periódico de apuração, quando apurável, não podendo gerar o efeito de confisco, com exigência de base de cálculo acima do que está previsto em lei complementar. A referida autora menciona, às páginas 63, 64 e 65 de seu livro, entendimento jurisprudencial dos tribunais, favoráveis ou não ao assunto analisado.

5.4.1 Dois casos especiais do regime de estimativa de ISS: São Paulo e Vitória da Conquista

A seguir, serão mostradas algumas experiências com a arrecadação de ISS pelo regime de estimativa. São os casos de São Paulo (SP) e Vitória da Conquista (BA).

Em São Paulo, o regime de estimativa foi criado no início da década de 80, pelo Prof. Henrique Fingerhann, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Algumas atividades de serviços não eram sujeitas à incidência do ISS, por razões tais como a dificuldade em se determinar se o contribuinte emitia notas fiscais corretamente ao prestar serviços. Tais atividades típicas eram: hotéis, motéis, oficinas mecânicas, atividades de assistência técnica, videolocadoras, estacionamentos, entre outros. Havia, inicialmente, uma equipe de três pessoas nesta subinspetoria. Atualmente há mais de vinte. A arrecadação de ISS tem contribuído para a arrecadação tributária do município com uma participação de 2 a 3% da arrecadação total, segundo informações do setor de estimativa da Secretaria Municipal das Finanças. As atividades de serviços que mais têm contribuído para arrecadar ISS no regime de estimativa, com base no ano 2000, são: estacionamentos (33,50%), hospedagem em motéis (14,72%); assistência técnica - eletrodomésticos, microcomputadores, aparelhos eletrônicos, entre outros – (12,53%); cabeleireiros (7,18%); hospedagem em hotéis (5,89%).

Um dos problemas que o setor de estimativa paulistano tem enfrentado é o desenquadramento de parte da base de contribuintes, sob a alegação de que estes estão pagando ISS através do SIMPLES federal, como microempresas, à alíquota geral de ISS de 1% ao mês sobre o faturamento, ao invés de 5% de ISS, pela estimativa. Há alguns critérios a serem observados para que o desenquadramento se efetive, como, por exemplo, não possuir filial em outro município e apresentar documentação da Secretaria da Receita Federal atualizada, comprobatória de sua condição de SIMPLES-ME, entre outras condições.

Há uma experiência, relatada por Wampler e Barboza (2000), referente ao programa Gestão pública e cidadania, da Fundação Getúlio Vargas, concernente ao município de Vitória da Conquista (BA), em relação ao regime de estimativa de lançamento de ISS. Em tal município, situado a 328 km de Salvador, há uma

população de quase 250 mil habitantes. Ocorre que tal município estava passando por dificuldades financeiras, decorrentes de fatores que têm afligido a grande maioria dos municípios brasileiros, tais como o fim do financiamento inflacionário, a instituição do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e a diminuição da atividade econômica, além do aumento das demandas sociais e da responsabilidade municipal na oferta de serviços públicos. Há também algumas características que contribuíram para gerar ou agravar uma crise financeira das prefeituras, que são específicas de Vitória da Conquista, tais como o clientelismo, a utilização de recursos públicos em benefício de pequenos grupos e o descaso com a arrecadação de impostos.

Em 1997, a administração municipal adotou diversas medidas para enfrentar o referido problema financeiro, atuando em três frentes: a) elevação de receitas; b) controle e racionalização de despesas e c) ampliação da participação popular nas decisões relativas a investimentos públicos, promovendo a “publicização” do estado, com aumento da transparência. No que tange à elevação das receitas, uma das iniciativas mais importantes, que se constituiu numa inovação, foi a instituição da cobrança de ISS por estimativa.

O regime de cobrança de ISS por estimativa em Vitória da Conquista incentivou a emissão de notas fiscais e ampliou a base tributária, com a incorporação de contribuintes que tenderiam à informalidade, pois, de forma rara se encontrariam abrangidos pelo fisco municipal. Aliado a tais fatos, o êxito de tal regime de arrecadação de ISS deveu-se também a mudanças no sistema de pontuação, no qual se baseia a remuneração variável dos fiscais, havendo ganho de produtividade para compor o salário variável com base no número de visitas realizadas e no número de autos de infração efetivamente pagos (autos lavrados não são pontuados). A prefeitura investiu na fiscalização realizando concursos para auditores fiscais e modernizando suas instalações, além de atualizar seus *softwares*, com base na liberação de financiamento por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), através do Programa de Modernização da Arrecadação Tributária (PMAT), criado pelo banco.

Em 1998, a arrecadação de ISS do município baiano subiu de R\$ 2,2 milhões para R\$ 3,4 milhões.

Além disso, Vitória da Conquista conseguiu, por força de sua agilidade em obter recursos e graças à recuperação de sua saúde financeira, celebrar diversos

convênios com o governo federal, que injetaram mais verbas no município e possibilitaram a criação de diversos programas na área social. A arrecadação total aumentou de R\$ 30,4 milhões em 1996 para R\$ 41,9 milhões em 1998. Isso proporcionou regularização do pagamento a funcionários, fornecedores e credores.

5.5 O SIMPLES Federal e o SIMPLES paulista

5.5.1 O SIMPLES Federal

A definição do SIMPLES federal - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, está exposta no Anexo F, e está de acordo com a Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, Diário Oficial da União de 06/12/96, pág. 25.

No caso do imposto de renda pessoa jurídica, referente ao exercício de 1998, a Tabela 9, abaixo mostrada, enfoca, quanto ao setor de serviços, que, em relação ao SIMPLES federal, o percentual de quantidade e o percentual de receita bruta declarada são quase próximos, sendo, respectivamente, de 20,24% e de 17,45%. Com base no lucro real, para o mesmo setor de serviços, o percentual de quantidade de contribuintes é de 40,88%, porém, o percentual de receita bruta declarada é de apenas 13,90%. Há considerável discrepância entre as duas sistemáticas de arrecadação. Tais fatos permitem inferir que um sistema mais simplificado de arrecadação tributária pode levar o contribuinte em setores mais informalizados como os serviços a arrecadar tributos, ao invés de sonegar.

Tabela 5.1 – Imposto de renda pessoa jurídica 1998 por modalidade de declaração

Especificação	Lucro real		Lucro Presumido		SIMPLES	
	% quantidade	% receita bruta	% quantidade	% receita bruta	% quantidade	% receita bruta
Indústria	25,35	46,43	10,69	21,50	14,15	20,88
Comércio	28,45	22,48	44,65	52,61	64,30	60,82
Serviços	40,88	13,90	42,04	24,57	20,24	17,45
Intermediação	1,74	16,66	1,82	0,75	0,10	0,07
Financeira						
Agropecuária	3,58	0,53	0,80	0,57	1,22	0,77
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria da Receita Federal. In: Rezende (2001)

5.5.2 O SIMPLES paulista

Segundo o ABC do Simples Paulista (2002), a definição de SIMPLES Paulista, está abaixo descrita:

O "Simples Paulista" é a denominação popular recebida pela Lei nº 10.086, de 19/11/1998, que instituiu o regime tributário simplificado da microempresa e da empresa de pequeno porte no Estado de São Paulo. Esse regime tributário simplificado objetiva atribuir aos contribuintes paulistas tratamento jurídico tributário diferenciado, visando simplificar o cumprimento das obrigações fiscais, de acordo com o que determina o artigo 179 da Constituição Federal de 1988 e Convênio ICMS nº 59/89, de 29/05/1989 (DOU de 31/05/1989). O regime tributário simplificado da microempresa e da empresa de pequeno porte paulista não estabeleceu convênio para aderir ao "Simples Federal". Portanto, não há necessidade de o contribuinte deste Estado, optante do "Simples Paulista", estar enquadrado no "Simples Federal".

Maiores informações sobre o SIMPLES Paulista estão nos Anexos G e H.

5.5.3 O regime de estimativa e o convênio do SIMPLES Federal na RMSP

Antes de mais nada, deve-se descrever a metodologia para composição da tabela constante do Apêndice B. Para a composição das informações referentes à referida tabela, as mesmas foram obtidas por dois meios: através da internet e pela obtenção de dados *in loco*, ou seja, nas próprias prefeituras de 29 municípios,

que não possuíam dados disponibilizados na rede mundial. A verificação feita in loco abrangeu os seguintes municípios:

- a) Região Sudoeste: Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, Taboão da Serra.
- b) Região Oeste: Carapicuíba, Cotia, Pirapora do Bom Jesus, Osasco, Vargem Grande Paulista.
- c) Região Norte: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã.
- d) Região Nordeste: Arujá, Santa Isabel.
- e) Região Leste: Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Moji das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano.
- f) Região sudeste: Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo.

Os endereços das Prefeituras e das Secretarias de Finanças dos 39 municípios da RMSP estão no Anexo I. Maiores detalhes sobre o roteiro de visita aos municípios mencionados poderão ser encontrados no Apêndice A.

As alíquotas obtidas pela Internet referem-se aos seguintes municípios, abaixo relacionados, cujos respectivos *links* encontram-se também no Apêndice A.

- a) Região Sudoeste: São Lourenço da Serra.
- b) Região Oeste: Barueri, Itapevi, Jandira, Santana de Parnaíba.
- c) Região Nordeste: Guarulhos.
- d) Região Sudeste: Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul.
- e) Capital - SP

Abaixo, está a análise da referida tabela.

Conforme o quadro constante do Apêndice B, do total de 39 municípios integrantes da RMSP, 11 não possuem o regime de estimativa em vigor ou previsto na sua legislação, o que corresponde a 28,20% do total, ou seja, 71,80% dos municípios da RMSP possuem tal regime. Pode-se inferir, portanto, que na RMSP há predominância na adoção do regime de estimativa como estratégia de arrecadação tributária. Infelizmente não foi possível saber quanto do total arrecadado de ISS na RMSP corresponde a tal regime.

Quanto ao convênio do SIMPLES, como microempresa, principalmente, ou como empresa de pequeno porte, junto à Receita Federal, 5 municípios possuem

tal convênio. São eles: Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mauá, Salesópolis e São Paulo. Tais municípios correspondem a 12,82% do total dos municípios da RMSP. Ou seja, os municípios componentes da RMSP preferem um sistema menos simplificado de arrecadação a outro que poderia trazer mais simplicidade administrativa e, até mesmo maiores ganhos de arrecadação tributária, lembrando a curva de Laffer.

Em termos federativos, os municípios preferem manter uma estrutura de arrecadação tributária através de tributos próprios a realizar convênios que envolveriam o governo federal, mesmo que tal convênio acarretasse mais simplificação e menos burocracia na relação fisco-sociedade civil, até mesmo com possíveis ganhos tributários para o fisco, com a adoção do SIMPLES.

Um exemplo contrafactual é o do governo do estado de São Paulo que, a partir de janeiro de 2001, suspendeu a vigência do regime de estimativa no estado, em razão da criação do SIMPLES Paulista, que engloba contribuintes pertencentes à faixa de microempresa e empresa de pequeno porte. O novo sistema prevê aumento de arrecadação sem ser por aumento de alíquotas ou por criação de novos tributos.

Enfim, o regime de estimativa é um regime simplificado de tributação do ISS, porém, há um sistema ainda mais simplificado, o SIMPLES, embora nem todos os contribuintes possam ser abrangidos pelos dois regimes, como é o caso das grandes empresas, assim caracterizados em função do seu faturamento e estrutura administrativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando responder à questão básica, proposta na introdução deste estudo, nos capítulos 4 e 5 chegou-se a uma resposta referente à seguinte pergunta: o ISS, na RMSP, é eficiente, do ponto de vista da eficiência econômica e administrativa? A resposta pode ser subdividida em duas partes.

A primeira parte da resposta consiste em verificar se o ISS é eficiente em termos econômicos. Pode-se dizer que não, visto que, o resultado da regressão linear definiu uma elasticidade da arrecadação em relação a alíquota para a RMSP de 0,086, o que caracteriza que ela é elástica, ainda que parcialmente. Portanto, há margem para aumento de alíquota que possa gerar um incremento nesta arrecadação, pois não se atingiu ainda o ponto máximo da Curva de Laffer. Trata-se de um ponto da curva que ainda está em trajetória ascendente. É verdade que a elasticidade é baixa e poderíamos dizer que o resultado não é robusto. Mas o fato é que com os dados disponíveis e dada a análise realizada, a evidência é de ineficiência econômica na arrecadação de ISS na RMSP.

Este estudo analisou de forma superficial a elasticidade da arrecadação, em função de um aumento da população, através de sua regressão. Cumpre lembrar que a análise de estratégias de arrecadação tributária que visem atrair mais contribuintes para um determinado município, utilizando subsídios e isenções, não é o escopo deste trabalho, sendo uma limitação, mas, ao mesmo tempo, uma oportunidade de que, no futuro, pesquisadores possam estudar tal fenômeno. Trata-se, portanto, de mais uma alternativa de pesquisa acadêmica, que poderá vir a complementar este estudo.

A segunda parte da resposta refere-se à eficiência administrativa do ISS na RMSP. Com base no quadro do Apêndice B, pode-se dizer que adotam o regime de estimativa 71,80% dos municípios da RMSP, o que é considerável. Porém, quanto a um sistema mais simplificado de arrecadação, em convênio com a Receita Federal, apenas 12,82% dos municípios da RMSP fizeram tal convênio. Ou seja, existe um esforço considerável no sentido de melhorar a eficiência, do ponto de vista administrativo, na RMSP, mas poderia ser mais ainda, se fosse adotado o sistema simplificado de arrecadação tributária, nos moldes do SIMPLES federal e do SIMPLES paulista. Quanto ao SIMPLES federal, há a questão federativa envolvida,

pois há ingerência do governo federal no repasse dos recursos provenientes da arrecadação do tributo pelo SIMPLES, conforme foi descrito no capítulo 5. Uma solução alternativa seria a adoção de um SIMPLES municipal, com a mesma estrutura do SIMPLES Paulista, quanto ao ISS. Um exemplo seria o hipotético SIMPLES paulistano, em contraposição ao regime de estimativa, que atenderia aos ditames de um modelo de sistema tributário desejável, propalado por Stiglitz (2000) e Musgrave e Musgrave (1980), especialmente no tocante aos baixos custos administrativos que acarretaria, inclusive, podendo-se dispensar a escrituração dos livros e a emissão de notas fiscais, especialmente para microempresas (apesar de que muitas são abrangidas pela isenção) e empresas de pequeno porte.

O capítulo 4 fornece análise empírica sobre os dados tributários fornecidos, com base no banco de dados da SEADE e da STN, cumprindo com o proposta mencionada na introdução, de disponibilizar dados tributários para a comunidade acadêmica e demais interessados no assunto. Lembra-se que o enfoque é a questão da arrecadação tributária, e que os bancos de dados possuem também algumas limitações quanto à disponibilidade de apresentar todos os dados dos municípios envolvidos. Há municípios que não informaram alguns dados, por razões diversas.

Do capítulo 4 destacam-se, quanto à análise da arrecadação tributária média, antes e depois da vigência da CF/88, que, apesar da dependência por parte dos municípios componentes da RMSP das transferências, referentes, principalmente às cotas-partes do FPM, nota-se um aumento do crescimento relativo da arrecadação tributária própria dos referidos municípios, porém, o crescimento maior se dá mais em função do ISS do que do IPTU.

Do mesmo capítulo 4, numa análise que envolve a evolução das receitas tributárias de 1995 a 2000, nota-se que o ISS apresentou crescimento de 9,64%. Já o total das transferências (cotas-partes ICMS + FPM) acusaram um decréscimo de 16,62%. No mesmo período, o IPTU apresentou crescimento de 45,97% de 1995 para 2000. Ou seja, o crescimento de dois dos principais impostos municipais, de 1995 a 2000, suplantou a arrecadação proveniente do conjunto das mencionadas transferências, que apresentou decréscimo no período em análise.

Em resumo, os capítulos 4 e 5 são mais analíticos do que descritivos. Já o capítulo 3 é totalmente descritivo, e fornece as bases para que o leitor esteja mais informado sobre o assunto.

O estudo, ao mesmo tempo em que possui limitações, que serão a seguir descritas, abre um leque de possibilidades para posteriores pesquisas acadêmicas que poderão, futuramente, enriquecer a literatura sobre o assunto em foco.

Ressalta-se que o enfoque deste trabalho não é o de analisar estratégias de arrecadação tributária antes e após a vigência da CF/88. Há o banco de dados que permite uma análise acurada do tema. A análise feita neste trabalho serviu apenas para mostrar um panorama da situação antes e depois da CF/88. Tal trabalho pode ser desenvolvido posteriormente por interessados, usando os dados dos bancos de dados provenientes da SEADE e da STN. A forma de se fazer a junção dos dois bancos de dados num só pode ser encontrada neste trabalho.

Não é também o objetivo deste estudo analisar em profundidade a questão da guerra fiscal entre municípios, principalmente os da RMSP. Este trabalho pode ajudar os interessados em tal pesquisa, no sentido de ter as alíquotas dos 39 municípios componentes da RMSP, antes da entrada em vigor do piso, referente à alíquota mínima nacional de ISS, de 2%, trazida pela emenda constitucional nº 37 e pelo ADCT, em seu art. 88, que passa a vigorar a partir de janeiro de 2003. Há também um roteiro para se percorrer os municípios da RMSP.

Através de dados constantes neste trabalho, pode-se também analisar estratégias de arrecadação tributária dos municípios componentes da RMSP, no sentido de se planejar se é interessante investir mais em impostos, taxas, ou contribuições de melhoria. Se for em impostos, é melhor investir em patrimonial, tipo IPTU ou ITBI, ou é melhor investir no ISS? São questões que podem ser analisadas, tendo como auxílio este trabalho.

Em suma o que se pode afirmar é que aparentemente há margem para melhoria na arrecadação a partir de aumento nas alíquotas, especialmente para os municípios com alíquotas mais reduzidas. Se a harmonização será suficiente para levar a uma alíquota ótima é uma questão que apenas o tempo dirá. Além do mais, as simplificações administrativas como o regime de estimativa ou o SIMPLES parecem também levar a resultados positivos no que se refere à arrecadação e certamente no que se refere à administração das empresas. Como estas práticas estão bastante disseminadas nos municípios da RMSP temos alguma evidência de que os municípios estão num bom caminho no que se refere a eficiência administrativa, ainda que a adesão ao SIMPLES, dada a sua aparente superioridade em diversos casos, poderia ser maior, conduzindo para um "SIMPLES Paulistano".

Este fica como proposta desta dissertação para os formuladores de política fiscal municipal na maior região metropolitana do país.

REFERÊNCIAS

ABC DO SIMPLES Paulista. Disponível em: <
<http://www.farocontabil.com.br/abcsimplespaulista.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2002.

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *Os laços federativos brasileiros: avanços, obstáculos e dilemas no processo de coordenação intergovernamental*. 2000. 277f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

AFONSO, José Roberto Rodrigues; ARAÚJO, Érika Amorim. A capacidade de gastos dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. In: NEVES, Gleisi Heisler et al. *Os municípios e as eleições de 2000*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 2000. p. 35-57. (Cadernos Adenauer, 4).

ARAUJO, Fernando Cosenza. *Endividamento público municipal no Brasil pós 1988: o caso da responsabilidade fiscal de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto, Casa do livro Editora, 2001.

AUERBACH, Alan J.; HINES, James, Jr. *Taxation and economic efficiency*. Cambridge: NBER, 2001. (NBER Working Papers, w8181). Disponível em: <
<http://www.nber.org/papers/w8181>>. Acesso em: 12 jul. 2002.

AUERBACH, Alan J.; FELDSTEIN, Martin (ed.) *Handbook of public economics*. New York, North Holland, 1985-1988. 4 v.

BIDERMAN, Ciro. *Forças de atração nas grandes aglomerações brasileiras*. São Paulo: CEBRAP, 2001.

BORGES, José Cassiano ; REIS, Maria Lúcia Américo dos (Org). *ISS no município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Esplanada ADCOAS, 1994.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERNANDES, Edison Carlos. *Direito tributário municipal*. Curitiba: Juruá, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999

FLORENZANO, Zola. *O Sistema Tributário da Constituição de 1969*. Rio de Janeiro: Instituto de Cultura Jurídica, 1970.

GASPAR, Walter. *ISS Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1997.

GIAMBIAGI, Fábio; ÁLEM, Ana Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

GONÇALVES, Gilberto Rodrigues. *ISS na construção civil*. São Paulo: RBB, 1998.

GUJARATI, Damodar N. *Econometria Básica*. 3.ed. São Paulo: Makron, 2000.

HADDAD, Richard. *Apostila Legislação do ISS: município de São Paulo*. São Paulo: Ed. Pró-concurso, 1998.

HYMAN, David N. *Public Finance: a contemporary application of theory to policy*. 5th ed. Fort Worth: Dryden, 1996.

IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS. *Consolidação do ISS: município de São Paulo*. São Paulo, 2001.

KOHAMA, Helio. *Contabilidade pública: teoria e prática*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1986.

LIMA, Diana Vaz de ; CASTRO, Robison Gonçalves de. *Contabilidade Pública: integrando União, Estados e municípios(Siafi e Siafem)*. São Paulo: Atlas, 2001.

LONGO, Carlos Alberto. *Finanças Públicas: uma introdução*. São Paulo: IPE/USP, 1984.

MANGIERI, Francisco Ramos. *ISS: teoria, prática, questões polêmicas*. São Paulo: Edipro, 2001.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo, Campus, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estatística geral e aplicada*. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Manual do imposto sobre serviços*. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. 10.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. *Doutrina e prática do imposto sobre serviços*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

MUSGRAVE, Richard A. e MUSGRAVE, Peggy B. *Finanças públicas: teoria e prática*. Tradução de Carlos Alberto primo Braga, revisão técnica de Cláudia Cunha Campos Eris e Ibrahim Eris. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: EDUSP, 1980.

REZENDE, Fernando. *Finanças públicas*. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, Flávio. *Economia do setor público: uma abordagem introdutória*. São Paulo: Atlas, 1997.

ROLNIK, Raquel. *Folha explica São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001.

RUBINFELD, Daniel L. Economics of the local public sector. In: AUERBACH, Alan J.; FELDSTEIN, Martin (ed.) *Handbook of public economics*. New York, North Holland, 1985-1988. v.2

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia e Administração*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STIGLITZ, Joseph E. *Economics of the public sector*. 3th ed. New York: W.W. Norton, c2000.

VALE, Angelita de Almeida; SANTOS, Ailton. *ISS: comentários e jurisprudência*. 3.ed. São Paulo: Livraria Legislação Brasileira, 2002.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia: princípios básicos*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

VICCARI JUNIOR, Adauto et al. *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada: lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000*. São Paulo: Atlas, 2001.

VIGNOLI, Francisco Humberto (Coord.). *A Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

WAMPLER, Brian ; BARBOZA, Hélio Batista. Fortalecimento financeiro do município com justiça fiscal a serviço da cidadania. In: FARAH, Marta Ferreira Santos; BARBOSA, Helio Batista (Org.). *Novas experiências de gestão pública e cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 175-185.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para percurso dos municípios da RMSP

Cumpra lembrar que, para a composição do quadro constante do Apêndice B, no que tange à obtenção das alíquotas do ISS de municípios componentes da região metropolitana de São Paulo, inicialmente foi feita uma pesquisa na Internet, com o intuito de se obter os *sites* das mencionadas prefeituras, através do *site* de busca, denominado Google (www.google.com.br). Foram encontradas as legislações do ISS dos seguintes municípios: Barueri, Diadema, Guarulhos, Itapevi, Jandira, Mauá, Santana de Parnaíba, Santo André, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo. Basicamente, há dois *sites* que relacionam as prefeituras componentes da RMSP. O primeiro deles é o da EMPLASA¹⁰, cujas informações encontradas são listadas a seguir:

Município	Prefeitura
Barueri	www.barueri.sp.gov.br
Caieiras	www.geocities.com/vienna/8581
Carapicuíba	http://www.carapicuiiba.sp.gov.br
Diadema	www.diadema.sp.gov.br
Embu	www.embu.sp.gov.br
Ferraz de Vasconcelos	www.ferrazdevasconcelos-sp.com.br
Guararema	www.guararema.sp.gov.br
Guarulhos	www.guarulhos.sp.gov.br
Itapeçerica da Serra	www.itapecerica.sp.gov.br
Itapevi	www.itapevi.sp.gov.br
Jandira	www.jandira.sp.gov.br
Mairiporã	www.mairipora.sp.gov.br
Mauá	www.maua.sp.gov.br
Mogi das Cruzes	www.pmmc.com.br
Osasco	www.osasco.sp.gov.br
Poá	www.poa-sp.com.br
Ribeirão Pires	www.ribeiraopires.sp.gov.br
Rio Grande da Serra	www.riograndedaserra.sp.gov.br
Santa Isabel	www.premusi.com.br
Santana de Parnaíba	www.santanadeparnaiba.sp.gov.br
Santo André	www.santoandre.sp.gov.br
São Bernardo do Campo	www.saobernardo.sp.gov.br
São Caetano do Sul	/www.saocaetanodosul.sp.gov.br
São Lourenço da Serra	www.saolourencodaserra.com.br
São Paulo	/www.prefeitura.sp.gov.br
Suzano	www.suzano-sp.com.br

¹⁰ <http://www.emplasa.sp.gov.br/perfilgsp/ie/default.asp>

Lembra-se que, no que concerne à RMSP, há muitos municípios cujo endereço eletrônico, acima especificado, não foi encontrado.

Há, também, outro *site* interessante, que é o Aonde¹¹. Porém, o primeiro *site*, da EMPLASA, é mais abrangente.

Quanto aos demais 29 municípios, foram feitas visitas às prefeituras das referidas municipalidades, procurando o setor de tributos pertinente, denominado de setor, divisão ou departamento de tributação, de receita, de finanças ou de ISS, nome que varia de município para município.

O planejamento das visitas foi feito da seguinte forma: como os municípios que compõem a RMSP são subdivididos em regiões sudoeste, oeste, norte, nordeste, leste, sudeste e capital-SP, foi adotado o critério geográfico, de acordo com a ordem mencionada, para definir as regiões para se fazer as visitas.

É recomendável levar valores em espécie, para fins de pagamento de custas, cópias e taxas administrativas para se obter a documentação mencionada. Os custos maiores estão na região sudoeste da RMSP, cujos valores por município variam de R\$ 5,00 a R\$ 10,00. Há municípios que nada cobram para obter a documentação. Recomendamos também ir de carro, pois a agilidade e a economia de tempo justificam tal empreendimento. Ir de ônibus não permite tal agilidade e, tampouco, economia de tempo. É fácil estacionar nos estacionamentos da própria prefeitura ou nos arredores do centro dos municípios. As prefeituras costumam abrir das 08:00h ou das 09:00h ou, até mesmo, das 12:00 (Caieiras) às 16:00, 16:30h, ou 17:00h, sendo que, algumas delas possuem intervalo para almoço, de uma hora (é o caso de Francisco Morato).

O autor deste trabalho identificou-se, nos municípios visitados, como pesquisador da EAESP-FGV, desenvolvendo uma dissertação de mestrado envolvendo o tema da eficiência econômica e administrativa do ISS.

As visitas foram iniciadas pela região sudoeste, que envolve os municípios de Embu, Embu-Guaçu, Itapequerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e Taboão da Serra.

O primeiro município escolhido para visita foi Itapequerica da Serra, sendo que o caminho utilizado para sair de São Paulo foi a Ponte da Av. João Dias, na região de Santo Amaro, na capital paulista. Deve-se passar pela ponte de tal avenida,

¹¹ www.aonde.com/indicacao/governo/20183.htm.

sobre o Rio Pinheiros, cruzando a marginal respectiva, e seguir pela estrada de Itapecerica, após passar pela ponte. Há placas de sinalização, indicando o rumo para tal estrada.

Em cerca de 40 minutos, chega-se a Itapecerica da Serra. Há placas indicativas da localização da prefeitura ou paço municipal, de modo que o interessado não terá dificuldades em encontrá-lo. O setor de tributação, regra geral, fica no próprio prédio da prefeitura, ou, na pior das hipóteses, em imóvel localizado próximo a tal prédio. As pessoas, na rua, informam de forma precisa a localização da prefeitura, caso o interessado não ache as placas indicativas ou se perca no trajeto. Os funcionários do setor de tributação informaram que estavam preocupados com a adoção da alíquota mínima de 2% de ISS, estabelecida através da emenda constitucional nº 37, de 06/2002, a partir de 2003. Informaram também que há 12 fiscais de ISS ali, além das informações que deveriam ser obtidas, tais como alíquotas e se há regime de estimativa e convênio com a Receita Federal com respeito ao SIMPLES – ME.

Após Itapecerica, o próximo passo foi Embu-Guaçu, distante cerca de 14 quilômetros de Itapecerica. Em Itapecerica, há placas indicativas da saída da cidade para Embu-Guaçu. Deve-se seguir as placas. Em 20 minutos, chega-se a tal município. Não houve dificuldade para obter a documentação desejada, porém, também há custas administrativas.

De Embu-Guaçu, o próximo destino seria Embu, mais conhecida como Embu das Artes. Porém, houve a necessidade de retorno a Itapecerica. Através de placas indicativas, achou-se a saída para Embu. Houve demora de 40 minutos para chegar a Embu. Pode-se aproveitar para almoçar em tal cidade, sendo que há variedade de opções gastronômicas. Há uma estrutura de restaurantes no local, visto que, aos fins-de-semana, o município tem como vantagem competitiva o turismo, principalmente tendo por motivo a cultura e as artes plásticas.

De Embu, o destino foi seguir até Juquitiba, pela rodovia Régis Bittencourt (BR-116), no sentido de Curitiba. Há demora de 45 minutos para se chegar até lá. De Juquitiba, voltando pela mesma rodovia, chega-se a Taboão da Serra. Completou-se, assim, a obtenção de dados de ISS da região sudoeste da RMSP em um dia, das 10:00h às 14:45h.

De Taboão, volta-se pela BR-116, no sentido Curitiba, e pega-se a alça de acesso para o Rodoanel Mário Covas, visando alcançar a Rodovia Raposo Tavares.

Às 15:10h, dá-se entrada na cidade de Cotia. Junto ao setor de documentação, pode-se obter os mencionados dados de ISS. De Cotia, segue-se, pela Rodovia Raposo Tavares, para Vargem Grande Paulista, ali chegando às 16:45h. Completa-se, portanto, a obtenção de dados do ISS de dois municípios da região oeste da RMSP, lindeiros à região sudoeste, em, praticamente, 2 horas.

Em um dia, são percorridos, portanto, 7 municípios, o que levou um tempo de 10 horas, entre as 09:00h e as 19:00h. Notou-se facilidade para obtenção dos dados das alíquotas do ISS nos municípios componentes da região sudoeste da RMSP.

Em outro dia, pode-se optar por percorrer a região sudeste da RMSP. Pode-se iniciar por São Bernardo do Campo. O interessado pode ir para tal município pela Via Anchieta ou pela Rodovia dos Imigrantes. Optou-se por esta última, saindo de São Paulo pela Av. dos Bandeirantes, às 09:00h. Chega-se a São Bernardo em 30 minutos. O setor de tributação não fica no prédio da prefeitura, mas sim, no Poupatempo São Bernardo, praticamente ao lado do prédio da Prefeitura.

De São Bernardo, pela Via Anchieta e, depois, pela Rodovia índio Tibiriçá, pode-se seguir para Ribeirão Pires, ali chegando em 20 minutos.

Seguindo orientações das placas indicativas, pode-se partir, posteriormente para Rio Grande da Serra. O trajeto dura 15 minutos. Ali, há necessidade de deixar um documento de identificação no setor de tributação e foi necessário tirar cópia fora da repartição.

Findou-se, portanto, a coleta de dados dos 3 municípios faltantes da região sudeste da RMSP. Tal trabalho consumiu 2 horas e meia, das 09:00h às 11:30h. Excetuando São Bernardo, os demais municípios não tinham, com facilidade, as alíquotas de ISS das atividades de serviços por eles tributadas.

O próximo passo foi o de coletar dados da região leste da RMSP.

Estando na rodovia Índio Tibiriçá novamente, toma-se rumo para Suzano, distante cerca de 30 quilômetros de Rio Grande da Serra. Leva-se 50 minutos para se chegar a tal município.

De Suzano, seguindo placas indicativas, através da rodovia Eroles, pode-se dirigir para Moji das Cruzes. Obtidos os dados do ISS, pode-se almoçar em Moji e dirigir-se para Biritiba-mirim, sempre com orientação das placas indicativas. Demora-se 45 minutos para se chegar Biritiba. Ali, foram ouvidas reclamações dos funcionários, que se posicionaram contrários também à alíquota de 2% como piso mínimo de ISS, a partir de 2003.

De Biritiba-mirim, pode-se ir para Salesópolis. O percurso dura 50 minutos. Através das placas indicativas, rumou-se, depois, para Guararema. Não houve tempo de encontrar aberta a prefeitura, pois esta fechava às 17:00h. Optou-se por consultar um escritório de contabilidade, sendo que o contador, Sr. Ênio, possuía a legislação do ISS de Guararema.

Num dia, foram visitadas, portanto, 7 prefeituras e 1 escritório de contabilidade, obtendo-se as alíquotas de ISS de 8 municípios.

Voltou-se para Moji das Cruzes, e ali houve a refeição noturna e o pernoite. No dia seguinte, rumou-se para Itaquaquetuba. A saída de Moji foi às 08:00h e demorou-se, no trajeto, uma hora, pela rodovia Eroles, inicialmente, e por uma via vicinal, sempre seguindo as placas indicativas, margeando a Dutra, mais meia hora.

Chegou-se a Itaquaquetuba às 09:20h. Foram obtidos os dados e rumou-se para Arujá. Chegou-se ali às 10:00h. Não foi possível obter os dados da prefeitura, visto que o setor de tributação, bem como o setor jurídico, não tinha a lista de serviços abrangidos pelo ISS atualizada. Procurou-se um escritório de contabilidade e obteve-se o decreto contendo as informações procuradas. Saiu-se de Arujá, às 11:00h, em direção a Santa Isabel, ali chegando às 11:40h. Procurou-se o setor competente para obter os dados e, de posse dos documentos, houve o retorno para São Paulo.

Em outra ocasião, saiu-se de São Paulo às 09:00h, rumo à região norte da RMSP, com destino a Caieiras. Chegou-se ali às 10:20h. Ocorre que lá o expediente da prefeitura começa ao meio-dia. Houve necessidade de se dirigir, então, para Franco da Rocha, e ali chegou-se às 10.45h. De posse dos dados, rumou-se para Francisco Morato. Lá, chegou-se às 11:20h. Tendo os dados, pode-se almoçar por ali, como foi feito, e, às 12:40h, rumou-se para Cajamar, ali chegando às 14:00h. Com o objetivo alcançado, voltou-se para Caieiras às 15:30h, onde, finalmente, foram obtidos os dados, dali voltando-se para São Paulo.

Em outra ocasião, saiu-se de São Paulo às 08:00h, em direção à região oeste da RMSP. O destino era Pirapora do Bom Jesus, seguindo a Rodovia Castello Branco e, depois, a rodovia dos romeiros. Ali, chegou-se às 09:00h. Forneceram a lista de serviços. Na volta, passou-se por Carapicuíba, ali chegando às 10:20h. De posse dos dados, rumou-se para Osasco, ali chegando às 10:45h. De posse dos dados, almoçou-se por ali e, às 12:20, rumou-se para Mairiporã.

Para ir a Mairiporã, estando na Rodovia Castello Branco, volta-se para São Paulo, passa-se pelo complexo de viadutos denominado “cebolão” e, pela marginal Tietê, toma-se rumo para a Rodovia Fernão Dias. Chegou-se a Mairiporã às 14:20h. De posse dos dados, voltou-se para São Paulo.

APÊNDICE B

Quadro 4 – Alíquota predominante do ISS, o regime de estimativa e o convênio com o SIMPLES-ME federal, na RMSP

Municípios	Possui regime de estimativa?	Possui convênio SIMPLES com a Receita Federal?	Alíquota predominante de ISS
1 Arujá	Sim	Não	5,00%
2 Barueri	Sim	Não – isento	0,50%
3 Biritiba – Mirim	Não	Não	0,25%
4 Cajamar	Não	Não	0,50%
5 Caieiras	Não	Não	2,00%
6 Carapicuíba	Sim	Não	0,03%
7 Cotia	Sim	Não	5,00%
8 Diadema	Sim	Não	5,00%
9 Embu	Não	Não	1,00%
10 Embu-Guaçu	Sim	Não	3,00%
11 Ferraz de Vasconcelos	Sim	Não	0,50%
12 Francisco Morato	Sim-autônomos	Não	3,00%
13 Franco da Rocha	Sim	Não	3,00%
14 Guararema	Não	Não	3,00%
15 Guarulhos	Sim	Sim	3,00%
16 Itapevi	Sim	Não	2,00%
17 Itaquaquecetuba	Sim	Sim	5,00%
18 Itapeverica da Serra	Não	Não	1,00%
19 Jandira	Sim	Não – isento	2,00%
20 Juquitiba	Sim	Não	0,50%
21 Mairiporã	Não	Não	0,50%
22 Mauá	Sim	Sim	0,03%
23 Mogi das Cruzes	Sim	Não	2,00%
24 Osasco	Sim	Não	5,00%
25 Pirapora do Bom Jesus	Não	Não	0,25%
26 Poá	Sim	Não	0,25%
27 Ribeirão Pires	Sim	Não	3,00%
28 Rio Grande da Serra	Não	Não	3,00%
29 Salesópolis	Sim	Sim	2,00%
30 Santa Isabel	Não	Não	1,00%
31 Santana de Parnaíba	Sim	Não	0,30%
32 Santo André	Sim	Não	3,00%
33 São Bernardo do Campo	Sim	Não	3,00%
34 São Caetano do Sul	Sim	Não	5,00%
35 São Lourenço da Serra	Não	Não	0,50%
36 São Paulo	Sim	Sim	5,00%
37 Suzano	Sim	Não	2,00%
38 Taboão da Serra	Sim	Não	1,00%
39 Vargem Grande Paulista	Não	Não	0,50%

Fonte: o autor

ANEXOS

ANEXO A – Lista de Serviços abrangidos pelo ISS, com base no D.L. nº 406/68, alterada pelo D.L nº 834/69, pela L.C. nº 56/87 e pela L.C. nº 100/99.

1. MÉDICOS, INCLUSIVE ANÁLISES CLÍNICAS, ELETRICIDADE MÉDICA, RADIOTERAPIA, ULTRA-SONOGRAFIA, RADIOLOGIA, TOPOGRAFIA E CONGÊNERES.
2. Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatórios, pronto-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres.
3. Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres.
4. Enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária).
5. Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados.
6. Planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano.
7. (Vetado).
8. Médicos veterinários.
9. Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres.
10. Guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.
11. Barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres.
12. Banhos, duchas, saunas, massagens, ginásticas e congêneres.
13. Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo.
14. Limpeza e dragagem de portos, rios e canais.

15. Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins.
16. Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres.
17. Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos.
18. Incineração de resíduos quaisquer.
19. Limpeza de chaminés.
20. Saneamento ambiental e congêneres.
21. Assistência técnica (Vetado).
22. Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (Vetado).
23. Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa (Vetado).
24. Análise, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza.
25. Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres.
26. Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
27. Traduções e interpretações.
28. Avaliação de bens.
29. Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres.
30. Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.
31. Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia.
32. Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

33. Demolição.
34. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
35. Pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, (Vetado), estimulação e outros serviços relacionados com a exploração de petróleo e gás natural.
36. Florestamento e reflorestamento.
37. Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres.
38. Paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS).
39. Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias.
40. Ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimento, de qualquer grau ou natureza.
41. Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
42. Organização de festas e recepções: *buffet* (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
43. Administração de bens e negócios de terceiros e de consórcio (Vetado).
44. Administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
45. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada.
46. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
47. Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária.
48. Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (*franchise*) e de faturação (*factoring*) (excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

49. Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres.
50. Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 45, 46, 47 e 48.
51. Despachantes.
52. Agentes da propriedade industrial.
53. Agentes da propriedade artística ou literária.
54. Leilão.
55. Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro.
56. Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
57. Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres.
58. Vigilância de segurança de pessoas e bens.
59. Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do município.
60. Diversões públicas.
 - a) (Vetado), cinemas, (Vetado), *taxi dancing* e congêneres;
 - b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;
 - c) exposições, com cobrança de ingresso;
 - d) bailes, *shows*, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão, ou pelo rádio;
 - e) jogos eletrônicos;

- f) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão;
 - g) execução de música, individualmente ou por conjuntos, (Vetado).
- 61. Distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios.
 - 62. Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão).
 - 63. Gravação e distribuição de filmes e *video tapes*.
 - 64. Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora.
 - 65. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem.
 - 66. Produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres.
 - 67. Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço.
 - 68. Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS).
 - 69. Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS).
 - 70. Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviço fica sujeito ao ICMS).
 - 71. Recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final.
 - 72. Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização.

73. Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado.
74. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.
75. Montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.
76. Cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos.
77. Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia.
78. Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
79. Locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil.
80. Funerais.
81. Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
82. Tinturaria e lavanderia.
83. Taxidermia.
84. Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador de serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.
85. Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação).
86. Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádios e televisão).
87. Serviços portuários e aeroportuários; utilização de porto ou aeroporto; atracação; armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, movimentação de mercadoria fora do cais.

88. Advogados.
89. Engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos.
90. Dentistas.
91. Economistas.
92. Psicólogos.
93. Assistentes sociais.
94. Relações públicas.
95. Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não-pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
96. Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central; fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferências de fundos, devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamento por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extratos de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes de correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessário à prestação dos serviços).
97. Transporte de natureza estritamente municipal.
98. Comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo município (não está em vigor – competência de tributar é do Estado – ICMS).
99. Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao imposto sobre serviços).

100. Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.

101. Exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

(Item acrescentado pela Lei Complementar nº 100/99).

ANEXO B – Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/02

Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002

DOU de 13.6.2002

Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As **Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º, renumerando-se os subseqüentes:

"Art. 100.

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

....."(NR)

Art. 2º O § 3º do art. 156 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 156.

.....

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar:

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

.....

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

....."(NR)

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 84, 85, 86, 87 e 88:

"Art. 84. A contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, prevista nos arts. 74, 75 e 80, I, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será cobrada até 31 de dezembro de 2004.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no caput deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Do produto da arrecadação da contribuição social de que trata este artigo será destinada a parcela correspondente à alíquota de:

I - vinte centésimos por cento ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde;

II - dez centésimos por cento ao custeio da previdência social;

III - oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A alíquota da contribuição de que trata este artigo será de:

I - trinta e oito centésimos por cento, nos exercícios financeiros de 2002 e 2003;

II - oito centésimos por cento, no exercício financeiro de 2004, quando será integralmente destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

" Art. 85. A contribuição a que se refere o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não incidirá, a partir do trigésimo dia da data de publicação desta Emenda Constitucional, nos lançamentos:

I - em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de:

a) câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001;

b) companhias securitizadoras de que trata a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997;

c) sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro;

II - em contas correntes de depósito, relativos a:

a) operações de compra e venda de ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado;

b) contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros;

III - em contas de investidores estrangeiros, relativos a entradas no País e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados, exclusivamente, em operações e contratos referidos no inciso II deste artigo.

§ 1º O Poder Executivo disciplinará o disposto neste artigo no prazo de trinta dias da data de publicação desta Emenda Constitucional.

§ 2º O disposto no inciso I deste artigo aplica-se somente às operações relacionadas em ato do Poder Executivo, dentre aquelas que constituam o objeto social das referidas entidades.

§ 3º O disposto no inciso II deste artigo aplica-se somente a operações e contratos efetuados por intermédio de instituições financeiras, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de mercadorias."

" Art. 86. Serão pagos conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal, não se lhes aplicando a regra de parcelamento estabelecida no caput do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos da Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal oriundos de sentenças transitadas em julgado, que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter sido objeto de emissão de precatórios judiciais;

II - ter sido definidos como de pequeno valor pela lei de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal ou pelo art. 87 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - estar, total ou parcialmente, pendentes de pagamento na data da publicação desta Emenda Constitucional.

§ 1º Os débitos a que se refere o caput deste artigo, ou os respectivos saldos, serão pagos na ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios, com precedência sobre os de maior valor.

§ 2º Os débitos a que se refere o caput deste artigo, se ainda não tiverem sido objeto de pagamento parcial, nos termos do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser pagos em duas parcelas anuais, se assim dispuser a lei.

§ 3º Observada a ordem cronológica de sua apresentação, os débitos de natureza alimentícia previstos neste artigo terão precedência para pagamento sobre todos os demais."

" Art. 87. Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judicial, que tenham valor igual ou inferior a:

I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;

II - trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.

Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor

excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100."

" Art. 88. Enquanto lei complementar não disciplinar o disposto nos incisos I e III do § 3º do art. 156 da Constituição Federal, o imposto a que se refere o inciso III do caput do mesmo artigo:

I - terá alíquota mínima de dois por cento, exceto para os serviços a que se referem os itens 32, 33 e 34 da Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968;

II - não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resulte, direta ou indiretamente, na redução da alíquota mínima estabelecida no inciso I."

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 12 de junho de 2002

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado AÉCIO NEVES

Presidente

Deputado BARBOSA NETO

2º Vice-Presidente

Deputado NILTON CAPIXABA

2º Secretário

Deputado PAULO ROCHA

3º Secretário

Deputado CIRO NOGUEIRA

4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador RAMEZ TEBET

Presidente

Senador EDISON LOBÃO

1º Vice-Presidente

Senador CARLOS WILSON

1º Secretário

Senador ANTERO PAES DE BARROS

2º Secretário

Senador RONALDO CUNHA LIMA

3º Secretário

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

4º Secretário

ANEXO C – Anúncio da prefeitura de Barueri, garantindo alíquotas inferiores ao piso nacional de ISS de 2%, obtida no *site* oficial da referida prefeitura (http://www.barueri.sp.gov.br/Nav/Frame_princ_html.asp, consulta feita em 18/12/02).

Barueri Garante as Atuais Alíquotas de ISSQN até 2007

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37, DE 12 DE JUNHO DE 2002.

A Prefeitura do Município de Barueri leva ao conhecimento dos interessados, no tocante à alíquota mínima de 2% (dois por cento), estabelecida no art. 3º, da Emenda Constitucional em referência, que, conforme parecer da Secretaria dos Negócios Jurídicos, o entendimento é o seguinte:

a) que, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 56, de 14 de agosto de 1997, os contribuintes inscritos na Prefeitura, até a promulgação da citada Emenda, estarão garantidos pela proteção constitucional do direito adquirido, ficando a eles asseguradas as alíquotas vigentes, até agosto de 2007;

b) que as novas alíquotas que vierem a ser estabelecidas pelo Município, em função da referida Emenda Constitucional, serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2003, em observância ao princípio constitucional da anterioridade;

c) que as empresas que vierem a se inscrever após a publicação da Emenda nº 37/02 observarão, até 31/12/2002, as alíquotas atualmente previstas na legislação municipal. Após essa data, as atividades destas empresas com alíquotas inferiores ao mínimo constitucional deverão sujeitar-se a este piso, ou seja, 2%.

d) Esclarecemos que, o entendimento acima, será fixado através do Novo Código Tributário Municipal, que vigorará a partir de janeiro de 2003.

ANEXO D – Reportagem OESP, encontrada no *site*

<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/09/27/cid040.html> em 03/11/02

Sexta-feira, 27 de setembro de 2002

Alíquota de ISS menor agrada a especialistas

Tributaristas, entretanto, não acreditam no fim da guerra fiscal

MAURO MUG

Especialistas em legislação tributária aprovaram a decisão da prefeita Marta Suplicy (PT) de enviar projeto à Câmara, reduzindo as alíquotas do Imposto sobre Serviços (ISS) em São Paulo (veja ao lado quadro com os principais pontos). Eles, no entanto, não acreditam que a medida acabe com a guerra fiscal entre os municípios. E têm dúvidas quanto à legalidade da transferência fiscal – mecanismo que estabelece que o contratante de um serviço é quem recolhe o imposto.

“A prefeita está no rumo certo”, disse o advogado tributarista e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção São Paulo, Raul Haidar.

“A redução do ISS é uma medida inteligente porque vai exatamente ao encontro da Emenda Constitucional nº 37, que trata das alíquotas mínimas”, disse.

Haidar não sabe se a medida deixará de estimular prestadoras de serviço a se instalarem em outros municípios, pois outras prefeituras também estão adotando a alíquota mínima de 2%, o que está fazendo muitas empresas fecharem suas filiais em outros municípios. Ele deu um exemplo. “Tenho um cliente que possui uma filial em Barueri, mas vai fechá-la, pois a prefeitura daquele município, vai elevar a alíquota de 0,5% para 2%”, explicou Haidar. Hoje, com a filial em Barueri, o cliente economiza R\$ 40 mil por mês em impostos. “Se mantivesse a filial, a economia cairia para R\$ 5 mil, o que não compensa o custo de manutenção da filial e, por isso, ele acha melhor pagar o imposto em São Paulo”, comentou.

‘Discutível’ – O advogado não concorda com a transferência do pagamento do ISS para o contratante de serviços terceirizados. “Algumas prefeituras, como as de Ribeirão Preto e Santos, estão adotando esse sistema, de legalidade discutível”, disse. “A substituição tributária está prevista na Constituição para o ICMS, não para o ISS.”

Já o tributarista e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Luiz Antonio Caldeira Miretti, entende que o projeto “ameniza, mas não resolve a guerra fiscal entre os municípios, já que a Emenda Constitucional nº 37 fixa a alíquota mínima de 2% em todos os

municípios do País”.

Miretti defende que a legislação federal seja alterada para acabar com uma divergência. “Enquanto o Decreto Lei 406/68 determina que o ISS tem de ser pago no município onde a empresa está localizada, o STJ criou jurisprudência dizendo que o imposto tem de ser pago onde o serviço foi executado.” Ele também acha discutível a decisão de fazer o contratante do serviço recolher o ISS.

Conselho – Outro projeto da Prefeitura prevê a criação de um conselho para análise de questões tributárias, o Conselho do Contribuinte, com representantes da sociedade e do governo. “Será um tribunal administrativo para atuar em favor do contribuinte”, disse o secretário das Finanças, João Sayad. Segundo ele, outras medidas estão sendo elaboradas para simplificar a vida do cidadão. Uma dessas é a emissão de certidões negativas de ISS pela internet. (Colaborou Marcus Lopes)

REFORMA FISCAL		
Mudanças na cobrança do ISS propostas pela Prefeitura		
Redução de 5% para 2%		Redução de 10% para 5%
▶ Manutenção e conservação de imóveis		▶ Diversões
▶ Vigilância		
▶ Fornecimento de mão-de-obra temporária		Aumento de 5% para 10%
▶ Programas de computadores		▶ Bingos
▶ Leasing		
▶ Ensino universitário		Isenção
▶ Ensino profissionalizante		▶ Construção civil voltada para habitação social
▶ Transporte escolar		
▶ Planos de saúde		

ANEXO E – Reportagem sobre guerra fiscal municipal, pesquisada no *site* http://www.justributario.com.br/destaques/guerra_fiscal_II.htm em 18/12/02.

Destaques

GUERRA FISCAL - II

ISS MÍNIMO DE 2% MINA GUERRA FISCAL ENTRE MUNICÍPIOS

Com a publicação da emenda que prorroga a CPMF, as prefeituras das capitais terão um grande trunfo contra a estratégia de municípios vizinhos que tentam atrair empresas com alíquotas reduzidas do Imposto Sobre Serviços (ISS). A emenda determina alíquota mínima de 2%, o que irá inviabilizar a manutenção de cobranças que hoje chegam a 0,25%.

"O objetivo principal da mudança não é aumentar a arrecadação, mas sim começar a colocar ordem no imposto", diz o secretário das Finanças do município de São Paulo, João Sayad. Segundo ele, a prefeitura perde entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões anuais de ISS com a guerra de alíquotas. "O volume representa entre 20% e 30% da nossa arrecadação do imposto." Em São Paulo, o ISS é predominantemente de 5%. O alvo principal da alíquota mínima é evitar a criação de estabelecimentos fictícios em locais com ISS reduzido. Dessa forma, mesmo quando prestam serviços em municípios com tributação a 5%, as empresas pagam 0,25% ou 0,5%.

Resultado de uma proposta que reuniu os secretários das capitais estaduais, o ISS mínimo de 2% deverá ser, com a edição da emenda, previsto em lei em todas as prefeituras do país. As elevações de alíquota, porém, poderão ser aplicados somente a partir do início do próximo ano. "Como acontecerá aumento no imposto, o contribuinte tem direito à anterioridade anual", explica o tributarista Júlio de Oliveira, do escritório Machado Associados.

Essa é também a interpretação da prefeitura de Guarulhos, município vizinho de São Paulo que tem ISS de 0,5% para atividades de logística e 0,25% para informática e automação. Segundo Eldon Luiz Fiorini, diretor de rendas mobiliárias, o município chegou a adotar alíquota de 0,25% também para administradoras de cartão de crédito. "Cobrávamos 5% e não tínhamos nenhuma empresa. Então para nós era vantagem tentar atrair alguma com ISS de 0,25%", diz. "Com a emenda, teremos de adotar alíquota mínima de 2%".

Vizinha a São Paulo e com alíquota de 0,25% para leasing e locação de bens móveis, a prefeitura de Barueri ainda aguarda publicação e análise da emenda para decidir o que fazer.

"As empresas terão que repensar seus planos, mas a alíquota mínima de 2% ainda pode ser vantajosa, como, por exemplo, na região metropolitana de Porto Alegre, que cobra ISS de 5%", diz o advogado Henry Lummetz. O jurista Ives Gandra Martins acredita que a guerra fiscal não acaba. "Os municípios podem entrar com ação direta de inconstitucionalidade para denunciar a quebra do pacto federativo que ocorre com a emenda".

Fonte: Valor Econômico

ANEXO F— A Lei do SIMPLES federal - Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996
DOU de 06/12/96, pág. 25.

“Capítulo II - Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Seção Única

Da Definição

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - Alterado pelo ^oart. 3 da Lei n 9.732/98 empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

§ 1º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Capítulo III

Do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES

Seção I

Da Definição e da Abrangência

Art. 3º A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2º, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

§ 1º A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;
- f) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996.

§ 2º O pagamento na forma do parágrafo anterior não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;
- g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

§ 3º A incidência do imposto de renda na fonte relativa aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável e aos ganhos de capital, na hipótese da alínea "d" do parágrafo anterior, será definida.

§ 4º A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.

Art. 4º Alterado pelo ^oart. 3 da Lei n 9.732/98 O SIMPLES poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS ou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido por microempresas e empresa de pequeno porte, desde que a Unidade Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante convênio.

§ 1º Os convênios serão bilaterais e terão como partes a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e a Unidade Federada ou o município, podendo limitar-se à hipótese de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

§ 2º O convênio entrará em vigor a partir do terceiro mês subsequente ao da publicação, no Diário Oficial da União, de seu extrato.

§ 3º Denunciado o convênio, por qualquer das partes, a exclusão do ICMS ou do ISS do SIMPLES somente produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da sua denúncia."

ANEXO G – Lei do SIMPLES PAULISTA, obtido na Internet, através do *site* <http://www.sebraesp.com.br/leis/leis-007.asp>, em 13/12/02.

Simples Paulista

DOE - REGIME TRIBUTÁRIO SIMPLIFICADO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo

Data da Publicação: 20/11/98

LEI Nº 10.086, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Dispõe sobre o regime tributário simplificado da microempresa e da empresa de pequeno porte no Estado de São Paulo

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

s 2 - prestações de serviços a usuário final as realizadas para não contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS ou as que não estejam vinculadas a operações ou prestações subsequentes de comercialização, industrialização ou prestação de serviço.

§ 2º - As exportações ficam equiparadas às operações ou prestações de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - A receita bruta anual referida neste artigo será:

1 - a auferida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro;

2 - calculada à razão de um duodécimo do valor, por mês ou fração, caso o contribuinte não tenha exercido atividade no período completo do ano.

Artigo 2º - Não se enquadra no conceito de microempresa ou empresa de pequeno porte previsto no artigo anterior:

I - a empresa:

a) constituída sob a forma de sociedade por ações;

b) em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa natural domiciliada no exterior;

c) em que o titular ou sócio participe do capital de outra empresa ou que já tenha participado de microempresa desenquadrada de ofício do regime por prática de infração fiscal;

d) que possua mais de um estabelecimento, ressalvado o disposto no parágrafo único;

II - o contribuinte que exerça as seguintes atividades:

a) importação de produtos estrangeiros, exceto quando destinados à integração no seu ativo imobilizado;

b) armazenamento ou depósito de mercadorias de terceiros;

c) vetado;

d) transporte, exceto o praticado por transportador autônomo de cargas quando deva recolher o tributo em seu próprio nome;

e) as de caráter eventual ou provisório;

III - o contribuinte que tenha auferido, no ano imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) ou, caso não tenha exercido atividade no período completo do ano, superior a um duodécimo desse valor multiplicado pela quantidade de meses ou fração de mês de atividade.

Parágrafo único - Para os efeitos da alínea "d" do inciso I, não se considera estabelecimento diverso:

1 - o depósito fechado que o contribuinte mantenha exclusivamente para armazenamento de suas mercadorias;

2 - o estabelecimento que o contribuinte mantenha exclusivamente para fins administrativos ou para exposição de seus produtos;

3 - no caso de atividade integrada, outro estabelecimento do mesmo titular voltado para a atividade agropecuária ou extrativa, vegetal ou mineral, de geração, inclusive de energia, de captura pesqueira ou de prestação de serviços.

CAPÍTULO II

Da Admissibilidade e da Permanência nos Regimes

SEÇÃO I

Do Enquadramento

Artigo 3º- O enquadramento do contribuinte em qualquer dos regimes de que trata esta lei será efetuado, conforme disposto em regulamento, mediante declaração de sua opção pelo regime, contendo no mínimo:

I - nome e identificação da pessoa natural ou jurídica e seus sócios;

II - número da inscrição estadual;

III - declaração de que preenche o requisito mencionado na alínea "a" do inciso I ou II do artigo 1º, de que preencherá o requisito da alínea "b" do inciso I ou II também desse artigo, de que não se enquadra nas vedações indicadas no artigo 2º e de que está ciente de que sua permanência no regime está condicionada à observância das disposições legais estabelecidas na legislação.

§ 1º- O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte classe "A" ou "B" far-se-á segundo a receita bruta anual prevista, cujo valor não poderá ser inferior à receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior, observado o disposto no § 3º do artigo 1º.

§ 2º - O enquadramento condiciona-se à aceitação, pelo fisco, dos elementos contidos na declaração, inclusive quanto aos valores econômico-fiscais indiciários da capacidade econômica do contribuinte.

§ 3º - O contribuinte que, a critério do fisco, não preencher as condições previstas, inclusive quanto à incompatibilidade com o limite fixado para a microempresa ou empresa de pequeno porte, terá seu enquadramento recusado de pronto; se necessárias diligências ou análise adicional de seu pedido, será notificado da decisão do fisco, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da entrega da declaração.

§ 4º - O indeferimento comunicado após o prazo previsto no parágrafo anterior, produzirá efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente à data da notificação.

§ 5º - Será admitida a interposição de recurso, sem efeito suspensivo, uma única vez, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da notificação do despacho de indeferimento.

SEÇÃO II

Da Perda da Condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte

Artigo 4º - Perderá a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, a partir de qualquer dos eventos adiante indicados, o contribuinte que:

I - deixar de preencher qualquer dos requisitos previstos no artigo 1º;

II - deixar de renovar, no prazo a, que se refere o inciso I do artigo 7º, a declaração prevista no artigo 3º; III - optar pela sua exclusão do regime.

Artigo 5º - Nas hipóteses previstas nos incisos I e III do artigo anterior, o contribuinte deverá comunicar a perda de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte à repartição fiscal a que estiver vinculado, no prazo fixado em regulamento.

Parágrafo único - Equipara-se à declaração falsa o descumprimento da obrigação referida neste artigo.

SEÇÃO III

Do Desenquadramento de Ofício

Artigo 6º - O contribuinte será desenquadrado de ofício nos casos em que deixar de cumprir o disposto no artigo anterior ou quando:

I - à vista de elementos econômico-fiscais colhidos pelo fisco ficar evidenciada a incompatibilidade desses elementos com a receita bruta declarada ou auferida.

II - promover operação ou prestação desacompanhada de documento fiscal;

III - adquirir mercadorias ou tomar serviços sem o correspondente documento fiscal;

IV - não escriturar regularmente os documentos fiscais pertinentes, na forma que o exigir a legislação.

Parágrafo único - Os efeitos do desenquadramento retroagirão à data da ocorrência de um dos eventos referidos no "caput".

SEÇÃO IV

Da Regulamentação

Artigo 7º- O Poder Executivo disporá sobre:

I- a periodicidade para renovação da declaração referida no inciso III do artigo 3º;

II - o desenquadramento de ofício do contribuinte como microempresa ou empresa de pequeno porte;

III- a simplificação das obrigações acessórias a serem cumpridas pelo contribuinte enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte;

IV - a aplicação do disposto no § 3º do artigo 12, para os estabelecimentos usuários de equipamento que emita cupom fiscal.

CAPÍTULO III

Do Regime Fiscal

SEÇÃO 1

Dos Regimes de Pagamento

Artigo 8º - Ao contribuinte regido por esta lei aplica-se:

I - a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços, quando considerado microempresa;

II- o regime especial de apuração de imposto, quando empresa de pequeno porte.

Artigo 9º - A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas do pagamento das taxas vinculadas ao exercício do poder de polícia.

SEÇÃO II

Da Isenção

Artigo 10 - A isenção referida no inciso I do artigo 8º não se estende:

I - às mercadorias ou serviços submetidos ao regime jurídico-tributário de sujeição passiva por substituição com retenção do imposto;

II - ao imposto que deva ser recolhido na qualidade de responsável.

Parágrafo único - Em relação ao disposto no inciso I, na saída de mercadoria do estabelecimento de microempresa por valor superior ao que foi retido em razão da substituição tributária, o complemento do imposto em decorrência dessa diferença está abrangido pela isenção.

Artigo 11 - A microempresa cuja receita bruta, no decorrer do ano de fruição da isenção, ultrapassar R\$ 83.700,00 (oitenta e três mil e setecentos reais), terá suspensão a isenção, e recolherá o imposto relativo às operações ou prestações efetuadas, a partir do primeiro dia do mês subsequente, segundo o regime especial de apuração do imposto de que trata esta lei, ou na hipótese de ultrapassar o limite superior estabelecido no inciso II do artigo 12, estará sujeita à legislação geral do imposto.

SEÇÃO III

Do Regime Especial de Apuração de Imposto

Artigo 12 - O regime especial de apuração previsto no inciso II do artigo 8º consiste no pagamento mensal de imposto e será calculado mediante aplicação de percentual sobre o valor das operações ou prestações, apuradas mensalmente pelo estabelecimento, conforme segue:

I - empresa de pequeno porte classe "A", com receita bruta anual de R\$ 83.700,01 (oitenta e três mil, setecentos reais e um centavo) a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): 0,99% (noventa e nove centésimos por cento);

II - empresa de pequeno porte classe "B", com receita bruta anual de R\$ 120.000,01 (cento e vinte mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 2,4375% (dois inteiros e quatro mil trezentos e setenta e cinco décimos de milésimo por cento).

§ 1º-A adoção desse regime:

1 - implica renúncia a eventuais benefícios fiscais existentes, assim como veda a apropriação ou transferência de qualquer valor a título de crédito do imposto;

2 - não se aplica em relação:

a) às mercadorias ou serviços submetidos ao regime jurídico-tributário de sujeição passiva por substituição com retenção do imposto;

b) ao imposto que deva ser recolhido na qualidade de responsável.

§ 2º - O valor da operação ou prestação - base de cálculo com imposto por dentro - será determinado pela aplicação do multiplicador 1,01 (um inteiro e um centésimo) para os contribuintes da classe "A" e 1,025 (um inteiro e vinte e cinco milésimos) para os contribuintes da classe "B" ao valor da transação antes da incorporação do ICMS.

§ 3º - No documento fiscal constarão, além dos demais requisitos:

1 - o valor da operação ou prestação consistente no resultado obtido na forma do parágrafo anterior;

2 - indicação em separado do valor do imposto incidente, contido no valor do item anterior.

§ 4º - A empresa de pequeno porte classe "A" ao constatar que sua receita bruta ultrapassou, durante o ano de fruição do benefício, o limite superior fixado no inciso I, poderá ser enquadrada, se preencher as condições, como empresa de pequeno porte classe "B", a partir desse evento, e deverá calcular o imposto relativo às operações ou prestações realizadas, a partir do primeiro dia do mês subsequente, nos termos do inciso II.

§ 5º - A empresa de pequeno porte classe "B" ao verificar que sua receita bruta superou, durante o ano de fruição do benefício, o limite superior fixado no inciso II, será desenquadrada desse regime, a partir da data da constatação do fato, e estará sujeita à legislação normal do imposto, a partir do primeiro dia do mês subsequente.

§ 6º - O produtor não equiparado a comerciante ou industrial e o transportador autônomo não se sujeitam ao pagamento mensal de que trata este artigo; o imposto, se devido, será recolhido nos termos da legislação pertinente.

Das Penalidades

Artigo 13 - O contribuinte que permanecer usufruindo do tratamento fiscal estabelecido para a microempresa ou empresa de pequena porte; sem observância do disposto nesta lei e das demais obrigações tributárias estará sujeito:

I - ao desenquadramento de ofício do regime, com efeito retroativo, nos termos do artigo 6º;

II - ao pagamento dos tributos devidos, acrescidos de multa e demais acréscimos legais, contados desde a data em que deveriam ter sido pagos, segundo a legislação específica;

III - às multas previstas no artigo 85 da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989.

Parágrafo único - O sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte responderá solidariamente pelas consequências da aplicação deste artigo.

Artigo 14 - O contribuinte que não efetuar a comunicação de que trata o artigo 5º, ficará sujeito, sem prejuízo das demais penalidades, à multa equivalente ao valor de:

I - 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, , quando enquadrado como microempresa;

II - 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, quando enquadrado como empresa de pequeno porte

CAPÍTULO V**Das Disposições Finais e Transitórias**

Artigo 15 - Aos contribuintes de que trata esta lei aplicam-se as demais disposições da legislação estadual referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS.

Artigo 16 - Às microempresas e empresas de pequeno porte serão asseguradas condições especialmente favorecidas nas operações que realizarem com instituições financeiras públicas estaduais, inclusive bancos de desenvolvimento e entidades oficiais de financiamento e fomento às pequenas empresas.

Artigo 17 - A microempresa, assim definida nos termos da Lei 6.267, de 15 de dezembro de 1988, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS, na data da publicação desta lei, que não atenda ao disposto na alínea "a" do inciso I do artigo 1º, terá assegurada a isenção prevista no inciso I do artigo 8º.

Artigo 18 - Ressalvado o disposto no artigo . anterior, ficam automaticamente renovadas as atuais inscrições no regime fiscal da microempresa até que o Poder Executivo estabeleça disciplina sobre o reenquadramento, nos termos do artigo 3º.

Artigo 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação ao regime fiscal das empresas de pequeno porte no primeiro dia do segundo mês subsequente à publicação desta lei, ficando revogada a Lei nº 6.267, de 15 de dezembro de 1988.

Palácio dos Bandeirantes, 19 de novembro de 1998.

MÁRIO COVAS

Yoshiaki Nakano

Secretário da Fazenda

Fernando Leça

Secretário - Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa aos 19 de novembro de 1998.

ANEXO H - Reportagem informativa sobre o SIMPLES PAULISTA, com suas respectivas mudanças. A fonte é o site do Jornal da Tarde

<http://www.jt.estadao.com.br/editorias/2002/09/18/pol004.html>, em 13/12/02.

Quarta-feira, 18 de setembro de 2002

Governador assina projeto que altera o 'Simples'

Em solenidade realizada no Palácio dos Bandeirantes, o governador Geraldo Alckmin assinou projeto de lei que altera o Simples Paulista, conhecido como Simples Caipira. A nova proposta amplia a faixa de isenção dos atuais R\$ 120 mil para até R\$ 150 mil de faturamento anual.

Para as empresas com faturamento anual de até R\$ 1,2 milhão, o projeto prevê a cobrança de ICMS em cascata. As que tiverem faturamento anual entre R\$ 150 mil e R\$ 720 mil passam a recolher 2,2% sobre o valor que excede a faixa de isenção.

As que tiverem faturamento entre R\$ 720 mil até R\$ 1,2 milhão vão pagar 3,2% sobre o valor faturado que exceder o limite da isenção.

Segundo o secretário da Fazenda paulista, Fernando Dall'acqua, a medida deve beneficiar cerca de 600 mil contribuintes classificados como microempresas e empresas de pequeno porte. "Na medida em que haverá a redução de 50% da carga tributária, o crescimento será estimulado e a sonegação evitada", disse.

A estimativa de renúncia tributária é de R\$ 80 milhões por ano. Ainda no mesmo projeto de lei que será encaminhado para a Assembleia Legislativa, o governo ampliou o Simples Paulista para os microempresários do setor rural.

Antes do projeto, apenas se beneficiavam do Simples Caipira quem produzia para o consumidor final.

Depois de encerrar a solenidade no Palácio, como governador, Alckmin seguiu para um compromisso de campanha na sede da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib).

Ná segunda-feira, o candidato ao governo paulista, Paulo Maluf (PPB), reafirmou os principais pontos de governo e mencionou a expansão dos benefícios do Simples para pequenas e médias empresas, além de entrar na guerra fiscal, o combate à criminalidade e o fim da progressão continuada nas escolas.

ANEXO I - Endereços das Prefeituras e das Secretarias de Finanças dos municípios que compõem a RMSF, obtidos no *site* da Fundação SEADE (<http://seade.gov.br>) em 05/12/02

.Prefeitura Municipal de Aruja
..Secretaria de Administracao e Financas
Natureza: Secretaria
Tel(s):4655-1000/3968(PBX) r. 245, 276
Fax:4655-3634
R. Jose Basilio Alvarenga, 90
Cep:07400-000 - Aruja

.Prefeitura Municipal de Aruja
..Secretaria de Administracao e Financas
Ines Rodrigues dos Santos
Secretario Municipal
Tel(s):4655-1000/3968(PBX) r. 245, 276
Fax:4655-3634
R. Jose Basilio Alvarenga, 90
Cep:07400-000 - Aruja

.Prefeitura Municipal de Barueri
..Secretaria de Financas
Natureza: Secretaria
Tel(s):4199-8000, R. 8022
Fax:4198-2320
R. do Paco, 08
Cep:06401-090 - Barueri

.Prefeitura Municipal de Barueri
..Secretaria de Financas
Geanete Resende da Silva
Secretario Municipal
Tel(s):4199-8000, R. 8022
Fax:4198-2320
R. do Paco, 08
Cep:06401-090 - Barueri

.Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim
..Diretoria de Financas
Natureza: Secretaria
Tel(s):4692-1211(PBX) r. 36
Fax:4692-1211(PBX) r. 29
R. Gildo Sevali, 257
Cep:08940-000 - Biritiba Mirim

.Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim
..Diretoria de Financas
Edison Leme
Diretor
Tel(s):4692-1211(PBX) r. 36
Fax:4692-1211(PBX) r. 29
R. Gildo Sevali, 257
Cep:08940-000 - Biritiba Mirim

.Prefeitura Municipal de Caieiras
..Secretaria Municipal da Fazenda
Natureza: Secretaria
Tel(s):4605-2712, 4605-2000, R. 226
Fax:4605-4682
Av. Dr. Armando Pinto, 538
Cep:07700-000 - Caieiras

.Prefeitura Municipal de Caieiras
..Secretaria Municipal da Fazenda
Antonio Mauro da Silva
Secretario Municipal
Tel(s):4605-2712, 4605-2000, R. 226
Fax:4605-4682
Av. Dr. Armando Pinto, 538
Cep:07700-000 - Caieiras

.Prefeitura Municipal de Cajamar
..Diretoria de Financas
Natureza: Secretaria
Tel(s):4446-6416
Fax:4446-6392
Pca. Jose Rodrigues Nascimento, 30
Cep:07750-000 - Cajamar

.Prefeitura Municipal de Cajamar
..Diretoria de Financas
Luiz Carlos Ignacio Machado
Diretor
Tel(s):4446-6416
Fax:4446-6392
Pca. Jose Rodrigues Nascimento, 30
Cep:07750-000 - Cajamar

.Prefeitura Municipal de Carapicuiaba
..Secretaria Municipal de Financas
Natureza: Secretaria
Tel(s):4184-2200/5889/2303
Fax:4184-7048
R. Sonia Maria, 273
Cep:06310-900 - Carapicuiaba

.Prefeitura Municipal de Carapicuiaba
..Secretaria Municipal de Financas
Jose Benedito Fernandes
Secretario Municipal
Tel(s):4184-2200/5889/2303
Fax:4184-7048
R. Sonia Maria, 273
Cep:06310-900 - Carapicuiaba

.Prefeitura Municipal de Cotia
..Secretaria de Financas
Natureza: Secretaria
Tel(s):4616-0466, R.205
Fax:4616-4846
Av. Prof. Manoel Jose Pedroso, 1347
Cep:06717-100 - Cotia

.Prefeitura Municipal de Cotia**..Secretaria de Financas****Edson Gomes de Assis****Secretario Municipal**

Tel(s):4616-0466, R.205

Fax:4616-4846

Av. Prof. Manoel Jose Pedroso, 1347

Cep:06717-100 – Cotia

.Prefeitura Municipal de Diadema**..Secretaria de Financas**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4057-7850/7555

Fax:4057-7751

R. Almirante Barroso, 111

Cep:09912-900 - Diadema

.Prefeitura Municipal de Diadema**..Secretaria de Financas****Sergio Trani****Secretario Municipal**

Tel(s):4057-7850/7555

Fax:4057-7751

R. Almirante Barroso, 111

Cep:09912-900 - Diadema

.Prefeitura Municipal de Embu**..Secretaria de Administracao e Financas**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4785-3609

Fax:4704-6030

R. Andronico dos Prazeres Goncalves, 144

Cep:06804-200 - Embu

.Prefeitura Municipal de Embu**..Secretaria de Administracao e Financas****Antonio Carlos Morozetti****Secretario Municipal**

Tel(s):4785-3609

Fax:4704-6030

R. Andronico dos Prazeres Goncalves, 144

Cep:06804-200 - Embu

.Prefeitura Municipal de Embu-Guacu**..Departamento de Financas**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4661-2422/2160

Fax:4661-3533/3021

R. Cel. Luiz Tenorio de Brito, 458

Cep:06900-000 - Embu-Guacu

.Prefeitura Municipal de Embu-Guacu**..Departamento de Financas****Ademar Matias Pereira****Diretor**

Tel(s):4661-2422/2160

Fax:4661-3533/3021

R. Cel. Luiz Tenorio de Brito, 458

Cep:06900-000 - Embu-Guacu

.Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos
..Secretaria da Administracao e Fazenda
 Natureza: Secretaria
 Tel(s):4674-1356
 Fax:4674-0221
 Av. Brasil, 1.841
 Cep:08529-310 - Ferraz de Vasconcelos

.Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos
..Secretaria da Administracao e Fazenda
Ivan Roberto Costa
Secretario Municipal
 Tel(s):4674-1356
 Fax:4674-0221
 Av. Brasil, 1.841
 Cep:08529-310 - Ferraz de Vasconcelos
 E-mail: ivanroc@zipmail.com.br

.Prefeitura Municipal de Francisco Morato
..Coordenadoria Municipal de Fazenda e Administracao
 Natureza: Secretaria
 Tel(s):4488-2266, R. 220
 Fax:438-3305
 R. Progresso, 759
 Cep:07790-000 - Francisco Morato

.Prefeitura Municipal de Francisco Morato
..Coordenadoria Municipal de Fazenda e Administracao
Manuel Barbosa de Freitas
Coordenador
 Tel(s):4488-2266, R. 220
 Fax:438-3305
 R. Progresso, 759
 Cep:07790-000 - Francisco Morato

.Prefeitura Municipal de Franco da Rocha
..Diretoria de Financas
 Natureza: Secretaria
 Tel(s):4443-1719
 Fax:4449-3022
 Av. Liberdade, 250
 Cep:07780-000 - Franco da Rocha

.Prefeitura Municipal de Franco da Rocha
..Diretoria de Financas
Vera Marquesini
Diretor
 Tel(s):4443-1719
 Fax:4449-3022
 Av. Liberdade, 250
 Cep:07780-000 - Franco da Rocha

.Prefeitura Municipal de Guararema
..Secretaria de Planejamento e Fazenda
 Natureza: Secretaria
 Tel(s):4693-8000, R. 208
 Fax:4693-8012
 Pca. Cel. Brasilio Fonseca, 35
 Cep:08900-000 - Guararema

.Prefeitura Municipal de Guararema
..Secretaria de Planejamento e Fazenda

Jose Geraldo

Secretario Municipal

Tel(s):4693-8000, R. 208

Fax:4693-8012

Pca. Cel. Brasílio Fonseca, 35

Cep:08900-000 - Guararema

.Prefeitura Municipal de Guarulhos

..Secretaria de Financas

Natureza: Secretaria

Tel(s):209-3515/9737, 6468-011(PBX), 2174/2180/2321

Fax:208-4296

Av. Bom Clima, 90

Cep:07196-220 - Guarulhos

.Prefeitura Municipal de Guarulhos

..Secretaria de Financas

Nestor Carlos Seabra Moura

Secretario Municipal

Tel(s):209-3515/9737, 6468-011(PBX), 2174/2180/2321

Fax:208-4296

Av. Bom Clima, 90

Cep:07196-220 - Guarulhos

.Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra

..Secretaria Municipal de Financas

Natureza: Secretaria

Tel(s):4667-1422, R. 274

R. Major Manoel Francisco de Moraes, 286

Cep:06850-050 - Itapecerica da Serra

.Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra

..Secretaria Municipal de Financas

Jose Alpio Pereira Mandu

Secretario Municipal

Tel(s):4667-1422, R. 274

R. Major Manoel Francisco de Moraes, 286

Cep:06850-050 - Itapecerica da Serra

.Prefeitura Municipal de Itapevi

..Secretaria de Financas

Natureza: Secretaria

Tel(s):4141-5911, R. 240, 4141-0711

Fax:4141-5999

Av. Presidente Vargas, 405

Cep:06694-040 - Itapevi

.Prefeitura Municipal de Itapevi

..Secretaria de Financas

Odair Crivelaro

Secretario Municipal

Tel(s):4141-5911, R. 240, 4141-0711

Fax:4141-5999

Av. Presidente Vargas, 405

Cep:06694-040 - Itapevi

.Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba**..Secretaria de Financas**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4640-1000, R. 208

Fax:4647-0102

Av. Vereador Joao Fernandes da Silva, 283

Cep:08576-000 - Itaquaquecetuba

.Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba**..Secretaria de Financas****Armando Amador Martins Filho****Secretario Municipal**

Tel(s):4640-1000, R. 208

Fax:4647-0102

Av. Vereador Joao Fernandes da Silva, 283

Cep:08576-000 - Itaquaquecetuba

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Departamento de Financas**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4789-3988

Fax:4789-2565

R. Manoe alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Departamento de Financas****Acenir Rodrigues Cruz****Diretor**

Tel(s):4789-3988

Fax:4789-2565

R. Manoe alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Secretaria de Obras**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4789-3988

R. Manoel Alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Secretaria de Obras****Edson Akira Mihara****Secretario Municipal**

Tel(s):4789-3988

R. Manoel Alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Secretaria de Educacao**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4789-3988

R. Manoel Alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Secretaria de Educacao****Antonio Arantes Filho****Diretor**

Tel(s):4789-3988

R. Manoel Alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Diretoria de Industria e Comercio**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4789-3988

R. Manoel Alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Diretoria de Industria e Comercio****Carlos Adriano de Jesus****Diretor**

Tel(s):4789-3988

R. Manoel Alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Procuradoria Juridica**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4789-3988

R. Manoel Alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Procuradoria Juridica****Mauricio Decolas****Procurador Chefe**

Tel(s):4789-3988

R. Manoel Alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Departamento de Transito e Transportes**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4789-2561

R. Manoel Alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira**..Departamento Municipal de Transito e Transportes****Joao Lopes da Silva****Diretor**

Tel(s):4789-2561

R. Manoel Alves Garcia, 130

Cep:06618-010 - Jandira

Municipios Paulistas**.Prefeitura Municipal de Jandira****..Secretaria de Cidadania e Acao Social**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4789-3988

R. Manoel Alves Garcia, 130
Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira
..Secretaria de Cidadania e Acao Social
Maura da Silva Santos Soares
Diretor

Tel(s):4789-3988
R. Manoel Alves Garcia, 130
Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira
..Secretaria de Comunicacao

Natureza: Secretaria
Tel(s):4789-4216
Fax:4789-3988
R. Manoel Alves Garcia, 130
Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira
..Secretaria de Comunicacao

Mara Silva
Secretario Municipal
Tel(s):4789-4216
Fax:4789-3988
R. Manoel Alves Garcia, 130
Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira
..Diretoria de Imprensa

Tel(s):4789-4216
Fax:4798-3988
R. Manuel Alves Garcia, 130
Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Jandira
..Diretoria de Imprensa

Roberto Ramos
Diretor
Tel(s):4789-4216
Fax:4798-3988
R. Manuel Alves Garcia, 130
Cep:06618-010 - Jandira

.Prefeitura Municipal de Juquitiba
..Secretaria Municipal de Financas

Natureza: Secretaria
Tel(s):4681-4311, R. 222
Fax:4681-4311
R. Jorge Victor Vieira, 63
Cep:06950-000 - Juquitiba

.Prefeitura Municipal de Juquitiba
..Secretaria Municipal de Financas

Ostil Rodrigues Pereira
Secretario Municipal
Tel(s):4681-4311, R. 222
Fax:4681-4311
R. Jorge Victor Vieira, 63
Cep:06950-000 - Juquitiba

.Prefeitura Municipal de Mairipora
..Secretaria de Planejamento e Financas
Natureza: Secretaria
Tel(s):4419-8059
Fax:4604-4890
Al. Tibirica, 374
Cep:07600-000 - Mairipora

.Prefeitura Municipal de Mairipora
..Secretaria de Planejamento e Financas
Djalma Camara
Secretario Municipal
Tel(s):4419-8059
Fax:4604-4890
Al. Tibirica, 374
Cep:07600-000 – Mairipora

.Prefeitura Municipal de Maua
..Secretaria Municipal de Financas
Natureza: Secretaria
Tel(s):4512-7706/7630
Fax:4555-0873
Av. Joao Ramalho, 205
Cep:09371-900 - Maua

.Prefeitura Municipal de Maua
..Secretaria Municipal de Financas
Valdirene Dardin
Secretario Municipal
Tel(s):4512-7706/7630
Fax:4555-0873
Av. Joao Ramalho, 205
Cep:09371-900 - Maua

.Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes
..Secretaria Municipal de Financas
Natureza: Secretaria
Tel(s):4798-5042
Fax:4726-9922
Av. Vereador Narciso Yague Guimaraes, 277
Cep:08780-000 - Mogi das Cruzes

.Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes
..Secretaria Municipal de Financas
Jonatas Goncalves Capella
Secretario Municipal
Tel(s):4798-5042
Fax:4726-9922
Av. Vereador Narciso Yague Guimaraes, 277
Cep:08780-000 - Mogi das Cruzes

.Prefeitura Municipal de Osasco
..Secretaria dos Negocios da Fazenda
Natureza: Secretaria
Tel(s):3652-9255/9256
Fax:3652-9254
R. Narciso Sturlini, 161
Cep:06018-910 - Osasco

.Prefeitura Municipal de Osasco
..Secretaria dos Negocios da Fazenda
Francisco Jose Rocha
Secretario Municipal
 Tel(s):3652-9255/9256
 Fax:3652-9254
 R. Narciso Sturlini, 161
 Cep:06018-910 - Osasco

.Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus
..Secretaria de Governo, Administracao e Financa
 Natureza: Secretaria
 Tel(s):4131-1211
 Fax:4131-1211
 Pca. dos Poderes Municipais, 57
 Cep:06550-000 - Pirapora do Bom Jesus

.Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus
..Secretaria de Governo, Administracao e Financa
Adguimar Lourenco Simoes
Secretario Municipal
 Tel(s):4131-1211
 Fax:4131-1211
 Pca. dos Poderes Municipais, 57
 Cep:06550-000 - Pirapora do Bom Jesus

.Prefeitura Municipal de Poa
..Secretaria da Fazenda
 Natureza: Secretaria
 Tel(s):4634-8820
 Fax:4636-2282
 Av. Brasil, 198
 Cep:08561-000 - Poa

.Prefeitura Municipal de Poa
..Secretaria da Fazenda
Leondir Casagrande Xidieh
Secretario Municipal
 Tel(s):4634-8820
 Fax:4636-2282
 Av. Brasil, 198
 Cep:08561-000 - Poa

.Prefeitura Municipal de Ribeirao Pires
..Secretaria de Financas
 Natureza: Secretaria
 Tel(s):4828-1000/6517
 Fax:4828-3861/6517
 R. Miguel Prisco, 288
 Cep:09400-110 - Ribeirao Pires

.Prefeitura Municipal de Ribeirao Pires
..Secretaria de Financas
Francisco Rozsa Funsia
Secretario Municipal
 Tel(s):4828-1000/6517
 Fax:4828-3861/6517
 R. Miguel Prisco, 288
 Cep:09400-110 - Ribeirao Pires

.Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra
..Secretaria Municipal de Financas

Natureza: Secretaria
Tel(s):4820-1000, R. 225
Fax:4820-2577
Av. Dom Pedro I, 10
Cep:09450-000 - Rio Grande da Serra

.Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra
..Secretaria Municipal de Financas

Paulo Soares
Secretario Municipal
Tel(s):4820-1000, R. 225
Fax:4820-2577
Av. Dom Pedro I, 10
Cep:09450-000 - Rio Grande da Serra

.Prefeitura Municipal de Salesopolis
..Secretaria de Financas e Contabilidade

Natureza: Secretaria
Tel(s):9994-3760
Fax:4696-1211
R. Pedro Rodrigues de Camargo, 215
Cep:08970-000 - Salesopolis

.Prefeitura Municipal de Salesopolis
..Secretaria de Financas e Contabilidade

Sidney Beraldinelle Renzi
Secretario Municipal
Tel(s):9994-3760
Fax:4696-1211
R. Pedro Rodrigues de Camargo, 215
Cep:08970-000 - Salesopolis

.Prefeitura Municipal de Santa Isabel
..Secretaria de Administracao e Financas

Natureza: Secretaria
Tel(s):4656-1000, R. 18
Fax:4656-1979
Av. Republica, 297
Cep:07500-970 - Santa Isabel

.Prefeitura Municipal de Santa Isabel
..Secretaria de Administracao e Financas

Nilton Carlos de Araujo
Secretario Municipal
Tel(s):4656-1000, R. 18
Fax:4656-1979
Av. Republica, 297
Cep:07500-970 - Santa Isabel

.Prefeitura Municipal de Santana de Parnaiba
..Secretaria de Financas

Natureza: Secretaria
Tel(s):4154-2422, R. 204
Fax:4154-2422, R. 204
Pca. Monte Castelo, 04
Cep:06500-000 - Santana de Parnaiba

.Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba**..Secretaria de Finanças****Jose Oliveira da Silva****Secretario Municipal**

Tel(s):4154-2422, R. 204

Fax:4154-2422, R. 204

Pca. Monte Castelo, 04

Cep:06500-000 - Santana de Parnaíba

.Prefeitura Municipal de Santo Andre**..Secretaria Municipal de Finanças**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4433-0500

Fax:4433-0517

Pca. IV Centenario, 01

Cep:09015-080 - Santo Andre

.Prefeitura Municipal de Santo Andre**..Secretaria Municipal de Finanças****Sergio Vital e Silva****Secretario Municipal**

Tel(s):4433-0500

Fax:4433-0517

Pca. IV Centenario, 01

Cep:09015-080 - Santo Andre

.Prefeitura Municipal de Sao Bernardo do Campo**..Secretaria de Finanças**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4125-1441, 4123-0911, R. 1900, 1910

Fax:4125-2219

Av. Kennedy, 1058

Cep:09726-253 - Sao Bernardo do Campo

.Prefeitura Municipal de Sao Bernardo do Campo**..Secretaria de Finanças****Eurico Souza Leite Filho****Secretario Municipal**

Tel(s):4125-1441, 4123-0911, R. 1900, 1910

Fax:4125-2219

Av. Kennedy, 1058

Cep:09726-253 - Sao Bernardo do Campo

.Prefeitura Municipal de Sao Caetano do Sul**..Diretoria da Fazenda**

Natureza: Secretaria

Tel(s):4233-7200/7201

R. Eduardo Prado, 201

Cep:09581-200 - Sao Caetano do Sul

.Prefeitura Municipal de Sao Caetano do Sul**..Diretoria da Fazenda****Maria Carmen Gonzalez Reys Campos****Diretor**

Tel(s):4233-7200/7201

R. Eduardo Prado, 201

Cep:09581-200 - Sao Caetano do Sul

.Prefeitura Municipal de Sao Lourenco da Serra
..Departamento de Administracao e Financas
 Natureza: Secretaria
 Tel(s):4686-1069, R. 35
 Fax:4686-1069, R. 33
 Pca. Dez de Agosto, 55
 Cep:06890-000 - Sao Lourenco da Serra

.Prefeitura Municipal de Sao Lourenco da Serra
..Departamento de Administracao e Financas
Antonio de Godoi
Diretor
 Tel(s):4686-1069, R. 35
 Fax:4686-1069, R. 33
 Pca. Dez de Agosto, 55
 Cep:06890-000 - Sao Lourenco da Serra

..SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
 Tel(s):3225-5500
 Fax:3224-0707
 R. Pedro Americo, 32
 Cep:01045-010 - Sao Paulo - SP
 JOAO SAYAD
 SECRETARIO MUNICIPAL
 TEL(S):3225-5302, 221-0082, 3331-0619

SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
..DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIARIAS
 Tel(s):222-5512, 3225-5533/5534
 R. Pedro Americo, 32
 Cep:01045-010 - Sao Paulo- SP
 Tel(s):3225-5500
 Fax:3224-0707
 MARINA AUN
 DIRETORA

.Prefeitura Municipal de Suzano
..Secretaria Municipal de Financas
 Natureza: Secretaria
 Tel(s):4745-2049
 Fax:4746-1719
 R. Barueri, 501
 Cep:08675-902 - Suzano

.Prefeitura Municipal de Suzano
..Secretaria Municipal de Financas
Francisco Quadra Andrez
Secretario Municipal
 Tel(s):4745-2049
 Fax:4746-1719
 R. Barueri, 501
 Cep:08675-902 - Suzano

.Prefeitura Municipal de Taboao da Serra
..Secretaria Municipal de Financas e Planejamento
 Natureza: Secretaria
 Tel(s):4787-3522, R. 211, 213, 210
 Fax:4787-0200
 Pca. Miguel Ortega, 439
 Cep:06754-910 - Taboao da Serra

.Prefeitura Municipal de Taboao da Serra
..Secretaria Municipal de Financas e Planejamento
Ruy Jorge Cruz
Secretario Municipal
Tel(s):4787-3522, R. 211, 213, 210
Fax:4787-0200
Pca. Miguel Ortega, 439
Cep:06754-910 - Taboao da Serra

.Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista
..Secretaria de Gestao Administrativa e Financeira
Natureza: Secretaria
Tel(s):4158-3370, R. 202
Fax:4158-3370
Pca. da Matriz, 75
Cep:06730-000 - Vargem Grande Paulista

.Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista
..Secretaria de Gestao Administrativa e Financeira
Reinaldo de Oliveira
Secretario Municipal
Tel(s):4158-3370, R. 202
Fax:4158-3370
Pca. da Matriz, 75
Cep:06730-000 - Vargem Grande Paulista